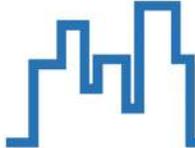


Revisão do



PLANO

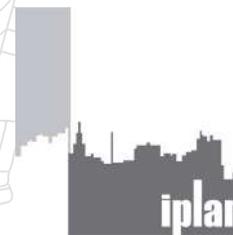


7:7 DIRETOR

Ponta Grossa

CADERNO SÍNTESE

REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PONTA GROSSA
SETEMBRO, 2019



URBTEC™

Planejamento
Engenharia
Consultoria



Vista do centro de Ponta Grossa à noite com a Catedral no centro.

Autor: Gabriel N/ Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ponta_Grossa-Paran%C3%A1-Brasil.jpg



BREVE CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Município de Ponta Grossa situa-se na região Centro Oriental do Estado do Paraná, na região dos Campos Gerais. Limita-se ao norte com o município de Castro e Carambeí; ao sul com Palmeira e Teixeira Soares; à oeste com Tibagi e Ipiranga; e à leste com Campo Largo. Tem como coordenadas geográficas a Latitude S 25° 05' 42" e Longitude WGR - 50° 09' 43".

Segundo o IPARDES (2015), o município de Ponta Grossa se configura como o polo da microrregião de Ponta Grossa, destacando-se entre os demais 14 municípios por sua dimensão populacional e seu elevado grau de influência.

De acordo com o Plano Diretor Participativo de Ponta Grossa (2006), o município possui uma área de 2.025,697 km², sendo 917,2 km² em área urbana (47,4% da área total) e 1.195,4 km² em área rural (52,6% da área total). É composto por cinco Distritos Administrativos: Sede Municipal, Guaragi, Itaiacoca, Piriqitos e Uvaia. Em 2017, Ponta Grossa concentrava uma população de 344.332 habitantes, segundo projeções do IPARDES, sendo que desse total, 98% residiam em área urbana e apenas 2% na área rural do município.

No que se refere às condições socioeconômicas, de acordo com o IPARDES, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, calculado com dados de 2010, resultou em 0,763, considerado alto, em relação aos demais municípios brasileiros (320°), sendo superior à média paranaense (0,749) e à média brasileira (0,727). Entre os fatores considerados para a medição do IDH, (educação, longevidade e renda), o que mais pesa para Ponta Grossa é a longevidade (0,837).

De acordo com o IBGE, quanto ao PIB per Capita, Ponta Grossa apresentava R\$ 34.942,00 em 2015, superior ao do Estado do Paraná (R\$ 33.769,00) e ao do Brasil (R\$ 29.326,00) para o mesmo ano. Com isso, o município de Ponta Grossa ocupa a 74° no ranking nacional e 7° no ranking estadual de municípios.

Segundo IPARDES (2004), Ponta Grossa é o mais importante ponto de convergência dos fluxos provenientes das diversas mesorregiões paranaenses, onde é absorvido previamente todo o fluxo de veículos antes do acesso a Curitiba.



Vista noturna de Ponta Grossa a 30mil pés de altura

Autor: Márcio Beraldo / Disponível em: <https://darede.info/ponta-grossa/254478/foto-lirada-a-30-mil-pes-mostra-a-imponencia-de-pg>

SOBRE O PLANO DIRETOR MUNICIPAL

No dia 10 de julho de 2001, foi publicada a Lei Federal nº 10.257 (denominada Estatuto da Cidade), que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, ou seja, a política urbana. A lei define que o Plano Diretor é obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, o que é o caso de Ponta Grossa/PR. Conforme determina o próprio Estatuto, o Plano Diretor é um dos instrumentos a nível de planejamento municipal que faz parte da Política Urbana.

O Plano Diretor é uma lei municipal que, com base no Estatuto da Cidade, estabelece a política de desenvolvimento do município e a expansão urbana. Tem por objetivo implantar, a partir de regras e diretrizes, políticas de desenvolvimento urbano, servindo como guia para os agentes responsáveis pela construção e utilização do espaço urbano.

O grande desafio dos administradores reside em como orientar a expansão desordenada, como suprir as crescentes demandas por serviços públicos e de infraestrutura com os poucos recursos disponíveis e como definir, rapidamente, as prioridades setoriais.

O Plano Diretor é compreendido como um processo de construção coletiva das estratégias, instrumentos e normas de produção do espaço municipal – urbano e rural – de maneira (i) sustentável, (ii) democrática, (iii) socialmente justa e (iv) integradora do urbano, rural e regional, a partir do amplo conhecimento dos aspectos territoriais e socioeconômicos do município pelos cidadãos e gestores municipais. Logo, as atividades previstas para a elaboração de um Plano Diretor deverão ocorrer de forma articulada entre gestores, técnicos e população, de forma a garantir a mobilização, apropriação e efetividade das questões abordadas.

A metodologia adotada pela URBTEC™ considera a necessidade de uma abordagem integrada da legislação urbanística do município e do Plano Diretor a ser revisto, referenciada à legislação estadual e federal. A divulgação de todas as atividades de participação popular foi realizada de modo a atingir toda a população, garantindo o amplo acesso a informação, conhecimento e reconhecimento do processo do PDM (Plano Diretor Municipal).

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA

PREFEITO MUNICIPAL: Marcelo Rangel Cruz de Oliveira

VICE PREFEITA MUNICIPAL: Elizabeth Silveira Schmidt

IPLAN – INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE PONTA GROSSA

Diretor Executivo: Ciro Macedo Ribas Junior

Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro: Miguel Aurélio Droppa

Coordenadora de Pesquisa e Estratégia: Sylvana Zanon

Arquiteta e Urbanista: Karla Volaco Gonzalez Stamoulis

Diretora de Projeto e Planejamento Urbano: Rafaela Sangalli

Assessor de Projetos: John Lenon Goes

Assessor de Projetos: Saylor Werner Siqueira

Assessora de Projetos: Andrea Biagi Bertocco

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Secretário: Ricardo Luiz Torquato de Linhares

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Secretária: Ivonei Afonso Vieira

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

Secretária: Simone Kaminski Oliveira

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA

Secretário: Ary Fernando Guimaraes Lovato

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Secretária: Esmeria de Lourdes Saveli

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Secretária: Esmeria de Lourdes Saveli

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Secretário: Cláudio Grokoviski

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

Secretário: Maurício Silva

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL

Secretário: Paulo Henrique Dalle Carbonare

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Secretário: Paulo Eduardo Oliveira de Barros

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Secretário: Marcio Ferreira

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO

Secretário: Celso Augusto Sant Anna

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Secretária: Angela Conceição Oliveira Pompeu

EQUIPE URBTEC™

COORDENADORA GERAL: ARQUITETA E URBANISTA
Izabel Neves da Silva Cunha Borges

COORDENADOR GERAL EXECUTIVO: ENGENHEIRO CIVIL
Gustavo Taniguchi

COORDENADORA TÉCNICA DO PLANO DIRETOR: ARQUITETA E URBANISTA
Zulma das Graças Lucena Schussel

COORDENADORA TÉCNICA ADJUNTA: ARQUITETA E URBANISTA
Tami Szuchman

COORDENADORA OPERACIONAL: ARQUITETA E URBANISTA
Manoela Fajgenbaum Feiges

ADMINISTRADORA
Mari Ligia Carvalho Leão

ADVOGADA
Luciane Leiria Taniguchi

ADVOGADO
Claudio Marcelo Rodrigues Iarema

ARQUITETA E URBANISTA
Jussara Maria Silva

ARQUITETO E URBANISTA
Leonardo Fernandes de Campos

CIENTISTA SOCIAL
Sigrid de Mendonça Andersen

ECONOMISTA
Mariano de Matos Macedo

ENGENHEIRO AMBIENTAL
Altair Rosa

ENGENHEIRA CIVIL
Vanessa Fontana Godoi

ENGENHEIRO CIVIL
Tiago Otto Martins

ENGENHEIRA CIVIL
Patrícia Schipitoski Monteiro

GEÓGRAFO
Augusto dos Santos Pereira

JORNALISTA
Paulo Victor Grein

ESTAGIÁRIOS
Ana Paula Pavelski de Mello
Lucas Alves de Castro
Pamela Moraes Othmar

AGRADECIMENTOS
Juliana Yuri Kawanishi
Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco
Sandra Maria Scheffer

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

COORDENAÇÃO GERAL

Karla Volaco Gonzales Stamoulis

IPLAN - INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE PONTA GROSSA

Rafaela Sangalli

John Lenon Goes

Andrea Biagi Bertocco

AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE

Plínio Vivan Filho

Ane Caroline Zelenski

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DE PONTA GROSSA - PROLAR

João Carlos Mugnaine

Marines Kabbas Viezzer

SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Tonia Mansani de Mira

Michel João Haddad Neto

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO

Sandra Maria Hansen Peixoto

João Francisco Carneiro Chaves

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

Paulo Eduardo Oliveira de Barros

Isabel Meister

GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

EMPRESÁRIOS

Marco Aurélio Moro

Leocir Pilatti

SINDICATO DOS TRABALHADORES

João Luiz Stefanick

Helcio Kovaleski

SETOR ACADÊMICO

Brendo Francis Carvalho

Renata Degraf

Tayna Schpper Barche

ENTIDADES DE CLASSE

Caroline Schoenberger

MOVIMENTOS SOCIAIS

Sergio Ferreira Doszanet

Rodrimar Paes

Lourival B. Carmargo

CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO PÚBLICO

Fabiano Icker Oroski

CAMARA DE VEREADORES

Gilmar de Almeida

SOCIEDADE CIVIL

Bernardo Fonseca Marcondes

Edilson Gorte

Luiz Fernando de Souza

Marília T.B. Ukrainski Scheffer

Nisiane Madalozzo

Roberto Alfredo Pietrobelli

Vicente P. N. Ribas

EQUIPE TÉCNICA DE APOIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS

Beatriz Cararo

Ricardo Luiz Torquato

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Eldo Berger

Patrícia Gerlinger Striquer

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

Amanda Costa

Jocemara Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADANIA E SEGURANÇA PÚBLICA

Rogério Buchener

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Iolanda de Jesus

Viviane Pereria Scheidt Feltz

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Alexandre Fernandes Madalozzo

Gerson Luiz Bacovis

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Euzita Ferreira

Luiz Eduardo Santos Striquer

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Jeferson Constantino Droppa

Julita Simone Therezinha Rentschler

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

Carolyne Abilhoa

Gisele Aparecida França

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Amanda de Fátima Vieira

Leonardo de Jesus

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE TURISMO

Cezar Renato Szabli

Rozelete Aurina Martins

Funepo – TV Educativa

Ney David Herma

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FASPG

Gisele Ferreira Kravicz

Karym Rachel Mami Collesel

COMPANHIA PONTAGROSSENSE DE SERVIÇOS – CPS

Irajá Meira Barbosa

Josélia Ranieri Cogo

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Márcia de Fátima Blageski Talev

AGÊNCIA DE FOMENTO ECONÔMICO DE PONTA GROSSA

Danielle de Mattos Schumberger

Marco Antônio Deitos



Parque Ambiental

Fonte: <http://pontagrossa.pr.gov.br/investaemp/assets/dist/img/mais-informacoes-bg.jpg>

SUMÁRIO

1º FASE : PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA.....	16
2º FASE: ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA – Parte 1.....	21
Aspectos Socioeconômicos e Inserção Regional.....	22
Uso e Ocupação do Solo.....	28
Mobilidade e Acessibilidade.....	40
Patrimônio Histórico, Cultural e Turismo.....	46
Infraestrutura e Equipamentos Comunitários.....	52
Aspectos Fundiários e Habitação.....	60
Aspectos Ambientais.....	66
Estrutura de Gestão e Aspectos Legais.....	74
Capacidade de Investimento do município.....	74
2º FASE: ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA – Parte 2.....	81
Capacidade de suporte ambiental.....	82
Capacidade de suporte da Infraestrutura e equipamentos comunitários.....	86
Acesso à terra urbana e condições de moradia.....	92
Expansão Urbana.....	96
2º FASE: ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA – Parte 3.....	100
3º FASE: DIRETRIZES E PROPOSTAS.....	104
Macrozoneamento.....	108
Zoneamento.....	110
4º FASE: PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PDM.....	156
AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO.....	164

1º FASE

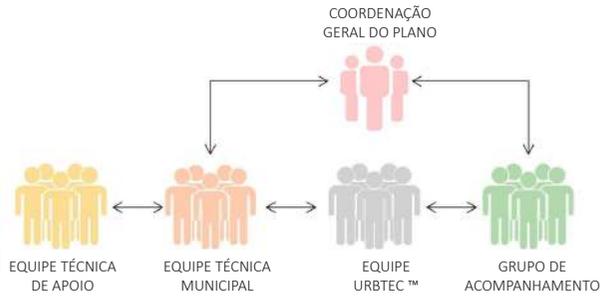
MOBILIZAÇÃO E
ESTRUTURAÇÃO

PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA

A 1ª Fase teve como objetivo apresentar a metodologia a ser adotada para a revisão do Plano Diretor Municipal de Ponta Grossa, com a descrição das atividades referentes ao desenvolvimento dos trabalhos e à organização do processo de pesquisas e levantamentos de dados. A partir da definição dos métodos e técnicas para realização dos serviços, foi apresentado o cronograma físico com a identificação das fases e respectivas atividades, participantes, responsáveis e datas das reuniões técnicas, oficinas, audiências e entregas de produtos.

1º FASE PLANO DE TRABALHO

Composição da equipe



Logomarcas



Cartilhas informativas

Cartaz calendário eventos

Data	Evento	Horário e Local
29/06	Oficina de leitura comunitária: Análise temática integrada para revisão do PDM e elaboração do PlanMob.	18:30 - Centro de Cultura
30 e 31/07	Oficina de leitura comunitária: Análise temática integrada para revisão do PDM e elaboração do PlanMob.	09:00-18:00 - Rua Nelson Maciel Filho, 664 - 31.017-010 - Centro Histórico de Ponta Grossa
13/08	2ª Audiência Pública: Sessão de análise temática integrada e debates.	18:30 - Centro de Cultura
03 e 04/09	Oficinas de leitura comunitária: Diretores e propostas para o PDM e o PlanMob de Ponta Grossa.	09:00-18:00 - Rua Nelson Maciel Filho, 664 - 31.017-010 - Centro Histórico de Ponta Grossa
12/11	4ª Audiência Pública: Diretores e propostas para o PDM e o PlanMob de Ponta Grossa.	18:30 - Centro de Cultura
05 e 06/12	Oficinas de leitura comunitária: Plano de ações e investimentos - PAI e institucionalização do PDM e PlanMob.	09:00-18:00 - Rua Nelson Maciel Filho, 664 - 31.017-010 - Centro Histórico de Ponta Grossa
07/02	5ª Audiência Pública: Plano de ações e investimentos - PAI e institucionalização do PDM e PlanMob.	18:30 - Centro de Cultura

Para mais informações acesse: www.plan.pontagrossa.pr.gov.br

2º FASE ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA

ASPECTOS SOCIO ECONÔMICOS E INSERÇÃO REGIONAL

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E TURISMO

MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS

ASPECTOS FUNDIÁRIOS E HABITAÇÃO

ASPECTOS AMBIENTAIS

ESTRUTURA DE GESTÃO E ASPECTOS LEGAIS

CAPACIDADE DE INVESTIMENTO

Flyer informativo

Por que planejar a cidade?

O que é o Plano Diretor?

O que é o Plano de Mobilidade?

Como é o processo participativo?

Oficinas comunitárias

Audiências públicas

Para mais informações acesse: www.plan.pontagrossa.pr.gov.br

Metodologia CDP

TEMAS	CONDICIONANTES	DEFICIÊNCIAS	POTENCIALIDADES
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO			
INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS			
ASPECTOS AMBIENTAIS			

3º FASE DIRETRIZES E PROPOSTAS

Metodologia para Elaboração dos cenários



Sintetização das propostas

FASE ANALÍTICA			FASE PROPOSITIVA					
C	D	P	DESCRIÇÃO	DIRETRIZES	AÇÕES	CURTO	MÉDIO	LONGO

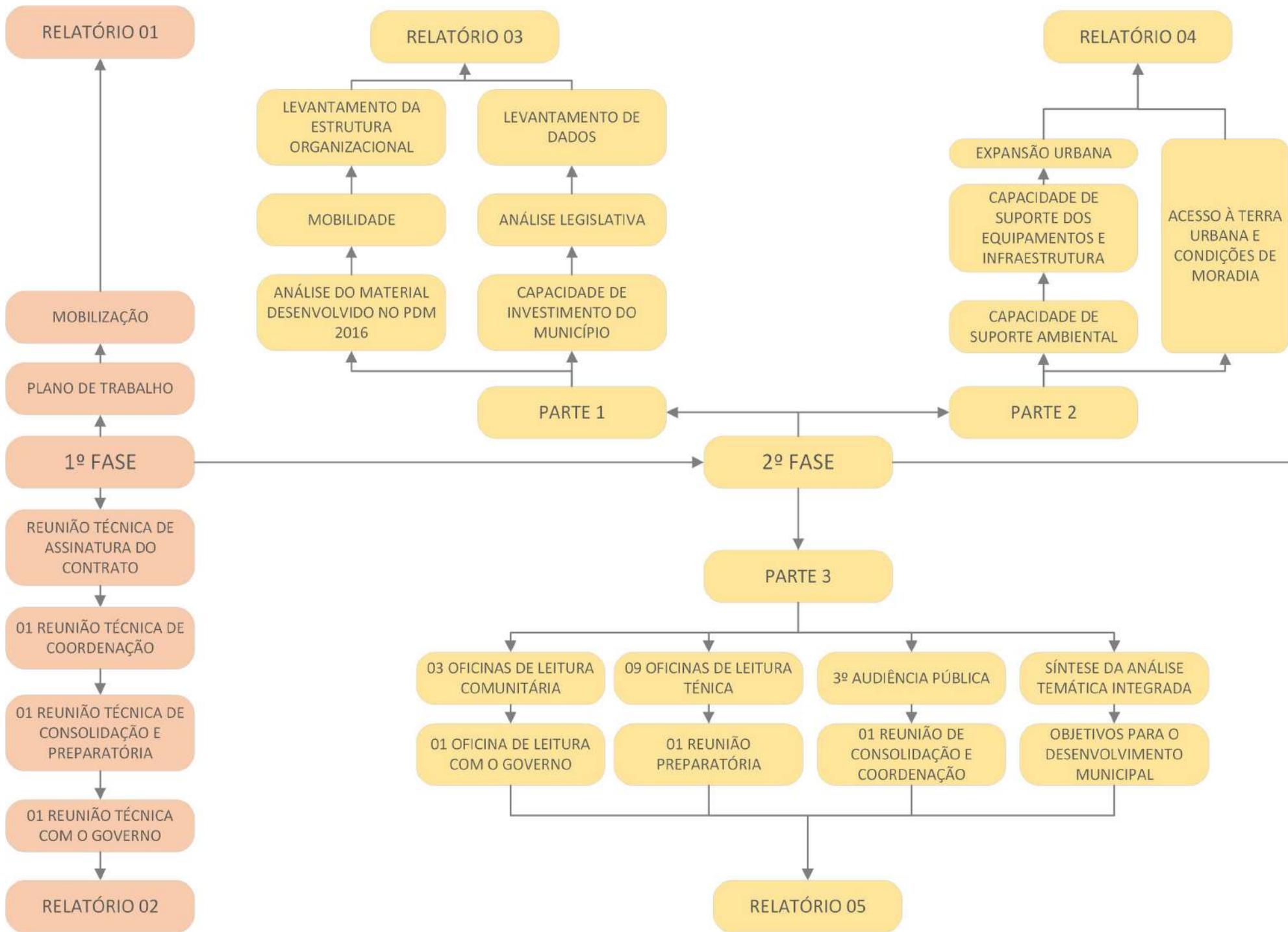
4º FASE PLANO DE AÇÕES E INSTITUCIONALIZAÇÃO

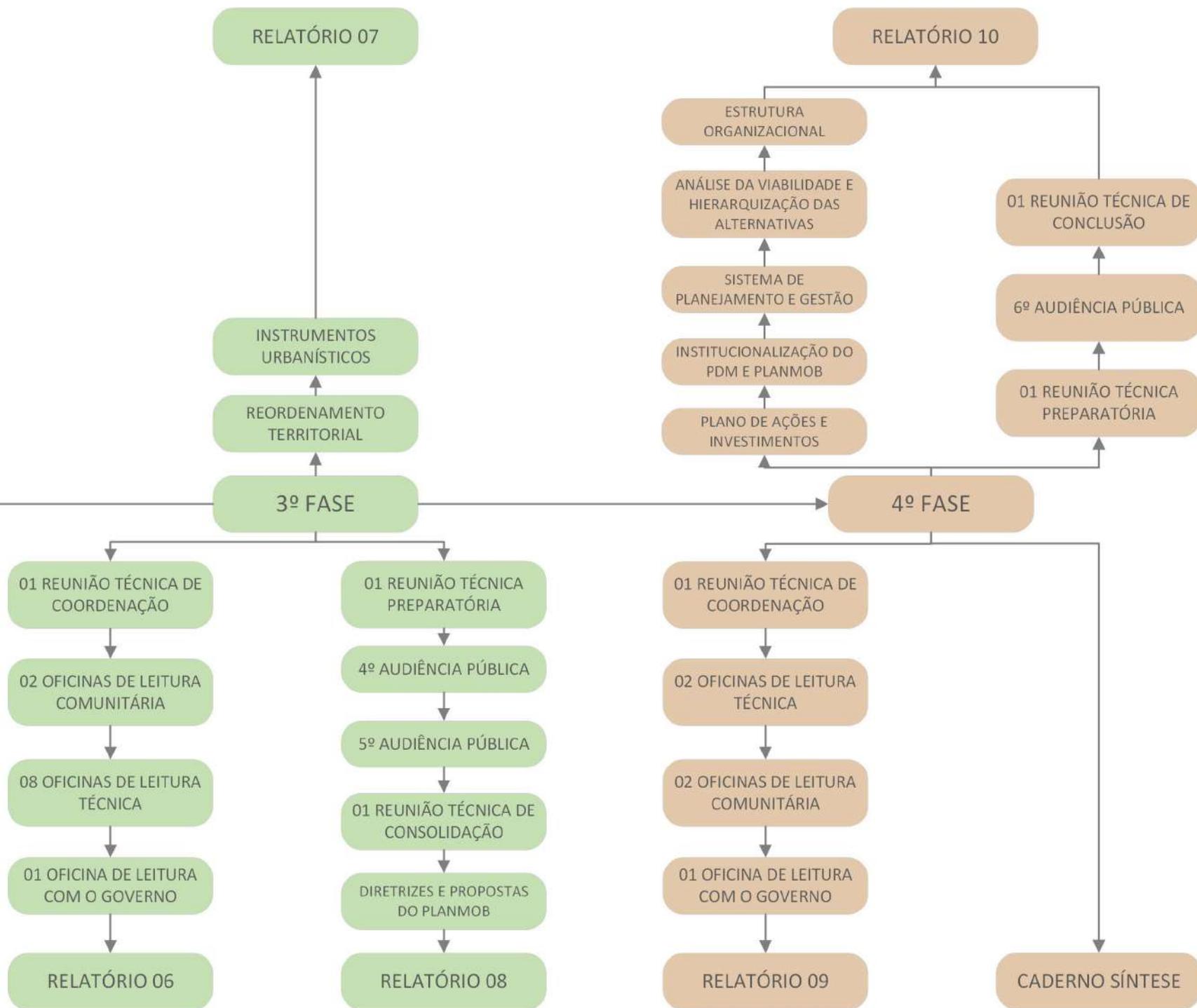
Sistematização do Plano de Ações e Investimentos

TEMÁTICA: Refere-se ao assunto que se quer desenvolver as ações							
PROGRAMA	1	É o conjunto de projetos coordenados entre si de forma articulada e dinâmica e que visam objetivos comuns					
OBJETIVO	1.1	É o propósito de realizar algo, é aonde se quer chegar					
INDICADOR DE MONITORAMENTO	Informação que permite mensurar a realização de cada uma das ações propostas em relação ao planejamento inicial, auxiliando a tomada de decisões estratégicas e operacionais						
METAS							
Curto (1 a 2 anos)		Médio (2 a 4 anos)			Longo (4 a 5 anos)		
É o caminho a ser percorrido para que se possa alcançar o objetivo desejado / Quantidade e prazo							
AÇÕES							
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PRAZOS			CUSTO (R\$)	FONTES DE RECURSOS	RESPONSÁVEL
		CURTO	MÉDIO	LONGO			
1.1.1	É a tarefa que deverá ser executada para atingir a meta e alcançar o objetivo	Tempo determinado para realização de algo			Investimento para a fabricação de um produto ou a prestação de um serviço	É a origem ou procedência dos recursos que devem ser gastos com uma determinada finalidade	Órgão capaz de assumir a responsabilidade e sobre determinada ação
LOCALIZAÇÃO	É o lugar onde está localizado algo ou a ação. O termo está associado a um certo espaço geográfico						

Sintetização das propostas







2º FASE

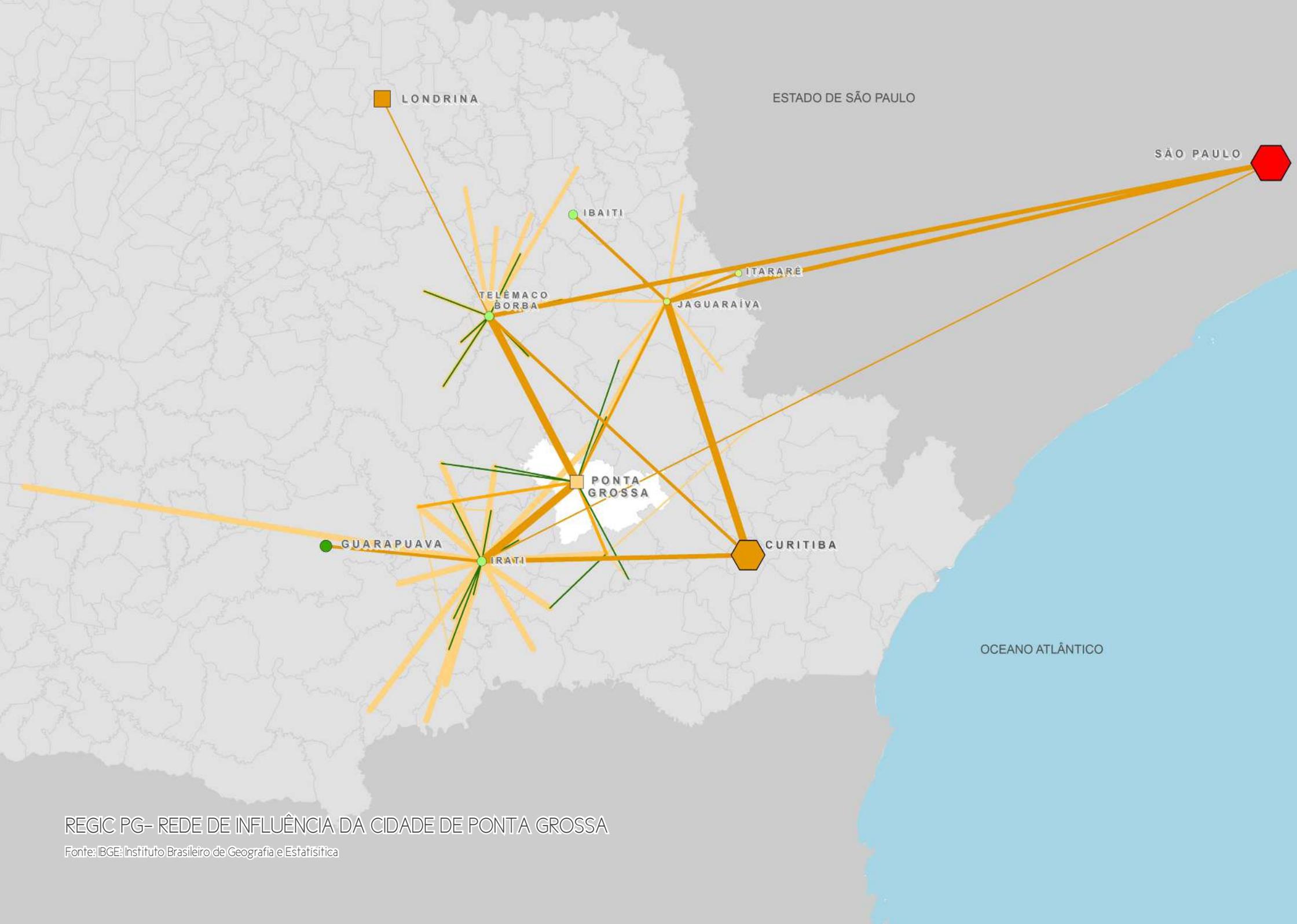
REALIDADE ATUAL
DO MUNICÍPIO

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA - PARTE 1

A Análise Temática Integrada – Parte 1 tem o objetivo de apresentar o diagnóstico da realidade atual do município a partir da análise do material já desenvolvido na Revisão do Plano Diretor de 2016, assim como a partir de outros dados que necessitaram ser levantados e/ou atualizados para a revisão do Plano Diretor Municipal de Ponta Grossa. Os dados aqui apresentados foram coletados em cadastros, imagens, fotos aéreas, levantamento de campo, planos setoriais municipais e também da legislação vigente (decretos, leis, portarias, etc).

ASPECTOS
SOCIOECONÔMICOS
E
INSERÇÃO REGIONAL

Orientação e apoio ao **desenvolvimento econômico local**, em especial na geração de emprego, nas organizações locais da comunidade, cooperativas, pequenas e microempresas e na **aglomeração espacial** de indústrias e serviços apropriados.

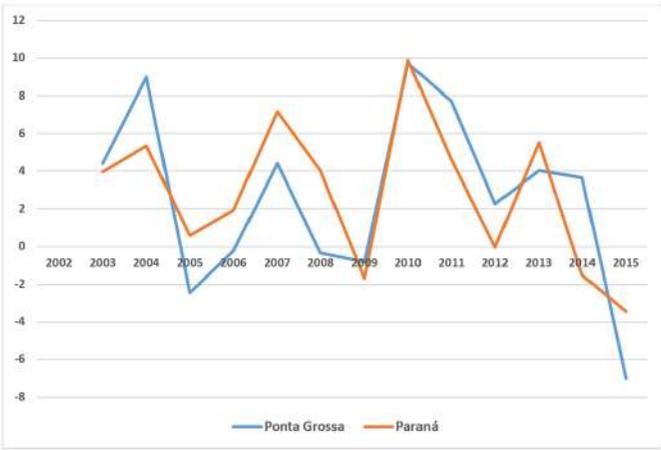


REGIC PG- REDE DE INFLUÊNCIA DA CIDADE DE PONTA GROSSA

Fonte: IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Taxas Anuais de Crescimento do PIB do município de Ponta Grossa e do Estado do Paraná - 2002-2015 (% a.a.)

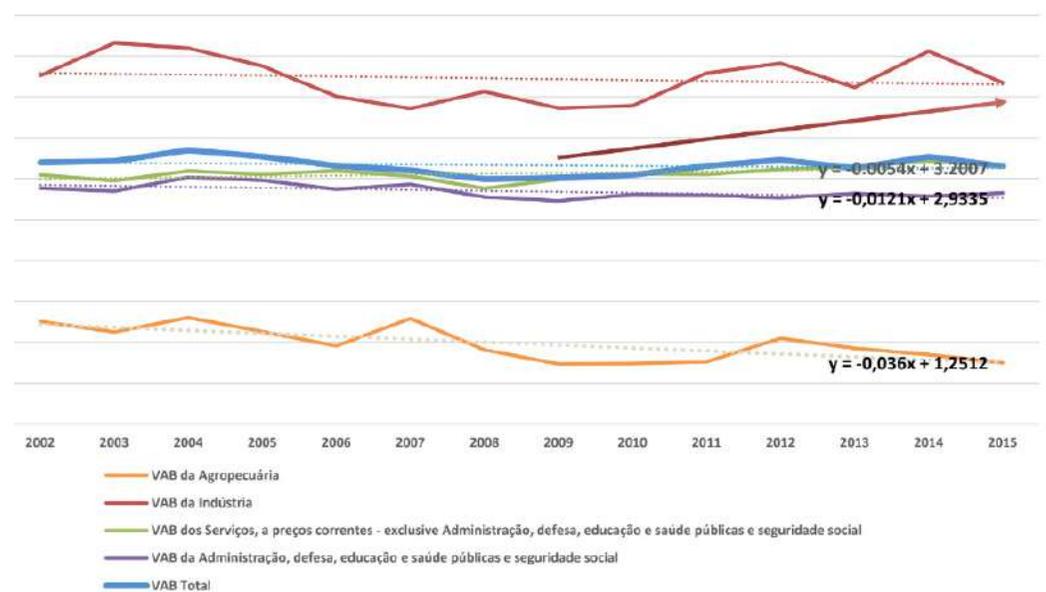
Fonte: IBGE - Adaptado por URBTEC



O desempenho das Taxas de Crescimento do PIB de Ponta Grossa no período 2002-2015 apresentou um padrão semelhante ao do Estado do Paraná. No período 2002-2015, é possível constatar que, entre os anos 2005 e 2008, o PIB do Paraná cresceu a taxas anuais médias superiores às do PIB de Ponta Grossa: 3,8% a.a. e 2,4% a.a., respectivamente. Entre os anos 2008-2015, as taxas anuais médias de crescimento do PIB de Ponta Grossa foram superiores: 2,7% a.a. e 1,7% a.a., respectivamente.

Participação do VAB de Ponta Grossa em relação ao VAB Paraná - 2002 - 2015 (%)

Fonte: IBGE - Adaptado por URBTEC



Entre 2002-2015, a inserção da economia local na paranaense modificou o seu padrão, apesar da participação do Valor Adicionado Total - VAB do município no VAB total do estado ter permanecido praticamente estável (3,2% / 3,1%). No entanto, neste contexto, observa-se uma perda de participação do VAB da Agropecuária no VAB total dessa atividade no estado; uma relativa estabilidade do VAB dos Serviços e da Administração Pública no VAB total dessas atividades no Paraná; e um ganho de participação do VAB da Indústria localizada em Ponta Grossa no VAB total desse segmento no estado.

IDHM do município de Ponta Grossa- 2000 e 2010

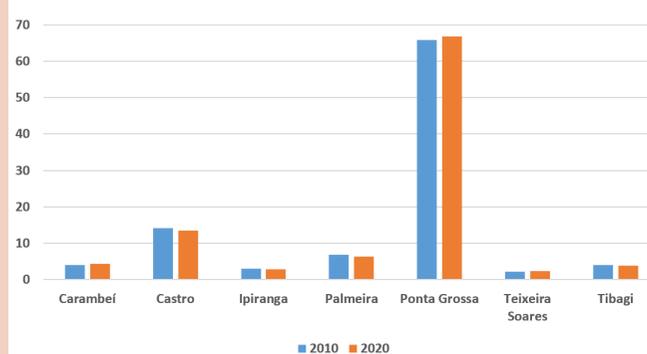
Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - Adaptado por URBTEC

Ano	IDHM	IDHM-E	IDHM-L	IDHM-R
2000	0,676	0,548	0,803	0,701
2010	0,763	0,703	0,837	0,755

Em 2000, o IDHM referente ao município de Ponta Grossa indicou uma situação de "médio desenvolvimento". Em 2010, o município progrediu para a faixa de "alto desenvolvimento", com avanços em todos os subíndices, principalmente o relativo à Educação. Nesse subíndice, os avanços entre 2000 e 2010 foram expressivos em todos os seus indicadores.

Participação da população de PG e circunvizinhos no total da região 2010/2020

Fonte: IBGE, IPARDES - Adaptado por URBTEC



A população de PG representou, em 2010, cerca de 65,8% da população total da região do município e seus circunvizinhos. No período 2010-2020, este percentual apresenta-se crescente, de 65,8% para 66,7%. No período 2017-2040, a população do município deverá aumentar de um contingente correspondente a 354.091 pessoas, em 2020, para 386.947 residentes, em 2040.



Vista aérea da BR 376 em Ponta Grossa

Fonte: <http://selosocial.pontagrossa.pr.gov.br/node/40304>

CONDICIONANTES

Localização estratégica: Região Metropolitana de Curitiba, Norte e Oeste do Paraná

Programa Paraná Competitivo: relevante para os investimentos locais.

Consolidação de um ecossistema Local de Inovação.

Consolidação dos Distritos Industriais

Localização das atividades agropecuárias

DEFICIÊNCIAS

Transporte aeroviário

Dinamismo da economia local e pressões sobre o ordenamento urbano

Baixa capacidade de investimento por parte da Prefeitura, não permitindo a implementação de programas importantes para seu desenvolvimento.

Baixa integração estratégica entre Instituições de Ciência e Tecnologia e empresas locais.

Esgotamento das áreas industriais públicas, restando nos Distritos Industriais apenas áreas privadas.

Conflitos entre estabelecimentos agropecuários e moradores de conjuntos habitacionais, ambos contíguos ao perímetro urbano.

POTENCIALIDADES

Localização dos investimentos industriais em "distritos industriais" (BR 376 / Sul; e PR 151 / Carambeí / Norte), o que favorece o ordenamento urbano.

Forte endogenia da economia local: intensos efeitos multiplicadores dos investimentos sobre a cidade

Iniciativas voltadas para uma melhor estruturação do Ecossistema Local de Inovação.

Importâncias das Instituições de Ciência e Tecnologia Locais (p. ex., UEPG e IAPAR)

Parque Tecnológico (em fase de planejamento), integrado ao Sistema Estadual de Parques Tecnológicos- SEPARTEC

Agricultura Periurbana ("cinturão verde")

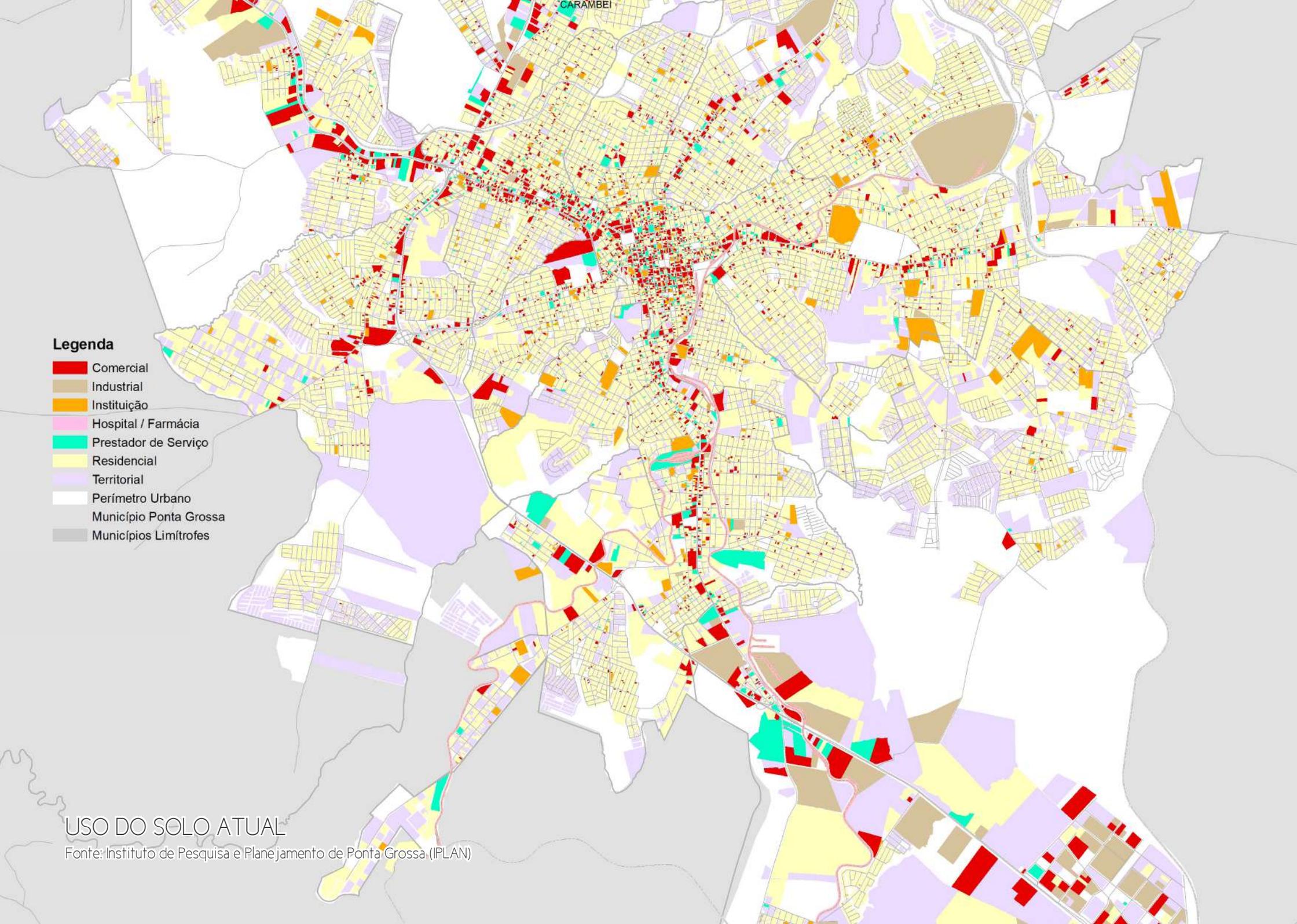
Estruturação espacial do município visando a proteção e gerenciamento dos ambientes natural e construído, incluindo sua biodiversidade, recursos em termos de solo e naturais, garantindo o seu **desenvolvimento integrado e sustentável.**

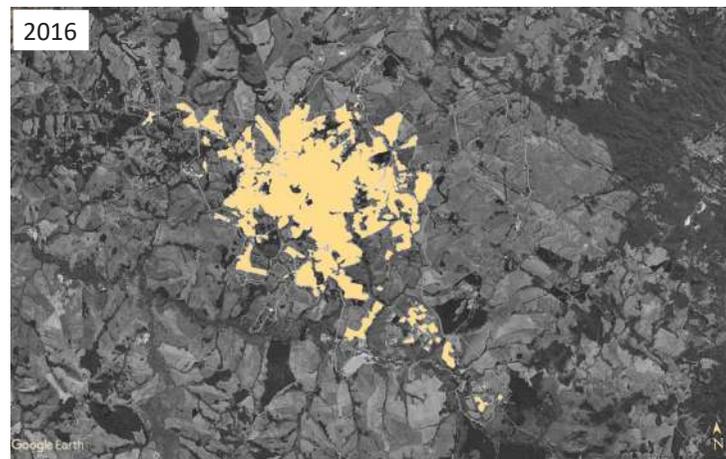
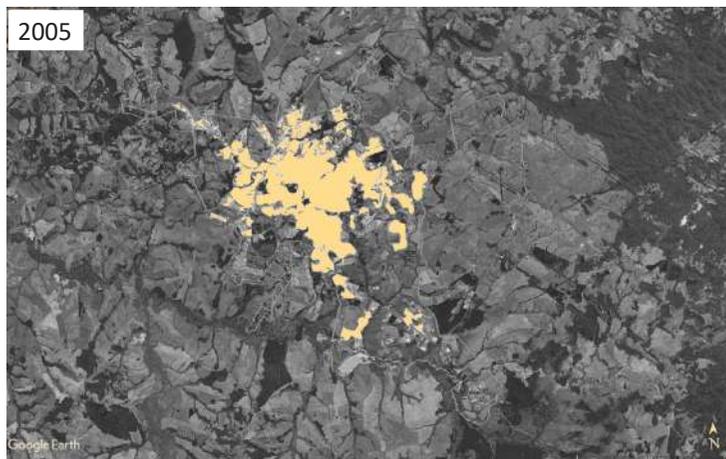
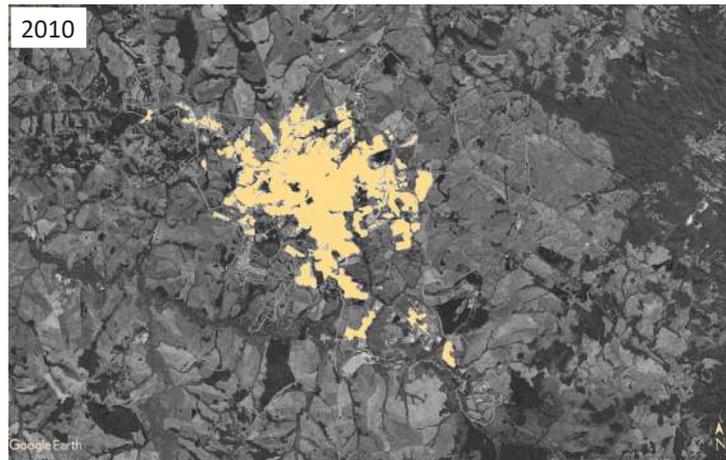
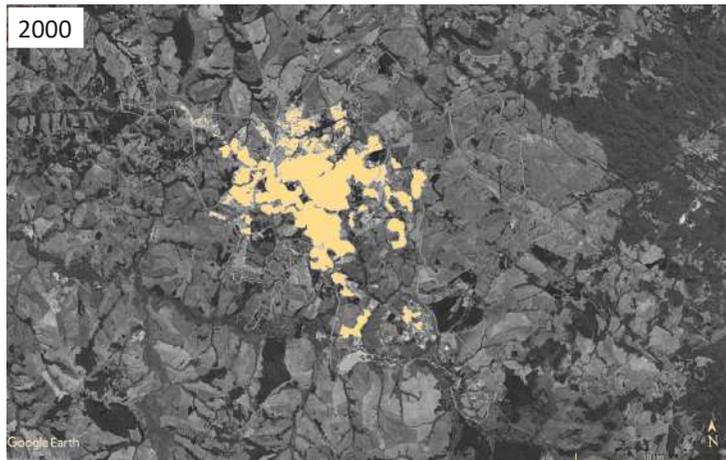
Legenda

- Comercial
- Industrial
- Instituição
- Hospital / Farmácia
- Prestador de Serviço
- Residencial
- Territorial
- Perímetro Urbano
- Município Ponta Grossa
- Municípios Limitrofes

USO DO SOLO ATUAL

Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento de Ponta Grossa (IPLAN)





A ocupação inicial da região onde a cidade se estabeleceu, conhecida como região dos Campos Gerais do Paraná, se deu a partir do século XVIII, com a integração econômica da área ao movimento do tropeirismo. Pode-se resumir que o padrão espraiamento da urbanização da cidade, acomodados em eixos estruturadores do sistema viário urbano, e a presença de muitos vazios urbanos, produzem distâncias entre as zonas residenciais situadas na periferia e as principais áreas geradoras de empregos e de consumo. Esse modelo de urbanização tem encarecido a implantação de elementos de infraestrutura pelo poder público. O espraiamento da cidade, em todas as direções, resulta em uma configuração bastante irregular, criando grandes vazios urbanos.

Fonte: Interpretação a partir de imagens do Google Earth

Até 1960 a área urbanizada restringia-se às áreas centrais e a quatro eixos de ocupação ao longo das avenidas Dom Pedro II, Monteiro Lobato, Carlos Cavalcanti e Visconde de Mauá. O crescimento populacional acompanha o sentido de incremento do perímetro urbano. Em relação ao perímetro urbano, as alterações praticadas nos seus limites a partir de 1950 foram sempre no sentido de expandi-lo, exceto na alteração (Lei Municipal nº 9.055/2007), sendo que as maiores ampliações, em termos relativos, ocorreram justamente entre as décadas de 1950 e 1970.

Ainda, ocorreram muitas inclusões de lotes/áreas específicas no perímetro urbano, através de leis ordinárias (10099/2009; 10134/2009; 10297/2010; 10634/2011; 10688/2011; 10749/2011; 10793/2011; 10842/2011; 10952/2012; 11060/2012; 11085/2012; 11214/2012; 11250/2012; 11634/2013; 11793/2014; 11860/2014; 12460/2016; 12487/2016; 12583/2016).

Expansão Territorial em dados quantitativos

Fonte : PMPG, IBGE - Adaptado por URBTEC

Ano	População	TX.C relativo	Área PU (Km²)	Acréscimo relativo
1940	30.220		25,9	
1950	43.486	43,90%	22,4	-13,50%
1960	78.557	80,60%	50,3	124,60%
1970	113.074	43,90%	90,2	79,30%
1980	172.929	52,90%	149,3	65,50%
1991	221.671	28,20%	150,3	0,70%
2000	266.683	20,30%	200,3	33,30%
2010	304.733	14,30%	199,3	-0,50%



Vista aérea do centro da cidade de Ponta Grossa

Fonte: <http://pontagrossa.pr.gov.br/invistaempg/assets/dist/img/mais-informacoes-bg.jpg>

CONDICIONANTES

Expressiva centralidade regional vis à vis municípios circunvizinhos, sem conformação de uma Região Metropolitana.

Rede rodoviária estadual e federal cruzando o município.

Evolução da ocupação urbana

DEFICIÊNCIAS

Infraestrutura, condições de mobilidade urbana, oferta de serviços públicos em descompasso com o expressivo crescimento da economia local.

As rodovias que cortam o município, por se tratarem de rodovias federais e estaduais, dependem dessas instâncias de governo para alterarem seu traçado, o que implica na circulação de veículos de carga pelo seu perímetro urbano.

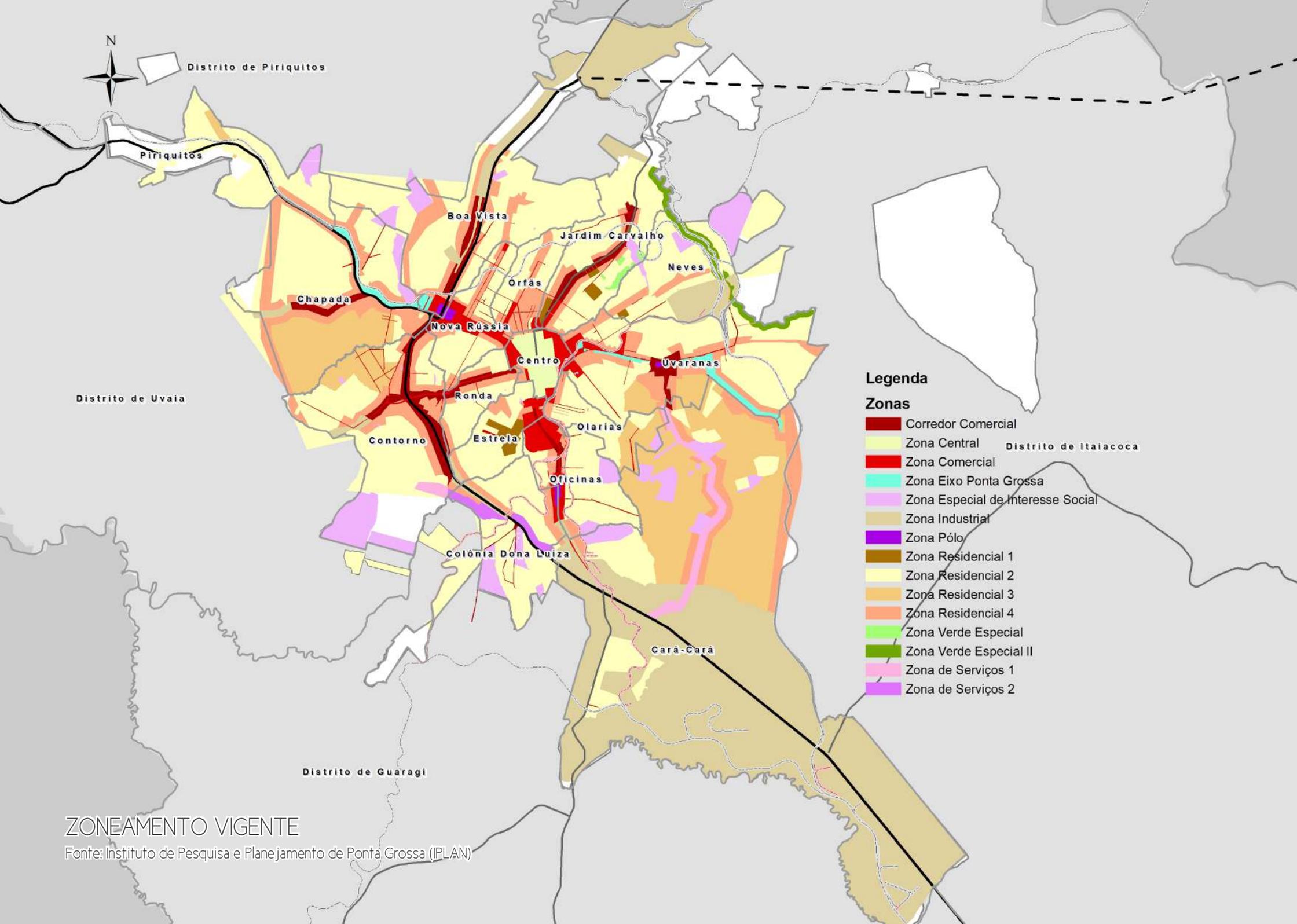
Definição do Perímetro Urbano excessivamente recortado em função de aprovação de loteamentos em áreas rurais limítrofes ao perímetro, a partir de leis ordinárias.

Ocupação difusa/ espraçada -aumentando o custo da infraestrutura e gerando vazios urbanos, resultando em maiores distâncias entre as áreas de oferta de emprego e consumo e zonas residenciais situadas na periferia urbana.e uma baixíssima densidade populacional - 15.29 hab/ha(2010).

POTENCIALIDADES

Expansão de investimentos industriais no município.

Ponta Grossa é o mais importante ponto de convergência dos fluxos provenientes das diversas mesorregiões paranaenses e devido à sua localização geográfica, abriga a função de centro distribuidor da circulação viária estadual, através de um sistema composto pelas rodovias BR-376, BR-373 e PR-151.



Legenda

Zonas

- Corredor Comercial
- Zona Central
- Zona Comercial
- Zona Eixo Ponta Grossa
- Zona Especial de Interesse Social
- Zona Industrial
- Zona Pólo
- Zona Residencial 1
- Zona Residencial 2
- Zona Residencial 3
- Zona Residencial 4
- Zona Verde Especial
- Zona Verde Especial II
- Zona de Serviços 1
- Zona de Serviços 2

ZONEAMENTO VIGENTE

Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento de Ponta Grossa (IPLAN)

CONDICIONANTES

Evolução da ocupação urbana.

DEFICIÊNCIAS

Áreas dentro perímetro urbano que não são propícias ao assentamento urbano, com declividades acentuadas e que abrigam ocupações irregulares.

Decréscimo da ocupação na área central, segundo informações do Censo de 2010 (IBGE).

Tendência de adensamento da malha urbana no sentido leste, onde encontram-se as áreas de mananciais e de preservação ambiental.

Rodovia BR-376, no sentido sudoeste, onde encontra-se um dos Distritos Industriais, concentra a maior área destinada ao uso industrial, sendo que sua ocupação é bastante rarefeita, gerando vazios urbanos, o que possibilita a inserção de ocupações irregulares.

Conflito entre linha férrea ativa e usos

Grande oferta de coeficiente de aproveitamento, uma excessiva flexibilidade para o adensamento construtivo

POTENCIALIDADES

Vista aérea do centro da cidade de Ponta Grossa

Fonte: <https://www.facebook.com/SkyscraperCityPontaGrossa/>



CONDICIONANTES

Legislação de uso e ocupação do solo

DEFICIÊNCIAS

Uso de 100% do lote para garagem e estabelecimentos comerciais, em contradição com o Parágrafo 2º do Art. 28 da Lei 6329/99 (atualizada) que exige reserva de áreas permeáveis nos lotes.

Uso do embasamento dos edifícios para garagens.

Insegurança da população na região central da cidade no período noturno. considerar a liberação de usos mistos, possibilitando o uso residencial que gera um maior dinamismo nas ruas.

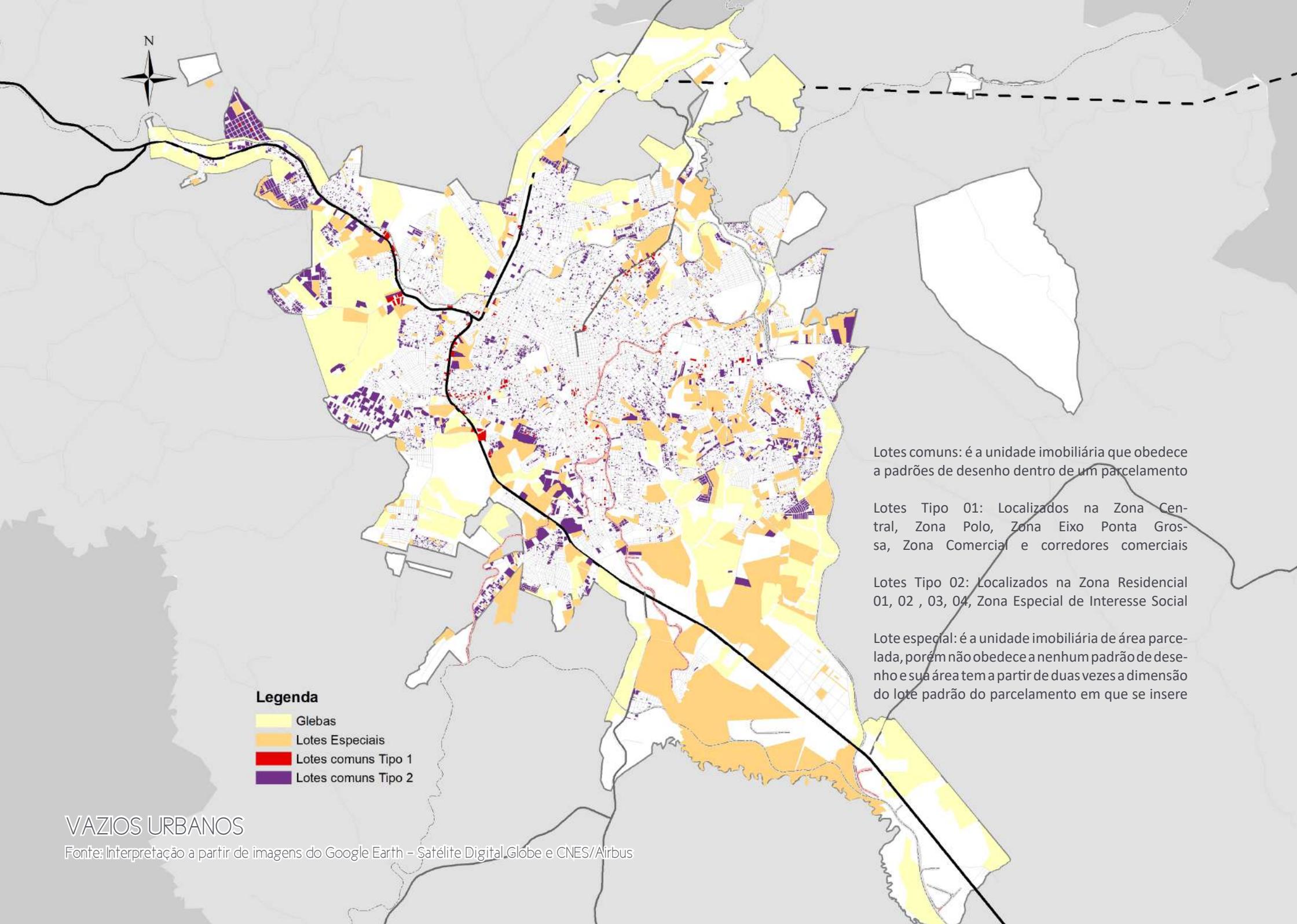
Inexistência de definição da taxa de permeabilidade do solo na Tabela II da Lei, apesar de ser citada nas Observações da Tabela, no item (4) – Taxa de Permeabilidade de 75%

Pouca exigência de recuos.

Sistema viário incompatível com o adensamento previsto pelos parâmetros da lei de uso do solo atual.

Portais de acesso aos condomínios tem altura inferior ao Caminhão dos bombeiros

POTENCIALIDADES



Legenda

- Glebas
- Lotes Especiais
- Lotes comuns Tipo 1
- Lotes comuns Tipo 2

Lotes comuns: é a unidade imobiliária que obedece a padrões de desenho dentro de um parcelamento

Lotes Tipo 01: Localizados na Zona Central, Zona Polo, Zona Eixo Ponta Grossa, Zona Comercial e corredores comerciais

Lotes Tipo 02: Localizados na Zona Residencial 01, 02, 03, 04, Zona Especial de Interesse Social

Lote especial: é a unidade imobiliária de área parcelada, porém não obedece a nenhum padrão de desenho e sua área tem a partir de duas vezes a dimensão do lote padrão do parcelamento em que se insere

VAZIOS URBANOS

Fonte: Interpretação a partir de imagens do Google Earth - Satélite Digital Globe e CNES/Airbus

CONDICIONANTES

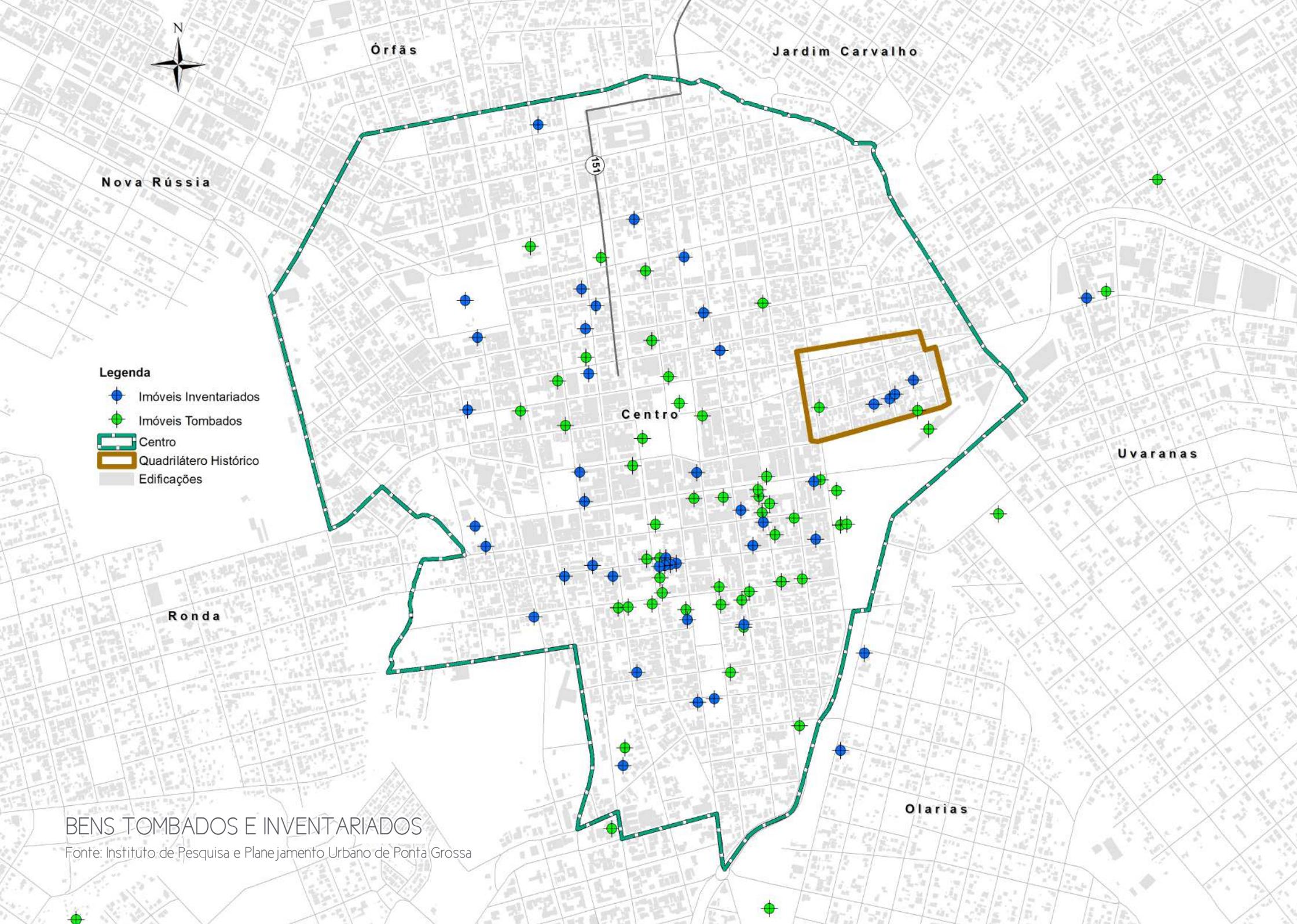
DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

Legislação de uso e ocupação do solo	<p>A legislação urbanística permite que lotes de ambos os lados da via limitados por zonas diferentes adquiram os parâmetros urbanísticos menos restritivos vigindo a profundidade máxima de 30 metros.</p> <p>A legislação facilita a proximidade entre os loteamentos fechados, prejudicando a integração da malha urbana. (Art. 42 da Lei 10.408/2010)</p>	
Aeroporto	Problemas com o aumento do número de vôos no aeroporto.	
Consolidação da zona urbana do Distrito de Itaiacoca.	Falta de consolidação do perímetro urbano - ITAIACOCA.	
Consolidação da zona urbana do Distrito de Guaragi	Falta de consolidação do perímetro urbano- GUARAGI	Presença das comunidades de quilombolas e rurais
Consolidação da zona urbana do Distrito de Piriquitos.	Falta de consolidação do perímetro urbano- PIRIQUITOS	
Faixas não edificáveis - Ferrovia	Estão em desuso no meio urbano	
Faixas não edificáveis - Rodovias e Linhas de Transmissão	Muitas estão sem manutenção propiciando o surgimento de ocupações irregulares.	

PATRIMÔNIO
HISTÓRICO, CULTURAL
E TURISMO

Proteção e valorização
do patrimônio cultural,
incluindo assentamentos tradicionais
e locais históricos, monumentos
e locais religiosos e históricos,
áreas arqueológicas e
paisagens culturais.



Legenda

- Imóveis Inventariados
- Imóveis Tombados
- ▭ Centro
- ▭ Quadrilátero Histórico
- ▭ Edificações

BENS TOMBADOS E INVENTARIADOS

Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa

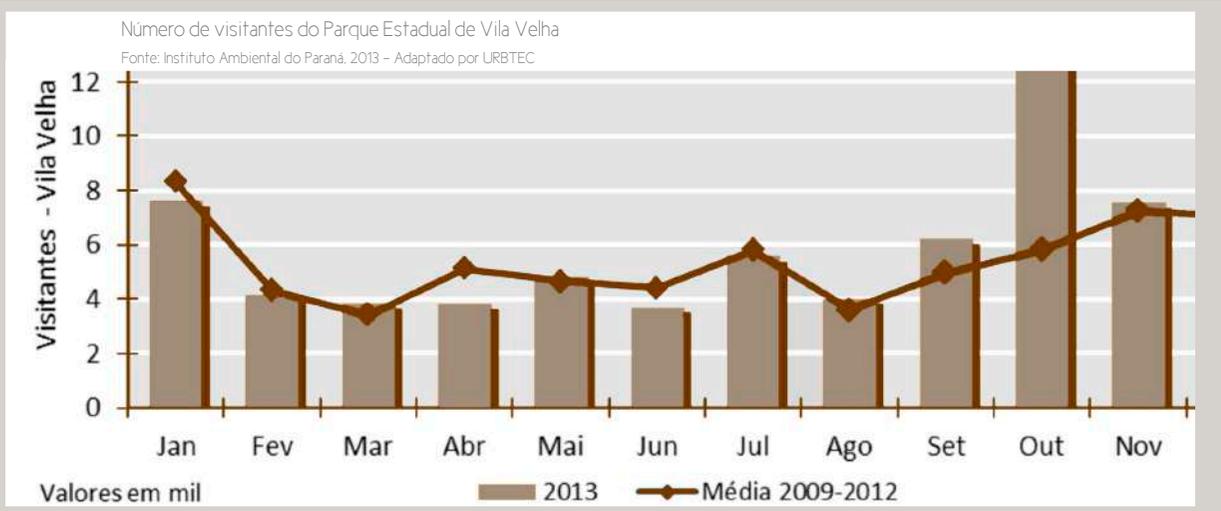


A região dos campos gerais destaca-se por uma paisagem cuja característica principal é o contraste entre os campos, as imponentes araucárias e as escarpas serranas, propícias a atividades de aventura na natureza como a prática de rapel, rafting, trekking e banhos de cachoeira, por exemplo. A Região Turística Campos Gerais, composta por 10 municípios, incluindo Ponta Grossa. O município é referência da Região com destaque para seus atrativos naturais como Vila Velha e Alagados, com potencial para aventura e lazer.

Ponta Grossa pertence a rota dos tropeiros que foi um importante corredor por onde circulavam riquezas levando desenvolvimento a locais distantes. Esse movimento perdurou desde o início do séc. XVIII até por volta do ano de 1930, sendo que seus pontos de parada para pouso possuem hoje um apelo turístico histórico-cultural. Além de Ponta Grossa, pertencem à Rota dos tropeiros as seguintes cidades: Arapoti, Balsa Nova, Campo do Tenente, Campo Largo, Carraubeí, Castro, Jaguariaíva, Lapa, Palmeira, Porto Amazonas, Rio Negro, Sengés e Telêmaco Borba. Estas características atraem turistas interessados na história e cultura tropeira, que se soma aos atrativos naturais da região, oferecendo ainda a gastronomia típica.



O Parque Estadual de Vila Velha, principal atração turística do município de Ponta Grossa, demonstrou queda crescente entre os anos de 2007 a 2010 e uma recuperação a partir daí. Segundo o Instituto Ambiental do Paraná- IAP, que gerencia o Parque de Vila Velha, a visitação em 2015 foi de 65.391 pessoas chegando a quase 72.000 visitantes no ano de 2016, indicando uma recuperação da visitação em relação a dados anteriores.





Parque Estadual de Vila Velha

Fonte: <http://pontagrossa.pr.gov.br/investaempg/assets/dist/img/mais-informacoes-bg.jpg>

CONDICIONANTES

Lei Municipal nº 8431, de 29/12/2005 que dispõe sobre os instrumentos de proteção ao patrimônio cultural do município.

Existência de patrimônio imaterial

Turismo Rural

Significativo patrimônio natural

Proximidade de Curitiba e em um entroncamento viário de acesso aos outros municípios.

Existência do Conselho Municipal de Cultura, Fundação Municipal de Turismo e Observatório do Turismo

Decreto Nº 13.805/2017 Regulamenta a Lei nº 12.066/2014, que dispõe sobre benefício fiscal municipal (IPTU) para incentivadores de eventos geradores de fluxos turísticos no Município de Ponta Grossa.

DEFICIÊNCIAS

Imóveis tombados e inventariados de forma geral degradados e sem conservação adequada.

Falta qualificação e estruturação de divulgação (interna – população local, e externa)

Inexistência de um planejamento para as atividades de turismo rural.

Ausência de infraestruturas de acesso e apoio ao visitante

Não se consolidou como destino ainda, mas como apoio a outros destinos. Inexistência de material de divulgação (folders, filmes, entre outros) para divulgação dos atrativos turísticos municipais.

A legislação não parece ser suficiente para consolidar reflexos significativos no município em termos de turismo

POTENCIALIDADES

Valorização da cultura local e atratividade turística

Possui colonização diversificada

Potencial grande para o desenvolvimento do turismo rural.

Possui destaque para atrativos voltados ao turismo de aventura e histórico cultural e em vários outros segmentos

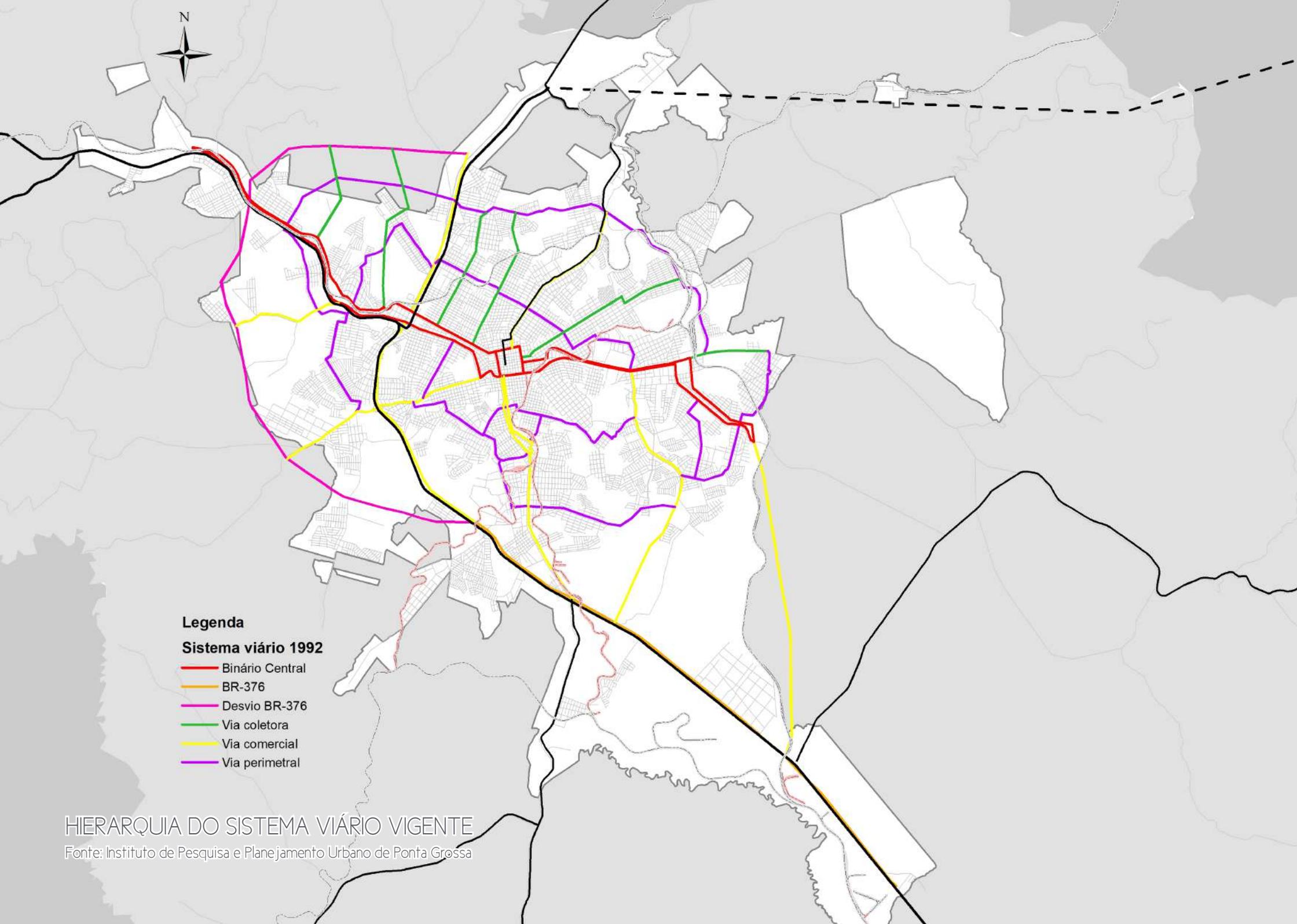
Possui estrutura de apoio ao turismo (unidades de redes hoteleiras, restaurantes variados, agências de turismo, locadoras de automóveis) Integra uma região turística oficial. Plano "Ponta Grossa Turística-2026"

Benefício fiscal municipal (IPTU) para incentivadores de eventos geradores de fluxos turísticos no Município de Ponta Grossa (Decreto nº 13.805/2017). Banco de Projetos Culturais (benefícios da Lei 11.528/2013 e do Decreto 7.947/2013)

Regulamenta a Lei nº 12.066/2014, que dispõe sobre benefício fiscal municipal (IPTU) para incentivadores de eventos geradores de fluxos turísticos no Município de Ponta Grossa, e dá outras providências.

MOBILIDADE E
ACESSIBILIDADE

Garantia de condições favoráveis para o **desenvolvimento de sistemas** de transporte de cargas e transporte de massa seguros e confiáveis, minimizando o uso de veículos individuais para facilitar a **mobilidade urbana** de uma maneira econômica e que **economize energia**.



Legenda

Sistema viário 1992

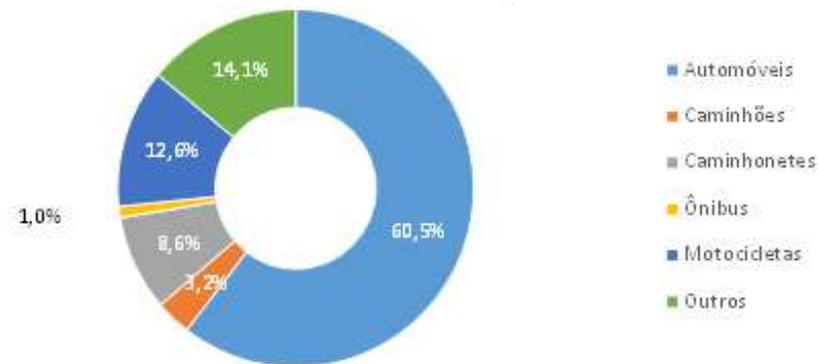
- Binário Central
- BR-376
- Desvio BR-376
- Via coletora
- Via comercial
- Via perimetral

HIERARQUIA DO SISTEMA VIÁRIO VIGENTE

Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa

Distribuição dos veículos por tipologia – Ponta Grossa 2017

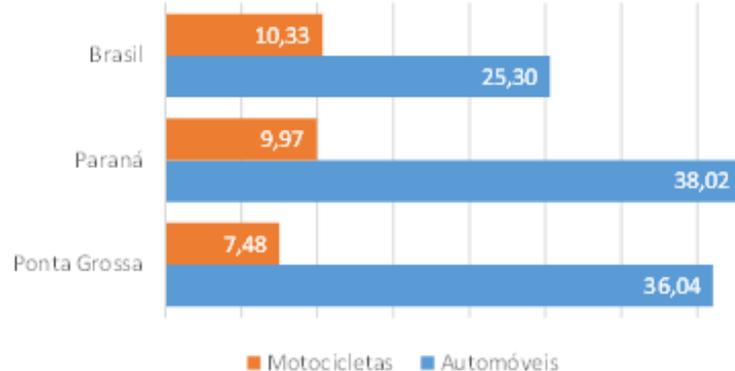
Fonte: DENATRAN, RENAVAL, SINET, 2017 - Adaptado por URBTEC



Com análise dos dados da última década, 2007 a 2017, em relação ao cadastramento de veículos no município realizado pelo Ministério das Cidades, Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN, Sistema Nacional de Registro de Veículos/RENAVAM e o Sistema Nacional de Estatística de Trânsito/SINET, apresentam taxas de crescimento acumulados em torno de 183,55% para o município de Ponta Grossa, 179,84% para o Estado do Paraná e de 195,58% para o Brasil. Estes números demonstram que a frota do município, do Estado e do País duplicaram nesta última década. O município de Ponta Grossa em 2007 tinha aproximadamente 111.799 veículos sendo que em 2017 este total passou a 205.211 veículos, um aumento de 93.412.

Taxa de motorização para cada 100 habitantes, Ano 2017

Fonte: DENATRAN, RENAVAL, SINET, 2017 - Adaptado por URBTEC

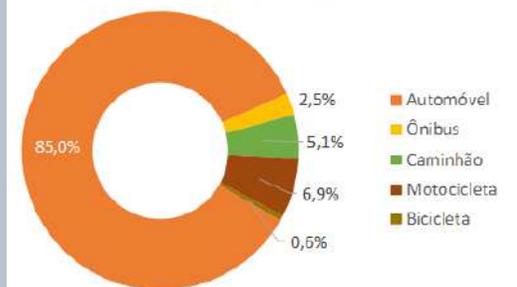


Em relação ao índice de motorização, que expressa à relação entre população e número de veículos, a cidade apresentava 36,03 automóveis a cada 100 habitantes em 2017, valor 5,21% menor ao índice do Estado e 42,44% superior ao do Brasil. Entretanto com relação as motocicletas esta taxa é de 7,43 veículos para cada 100 habitantes, no Estado 9,97 e 10,33 para o país.

Distribuição da tipologia de veículos

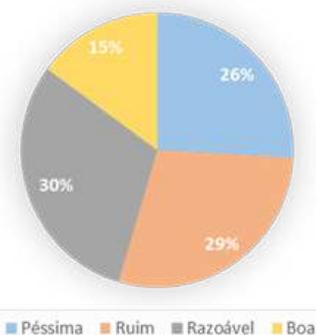
Fonte: URBTEC, 2018

Tipologia dos Veículos - Dias Úteis
Média de todos os Pontos



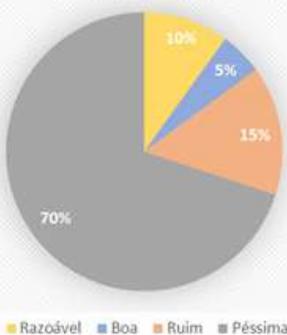
Através da pesquisa de contagem volumétrica foi possível identificar a distribuição da tipologia dos veículos durante os dias úteis, apresentado no gráfico acima. De acordo com a média calculada para todas as intersecções, a utilização massiva, mais de 85,0%, de veículos de passeio. As demais tipologias de veículo somam 25,0% e estão distribuídas da seguinte forma: 6,9% para motocicleta, 5,1% para caminhão, 2,5% para ônibus e 0,6% para as bicicletas.

Qualidade das calçadas



Fonte: URBTEC, 2018

Qualidade das ciclovias



De forma geral, o município de Ponta Grossa é carente em infraestrutura para pedestres e ciclistas. Como mostra o gráfico ao lado, 15% dos pedestres afirmaram que a qualidade das calçadas é boa, 30% razoável, 29% como ruim e 30% classificaram como péssima. Com relação a qualidade das ciclovias/ciclofaixas, 5% afirmaram que são boas, 10% como razoável, 15% afirmaram que é ruim e 70% classificaram como péssima.

Vista aérea do centro da cidade de Ponta Grossa

Fonte: <https://www.facebook.com/SkyscrapercityPontaGrossa/>



CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

Topografia

Dificuldade na implantação de vias de ligação entre os bairros

Restrição na ocupação urbana

Dificuldade de acesso para alguns serviços como coleta de lixo; corpo de bombeiros

Congestionamentos

Eixos estruturantes

Sobrecarga das vias por falta de outras alternativas

Ciclovias

Infraestrutura precária para o ciclista;

Linhas férreas inativas

Ocupações irregulares

Possibilidade de implantar novas vias com outras alternativas de modais

Linhas férreas ativas

Conflito nos cruzamentos.

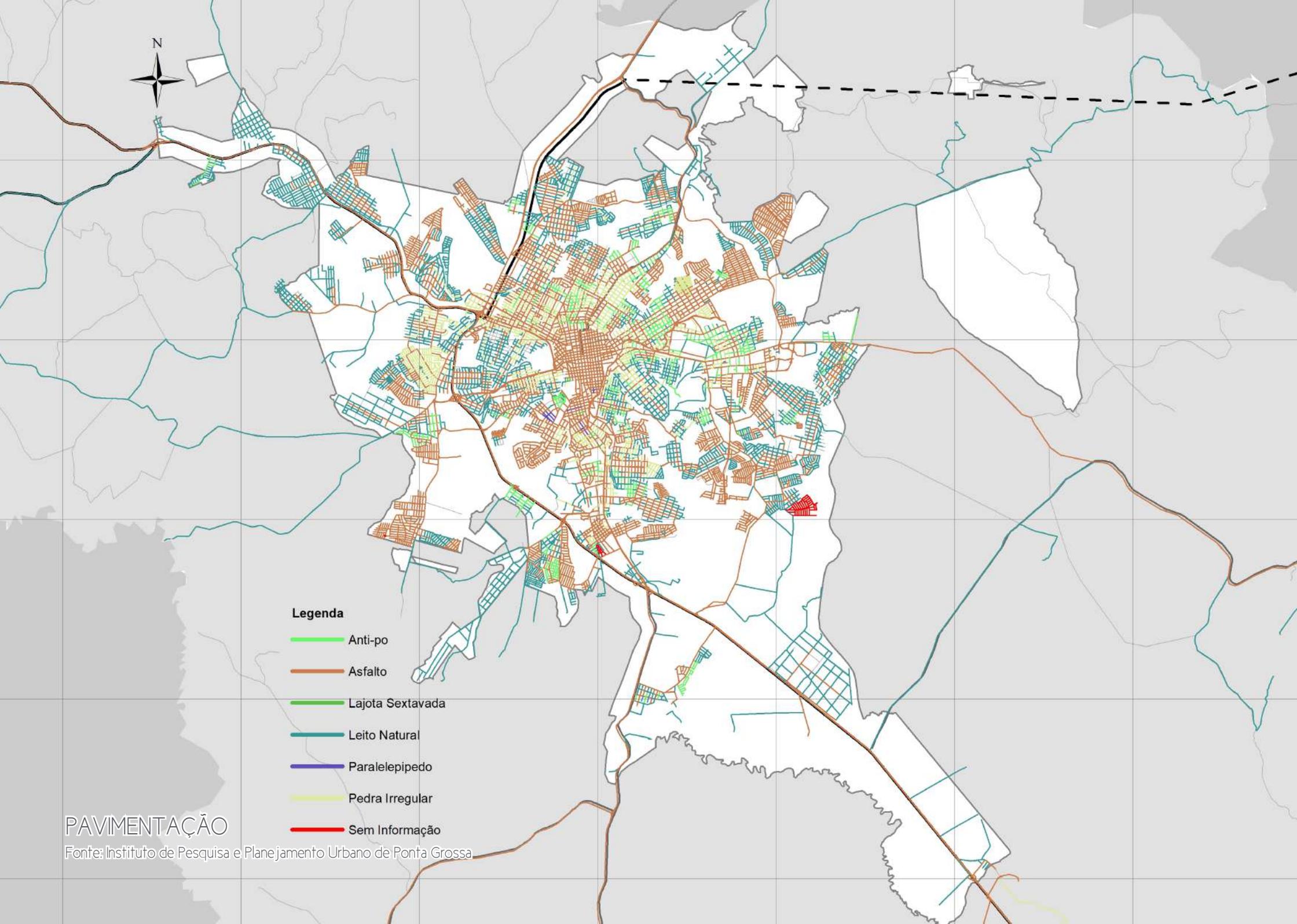
Interrupção na malha urbana da cidade

Pedestres

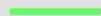
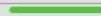
As calçadas na região central são estreitas e na maior parte dos trechos é interrompida por algum elemento fixo, principalmente postes de iluminação e placas de sinalização

INFRAESTRUTURA E
EQUIPAMENTOS
COMUNITÁRIOS

Universalização do acesso
à infraestrutura urbana e
aos serviços de **utilidade pública**
correspondentes.



Legenda

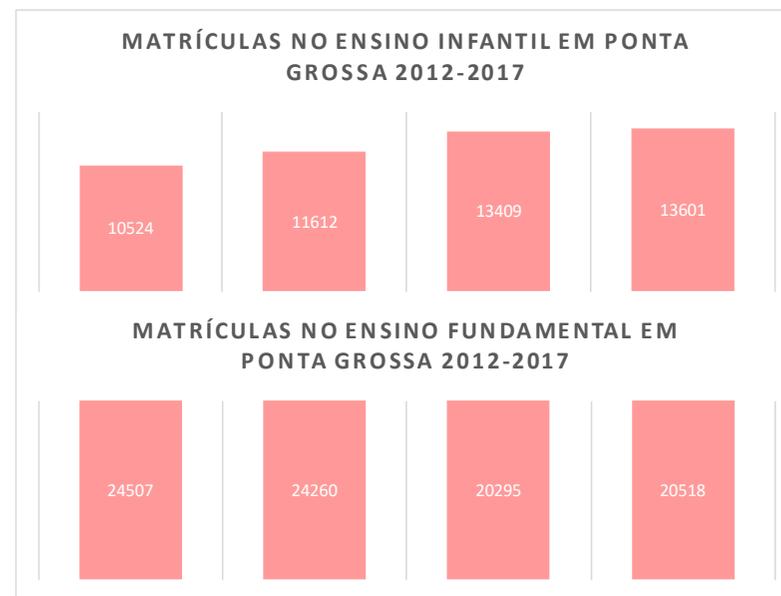
-  Anti-po
-  Asfalto
-  Lajota Sextavada
-  Leito Natural
-  Paralelepipedo
-  Pedra Irregular
-  Sem Informação

PAVIMENTAÇÃO

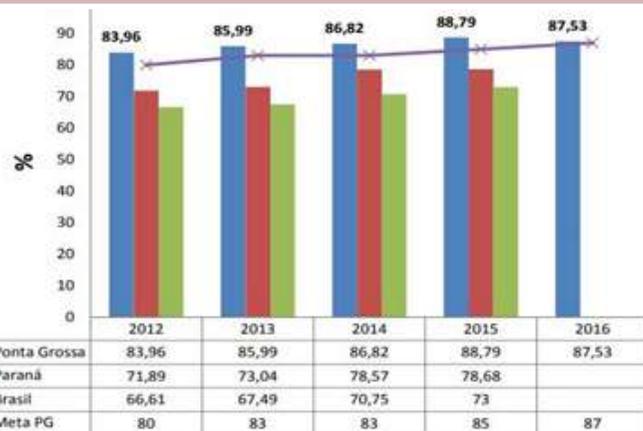
Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa

Município	UF	Ranking 2017	Pop. Total (IBGE)	Operador	Indicador de atendimento total de água (%)
Franca	SP	1	242.112	SABESP	99,96
Uberlândia	MG	2	662.362	DMAE	100
São José dos Campos	SP	3	688.597	SABESP	99,96
Santos	SP	4	433.966	SABESP	100
Maringá	PR	5	397.437	SANEPAR	99,98
Limeira	SP	6	296.440	BRK	97,02
Ponta Grossa	PR	7	337.865	SANEPAR	99,98
Cascavel	PR	8	312.778	SANEPAR	99,98
Londrina	PR	9	548.249	SANEPAR	99,98
Vitória da Conquista	BA	10	343.230	EMBASA	100

O município apresenta um aumento constante na rede de saneamento básico. Em 1991, 85,82% dos moradores urbanos tinham acesso a rede de água geral. Em 2010, esse percentual passou para 97,78%. Com relação ao esgotamento sanitário adequado, em 1991, 66,18% dos moradores de Ponta Grossa tinham acesso à rede, passando em 2010 para 82,14% de atendimento. Em outubro de 2017 a cidade foi considerada a 7ª melhor em saneamento básico do país, em uma avaliação realizada pelo Instituto Trata Brasil. Ponta Grossa ficou colocada acima de outras três cidades Paranaenses atendidas pela Sanepar: Londrina (9º), Cascavel (8º), incluindo a capital do estado, Curitiba (11º), ficando atrás somente de Maringá (5º).



De acordo com a Secretaria Municipal de Educação de Ponta Grossa, o município sofreu um expressivo aumento no número de matriculados na rede de ensino infantil. Como mostram os gráficos acima, em 2012 o número de matriculados na rede infantil era de 10524 passando para 13601 em 2017. Já no ensino fundamental o número de alunos matriculados reduziu de 24507 em 2012 para 20518 em 2017.



O indicador de Percentual das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família acompanhadas pela atenção básica permite o registro e acompanhamento das condicionalidades de saúde de um município. A cada ano o município de Ponta Grossa tem melhorado esse indicador, alcançando resultados acima da média dos Estados da Região Sul e a média nacional.

Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do PBF 2012-2016

Fonte: Plano Municipal de Saúde de Ponta Grossa, 2017

Cidade	Homicídio	Laticínio	Lesão seguida de morte
Curitiba	379	11	9
Londrina	93	5	1
S. J. dos Pinhais	92	1	1
Foz do Iguaçu	73	1	1
Cascavel	62	6	0
Colombo	60	3	2
Faz. Rio Grande	51	3	1
Paranaguá	44	1	0
Ponta Grossa	40	0	0
Sarandi	31	0	0
Paraná	2.184	67	36

De acordo com dados apresentados em janeiro de 2018 pela Secretaria do Estado de Segurança Pública do Paraná, Ponta Grossa está entre as dez cidades mais violentas do estado, sendo registrados 40 Homicídios no ano de 2017.

As cidades mais violentas do estado do Paraná
 Fonte: Secretaria do Estado de Segurança Pública, 2017



CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

Serviços urbanos

Inexistência de iluminação pública em algumas regiões da cidade. São identificados alguns trechos nos bairros Piriqitos, Chapada, Contorno, Colônia Dona Luiza, Cará Cará, etc.

A cidade dispõe de uma boa cobertura em iluminação pública

Algumas regiões da cidade não são atendidas pela rede de coleta de esgoto. São identificadas algumas vias nos bairros Piriqitos, Chapada, Contorno, Colônia Dona Luiza, Cará Cará, etc.

A cidade dispõe de uma boa cobertura na área de saneamento básico, com poucas áreas a complementar.

Algumas regiões da cidade não são atendidas pela coleta seletiva.

Programa Feira Verde.

Equipamentos públicos de saúde

43% unidades de saúde não atendem à demanda atual.

Equipamentos públicos de educação

85% das creches (1 a 3 anos) não atendem à demanda atual

36% dos equipamentos do ensino médio não atendem à demanda atual

Os equipamentos do ensino fundamental atendem à demanda atual.



Rua Visconde do Rio Branco
Fonte: URBTEC

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

Equipamentos públicos de assistência social

60% dos Centros de referência em assistência social não atende à demanda atual.

Equipamentos públicos de lazer

Falta de infraestrutura nas praças e nos parques

Grande quantidade de áreas verdes e arroios contribuem para a implantação de espaços de lazer.

Equipamentos de segurança

Postos policiais estão localizados apenas na região central da cidade

Cemitério

Capacidade esgotada de covas nos cemitérios públicos.

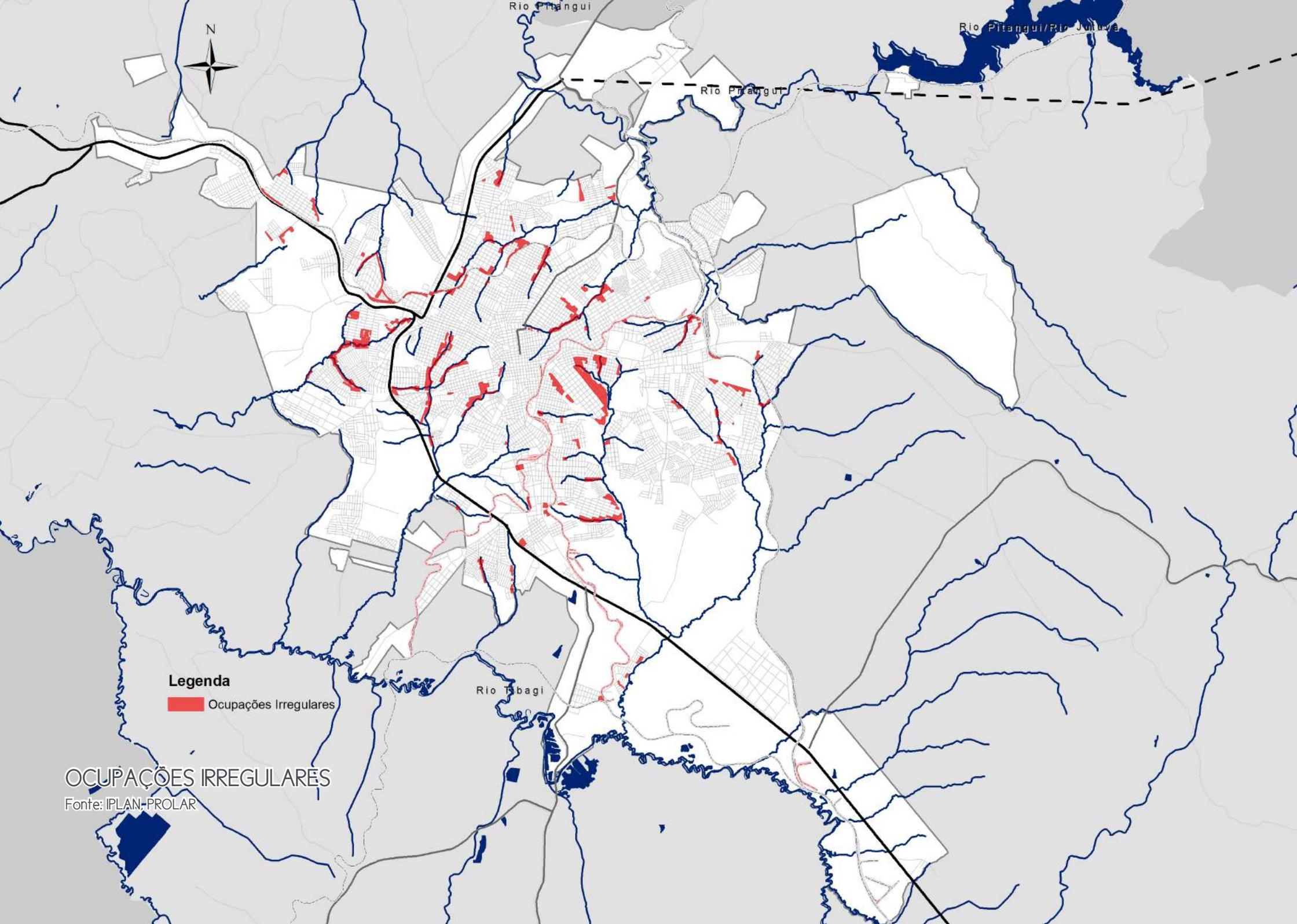
Aterro Sanitário

Esgotamento da capacidade do aterro Botuquara

Descarte de resíduos

Inexistência de postos para descarte de lixo eletrônico

Promoção ao **acesso à moradia digna**, como direito universal e fator de **inclusão social**, compreendida como aquela localizada em terra urbanizada, com acesso a todos os **serviços públicos essenciais** por parte da população que deve estar abrangida em programas geradores de trabalho e renda, bem como aquela que garante ao morador a segurança na posse.



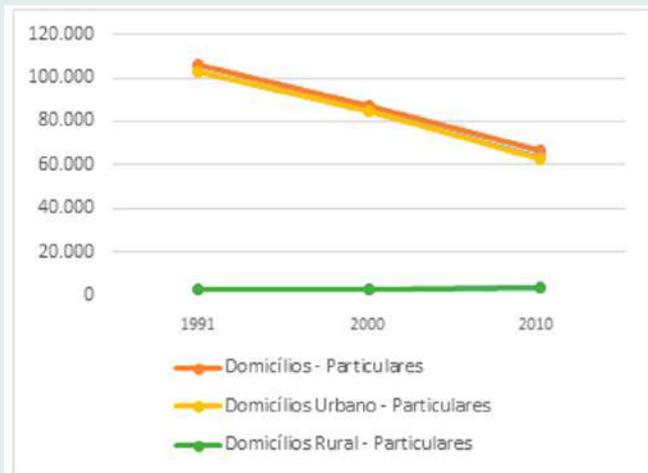
Legenda

 Ocupações Irregulares

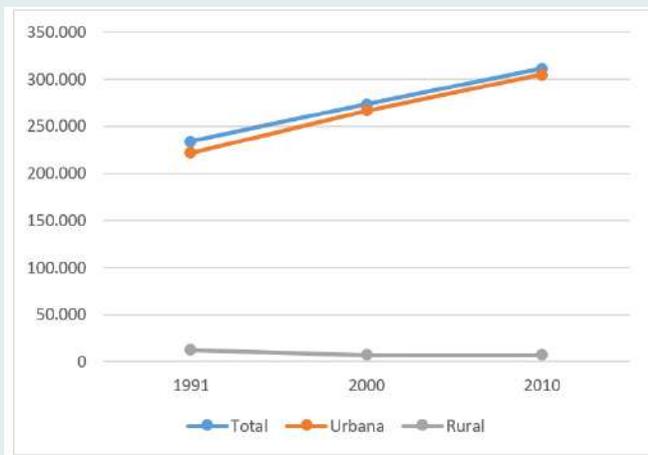
OCUPAÇÕES IRREGULARES

Fonte: IPLAN-PROLAR

Crescimento de domicílios particulares entre 1991 e 2010
 Fonte: Censo IBGE 1991, 2000 e 2010



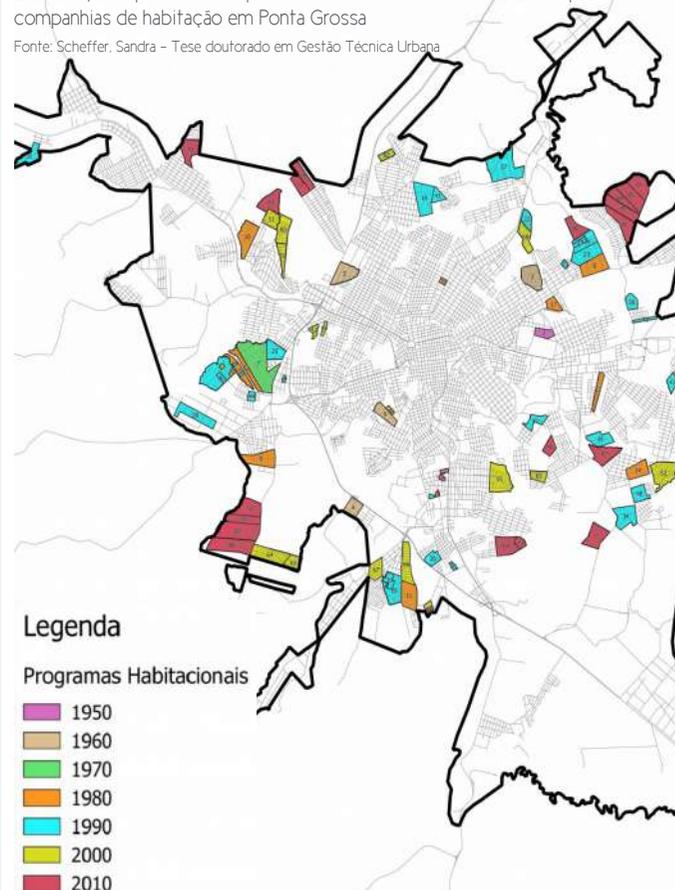
Crescimento da população entre 1991 e 2010
 Fonte: Censo IBGE 1991, 2000 e 2010



O crescimento da população de Ponta Grossa nas últimas décadas vem ocorrendo de forma mais intensa que o aumento do número de domicílios, como demonstram os gráficos acima, sendo uma das variáveis que constituem o déficit habitacional do município (Demanda Habitacional). Desde 2010, a implementação da política habitacional de interesse social de Ponta Grossa, ocorreu a partir de conjuntos habitacionais do Programa MCMV. Foram atendidas 6.209 famílias em 19 conjuntos, sendo que destas, 3.001 casas foram destinadas para retirar famílias situadas em área insalubres ou de risco.

Distribuição espacial dos empreendimentos habitacionais realizados por companhias de habitação em Ponta Grossa

Fonte: Scheffer, Sandra - Tese doutorado em Gestão Técnica Urbana



A produção habitacional pelo poder público desde de 1951, contempla oitenta e oito empreendimentos realizados por quatro Companhias públicas e uma Cooperativa privada. Quanto à localização, esses conjuntos se situam na periferia das áreas já urbanizadas, formando grandes manchas de ocupação, uma vez que em muitos casos, são contíguos, ignorando a legislação que permite o máximo de 500 unidades por conjunto. Observa-se que entre 2010 a 2016, o governo federal injetou recursos no setor habitacional, sendo produzidos 20 conjuntos pela PRO-LAR. Destes, 18 foram recursos do PMCMV e 02 com recursos do FNHIS no qual há controle social pelo Conselho de Habitação Local.

Número de empreendimentos habitacionais de interesse social implementados por década em Ponta Grossa

Fonte: Scheffer, Sandra apud PROLAR, 2017

Década	Nº de empreendimentos habitacionais	%	Nº de companhias habitacionais atuantes no período
1950	2	2,3	1
1960	4	4,6	1
1970	1	1,1	1
1980	11	12,5	2
1990	31	35,2	3
2000	19	21,6	2
2010 a 2016	20	22,7	1
Total	88	100	



Conjunto habitacional no Limite do perímetro urbano da cidade de Ponta Grossa
Fonte: URBTEC

CONDICIONANTES

Demanda Habitacional

Política Habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida, na qual os empreendedores imobiliários respondem pela compra da terra para empreendimentos habitacionais para a população de baixa renda.

DEFICIÊNCIAS

Número elevado de famílias conviventes (coabitação familiar) e em ocupações irregulares em áreas de risco (áreas com altas declividades e nas margens dos rios urbanos).

Crescimento populacional do município gerando uma demanda maior por habitação.

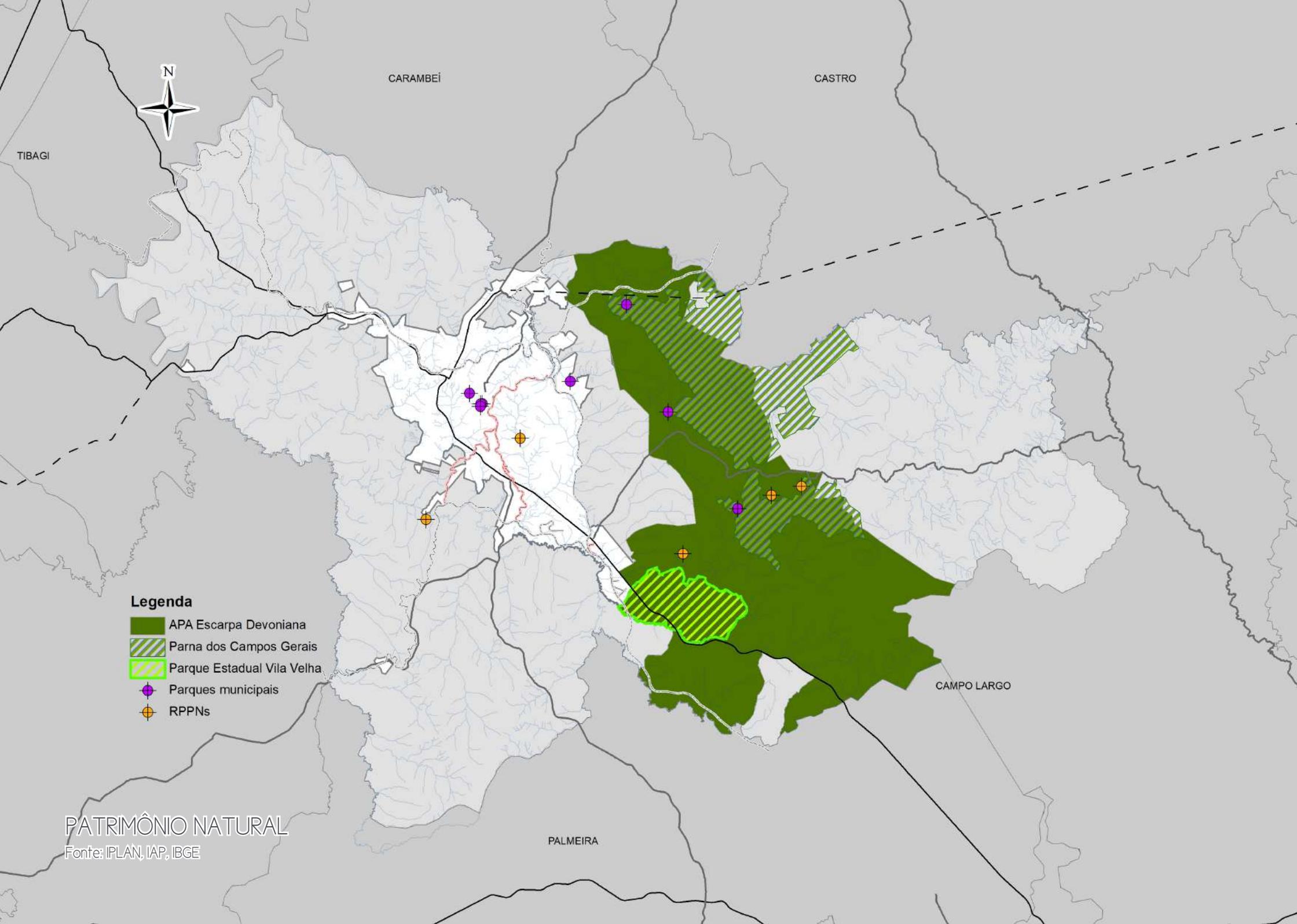
Implantação de conjuntos habitacionais nas bordas do perímetro urbano, criando problemas de mobilidade urbana e exigindo a implantação de equipamentos urbanos.

Manutenção de vazios urbanos nas áreas mais próximas ao centro da cidade de forma a valorizar o preço do metro quadrado nessas regiões.

POTENCIALIDADES

Produção de habitações populares em número expressivo, pela PROLAR permitindo a redução de ocupações irregulares.

Garantia do **direito coletivo** ao meio ambiente saudável e equilibrado, a partir da preservação, do **uso racional**, da melhoria, da recuperação e conservação dos **recursos naturais**.



TIBAGI

CARAMBEÍ

CASTRO



Legenda

- APA Escarpa Devoniana
- Parna dos Campos Gerais
- Parque Estadual Vila Velha
- Parques municipais
- RPPNs

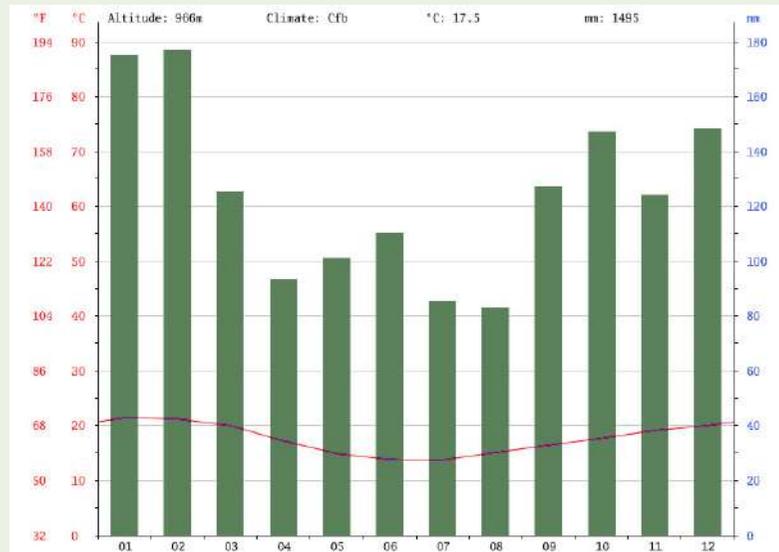
CAMPO LARGO

PALMEIRA

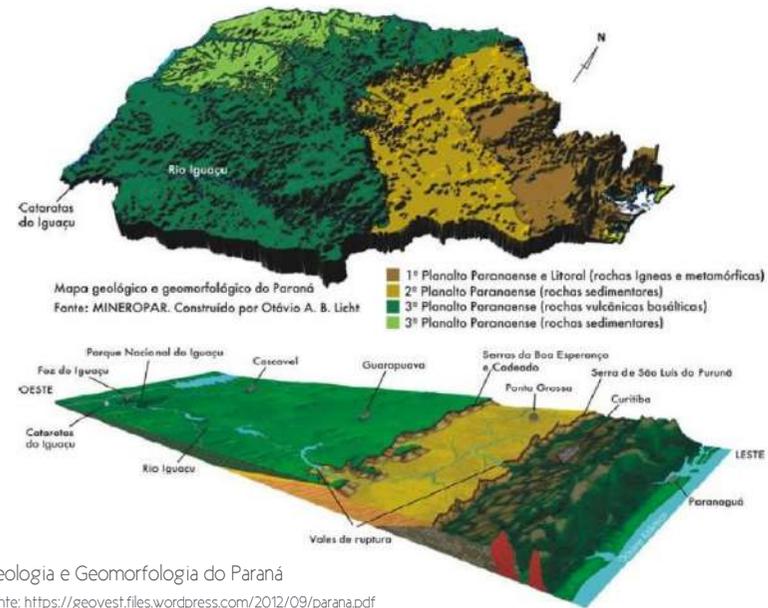
PATRIMÔNIO NATURAL
Fonte: IPLAN, IAP, IBGE

Climograma de Ponta Grossa

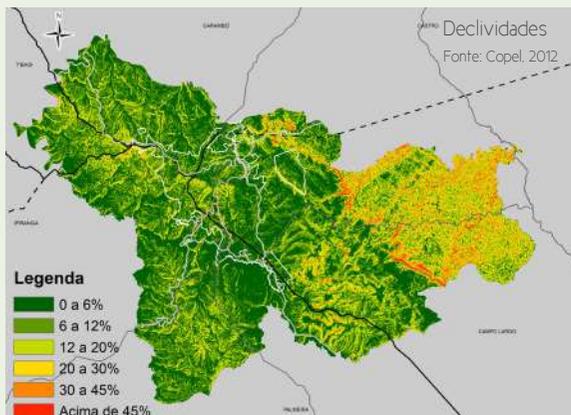
Fonte: Climate, 2018



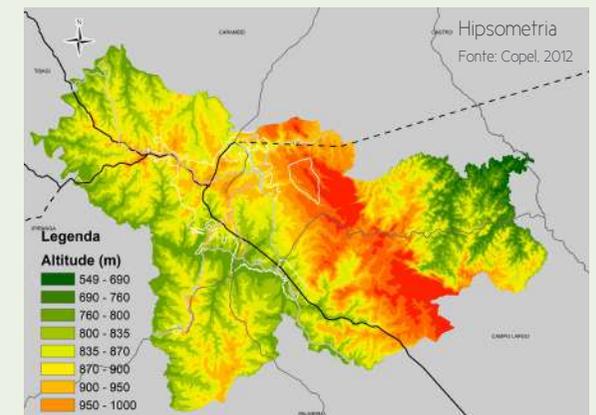
Ponta Grossa possui um clima quente e temperado com temperatura média de 17,5°C, com bastante pluviosidade durante os meses, sendo a média anual de 1495mm (CLIMATE, 2018). O climograma de Ponta Grossa foi elaborado pelo Climate, que fornece os dados de temperatura e pluviosidade conforme os meses do ano. A variação de temperatura e de precipitação pode ser observada no Gráfico acima, em que se trata de dados históricos analisados pelo Climate (2018).



De acordo com o Atlas Geomorfológico do Estado do Paraná (Mineropar, 2006) o município de Ponta Grossa se localiza em sua maior extensão territorial no Segundo Planalto Paranaense. Entretanto, sua porção leste se situa sobre o Primeiro Planalto Paranaense. Os Campos Gerais têm característica típicas da região do 2º Planalto paranaense, com colinas arredondadas, relevos com suaves ondulações, morros testemunhos que ocorrem na transição entre o primeiro e o segundo planalto, escarpas com domínio de erosão remontante.



Segundo o Relatório de Avaliação Ambiental (PMPG, 2007) as áreas mais altas, cujas cotas situam-se normalmente entre 900 m e 980 m, concentram-se na metade norte da malha urbana e a tendência de ocupação da cidade se dá exatamente pelas áreas mais altas, coincidindo com divisores naturais de água. O relevo de Ponta Grossa possui variações significativas de até 400 metros entre os pontos mais baixos e mais altos do município. O centro está sob o ponto topográfico mais alto com 967 metros em uma porção acidentada.





Lagoa Dourada

Fonte: <https://www.viagensecaminhos.com/2019/01/ponta-grossa.html> - Foto: Jair Prandi

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

Topografia

Dificuldade de urbanização em determinadas áreas do perímetro urbano em função da topografia bastante ondulada.

Fundos de vale

Na área urbana, os fundos de vale estão em grande parte com ocupações irregulares; ausência de mata ciliar, erosão e poluição das águas.

Grande quantidade de áreas verdes e arroios contribuem para a implantação de espaços de lazer.

Paisagem rural

Postos policiais estão localizados apenas na região central da cidade

Potenciais turísticos com infraestrutura natural na zona rural. Potencial turístico rural com ecoturismo, trilhas e cavalgadas

Política de Geração de resíduos

Destino inadequado dos resíduos; Saturação do aterro Botuquara, poluição do solo e lençol freático, proliferação de doenças e vetores

Coleta seletiva; Programa Feira Verde; Associação de catadores; Programa de coleta de resíduos da construção civil.

Áreas verdes

Falta de áreas verdes, considerando a quantidade de cursos d'água na área urbana e o relevo acidentado; e também falta de conexão entre as áreas verdes existentes.

Potencial natural para a criação de parques, atividades turísticas e educação ambiental



Buraco do Padre

Fonte: <http://pontagrossa.pr.gov.br/invistaempg/assets/dist/img/mais-informacoes-bg.jpg>

CONDICIONANTES

DEFICIÊNCIAS

POTENCIALIDADES

Geodiversidade

Degradação da fauna e flora. Falta de conscientização da geodiversidade, degradação ambiental, não obediência da regulamentação ambiental sobre as APP's .

APA da Escarpa Devoniana.

Perímetro urbano dentro da Escarpa Devoniana

Drenagem Urbana.

Alagamentos e deslizamentos.

Unidades de conservação.

Falta de aplicação do Plano de Manejo das Unidades de Conservação existentes no território.

Zona Rural

Uso de agrotóxicos nas plantações próximas as áreas urbanas

Aquíferos e mananciais

Poluição de corpos hídricos.

ESTRUTURA DE
GESTÃO E
ASPECTOS LEGAIS

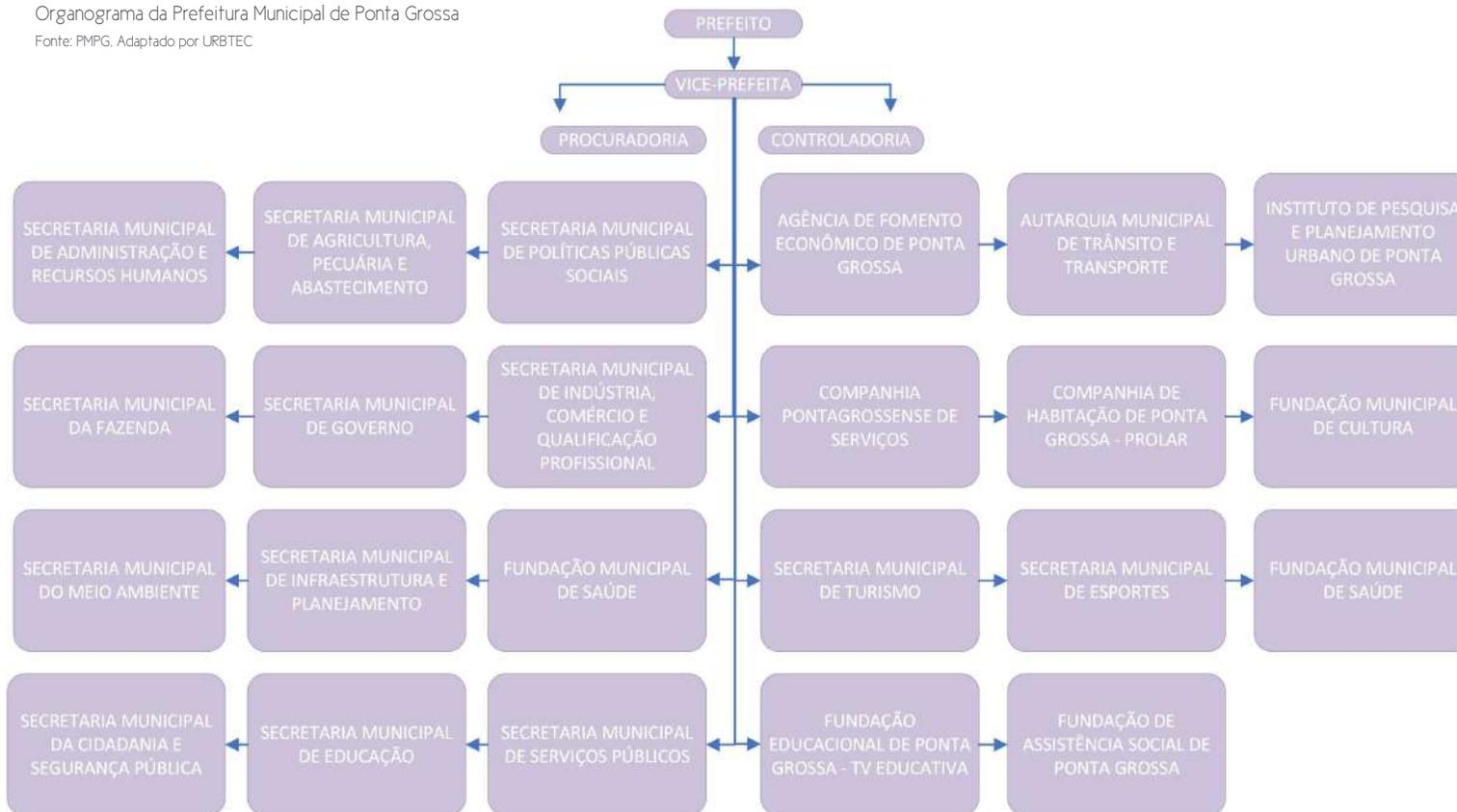
CAPACIDADE DE
INVESTIMENTO

Administração **racional** das **fi nanças públicas** municipais



Organograma da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

Fonte: PMPG. Adaptado por URBTEC



O organograma da Prefeitura municipal de Ponta grossa é constituído de 3 autarquias, 2 empresas públicas, 13 secretarias municipais e 4 fundações.

A posição do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa (IPLAN) no organograma e a insuficiência de corpo técnico é a principal dificuldade levantada para a implementação do Plano Diretor Municipal.

Índice Fir jan de Gestão Fiscal / 2007- 2016

Fonte: Firjan. Adaptado por URBTEC

IFGF (Geral)	Receita Própria	Gastos com Pessoal	Investimentos	Liquidez	Custo da Dívida
2007					
0,692	0,804	0,688	0,832	0,543	0,470
2016					
0,565	0,859	0,423	0,417	0,596	0,486

O Índice FIRJAN de Gestão Fiscal - IFGF vem se revelando um instrumento útil e de boa qualidade para analisar a situação financeira dos municípios brasileiros. Com base no IFGF, é possível afirmar que, em geral e apesar do maior esforço fiscal realizado pela Prefeitura Municipal, a rigidez e pressões para o aumento dos gastos com pessoal, tende a implicar em uma baixa capacidade de investimentos com recursos próprios e, portanto, na dependência de transferências negociadas de recursos da União ou do Governo Estadual, com vistas a projetos de maior porte vis à vis às demandas de serviços públicos recorrentemente ampliadas pelos cidadãos locais.



Rótula da Rua Silva Jardim

Fonte: URBTEC

CONDICIONANTES

Organograma da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa

DEFICIÊNCIAS

O organograma não atende as novas atividades geradas pelo Plano Diretor.

POTENCIALIDADES

Legislação Fiscal

Baixa capacidade de investimento por parte da Prefeitura

Rigidez e pressões para o aumento dos gastos com pessoal

Investimentos públicos dependentes de transferências negociadas de recursos da União ou do Governo Estadual

Potencial de arrecadação em decorrência do dinamismo da economia local

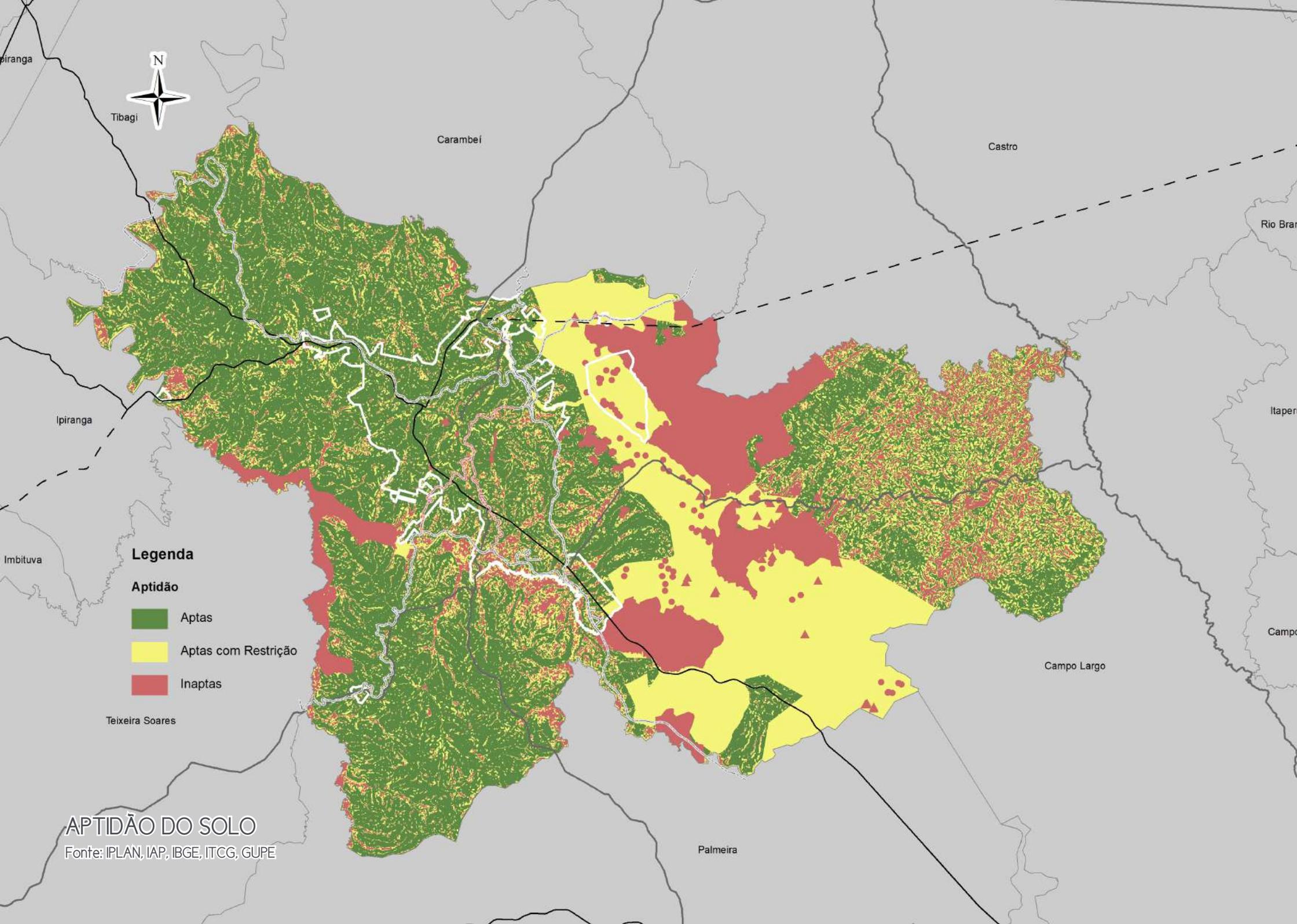
2º FASE

ANÁLISES INTEGRADAS
E MAPAS SÍNTESE

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA - PARTE 2

A Análise Temática Integrada – Parte 2 tem o objetivo de apresentar as análises integradas e mapas- sínteses produzidos a partir da relação entre os dados e características levantadas na Parte 1 da Análise Temática Integrada. Os dados aqui apresentados foram coletados em cadastros, imagens, fotos aéreas, levantamento de campo, planos setoriais municipais e também da legislação vigente (decretos, leis, portarias, etc).

Neste capítulo são analisados a capacidade atual e futura de suporte ambiental a partir da relação entre os aspectos ambientais, o uso e ocupação do solo atual, os aspectos fundiários e a distribuição da população no território municipal. As Condicionantes Ambientais são determinadas pelas legislações federais, estaduais e municipais. A partir dessa análise é possível definir as áreas aptas, inaptas e áreas com restrição para a ocupação urbana.



Legenda

Aptidão

- Aptas
- Aptas com Restrição
- Inaptas

APTIDÃO DO SOLO
Fonte: IPLAN, IAP, IBGE, ITCG, GUPE

Áreas inaptas são aquelas onde há riscos de acidentes ambientais naturais como escorregamentos, erodibilidades, alagamentos, inundações, afundamentos cársticos, etc. Em Ponta Grossa as áreas inaptas se concentram nas porções mais a nordeste do município, que apresentam as maiores declividades topográficas e nas margens dos principais rios que expõem as menores declividades e tem seus terrenos assentados sob aluviões, ambas situações que não são apropriadas para estimulação de uso antrópico, conforme descrito a seguir:

- Declividades superiores a 30%;
- Declividades inferiores a 2,5% que correspondem aos depósitos aluvionares;
- APPs - Áreas de preservação permanente no entorno dos rios;
- Dolinas;
- Cavernas;
- UC de Proteção Integral;

Áreas aptas com restrição são consideradas as áreas que precisam de atenção especial e racionalização no estímulo ao crescimento para uso e ocupação antrópicos, por se tratarem de áreas mais susceptíveis a fragilidades ambientais, conforme descrito a seguir:

- Manancial de Abastecimento Público
- APAs - Áreas de Preservação Ambiental
- Declividades entre 2,5% e 5% que correspondem aos terraços aluvionares
- Declividades entre 20% e 30% que exigem alguns critérios para ocupação
- UCs de usos sustentável

São as áreas mais apropriadas para a uso e ocupação, áreas com essas declividades e que não apresentam nenhum outro fator ambiental limitante, foram definidas para se direcionar o zoneamento, estimulando a ocupação em áreas menos suscetíveis à riscos geológicos/geotécnicos e que apresentam condições adequadas para cada forma de ocupação definida, conforme descrito a seguir:

- Declividades entre 5% e 20%
- Não estar sobreposto a nenhum outro fator ambiental mais restritivo.

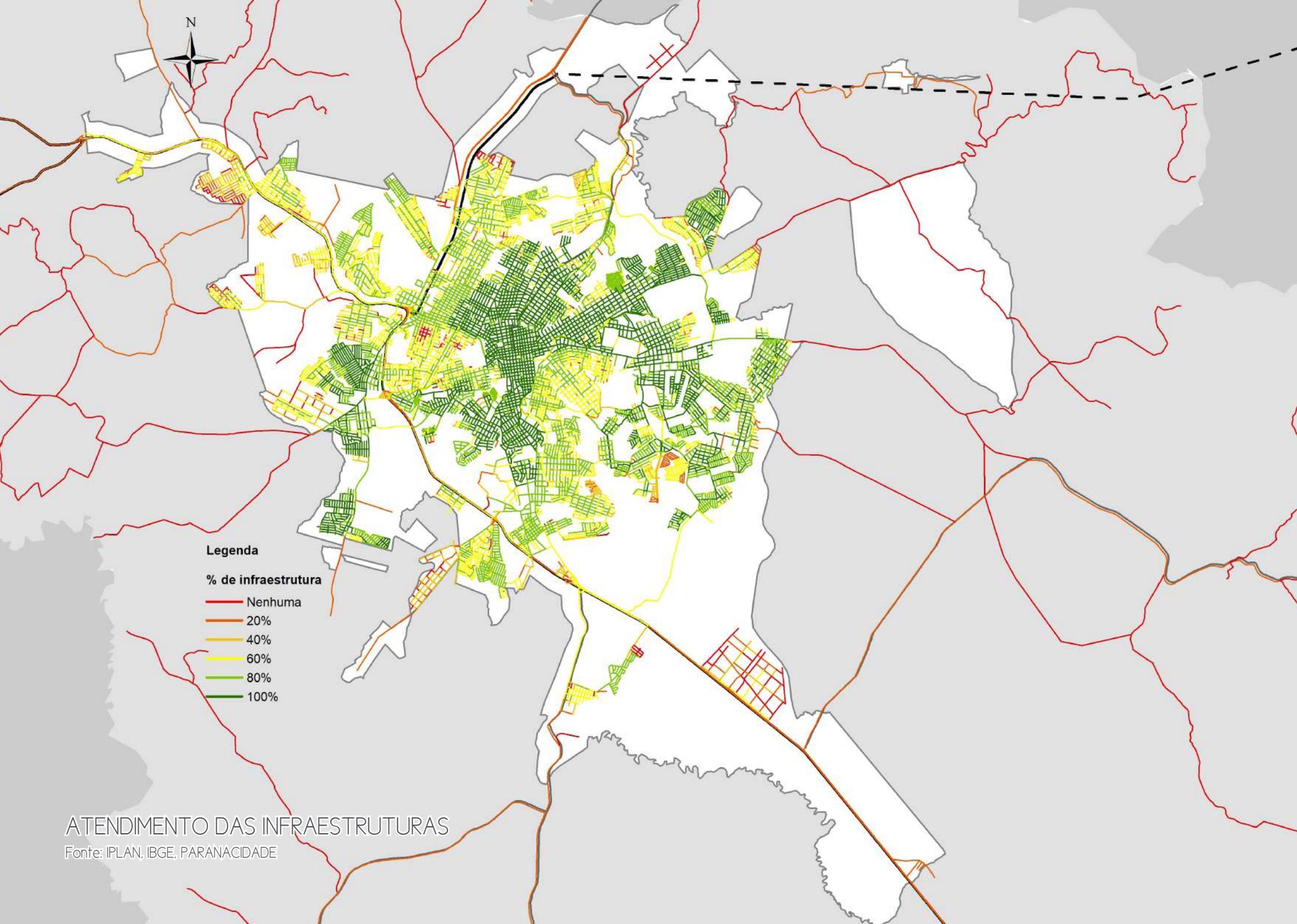


Furnas Gêmeas (Dolinas Gêmeas)

Fonte: <https://www.viagenscaminhos.com/2019/01/ponta-grossa.html> - Foto: Jair Prandi

CAPACIDADE DE
SUPPORTO DE INFRA-
ESTRUTURA E DOS
EQUIPAMENTOS

Neste capítulo são analisados a capacidade atual e futura de suporte de infraestrutura urbana e dos equipamentos públicos, a partir das relações entre as condições atuais de infraestrutura, os equipamentos urbanos e comunitários existentes, a caracterização socioeconômica, o uso e ocupação do solo atual, a distribuição da população no território municipal, a estimativa de crescimento populacional e os aspectos fundiários.



ATENDIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS

Fonte: IPLAN, IBGE, PARANACIDADE

BAIRRO	2000	2010	2030	taxas de crescimento		QUANTIDADE DE TRECHOS DE VIAS	% de Infraestrutura					
	POP	POP	POP	2000-2010	2010-2030							
Centro	12.684	12.173	11.278	-4%	-7%	621	91,95%	5,96%	1,45%	0,64%	-	-
Jardim Carvalho	19.312	22.194	27.239	15%	23%	914	42,89%	25,16%	22,10%	7,33%	1,31%	1,20%
Uvaranas	41.606	44.160	48.631	6%	10%	1809	43,67%	34,11%	18,30%	2,71%	1,05%	0,17%
Neves	17.882	21.279	27.225	19%	28%	794	46,22%	29,72%	16,88%	3,78%	2,90%	0,50%
Olarias	7.631	8.493	10.002	11%	18%	483	17,60%	54,45%	24,43%	3,11%	0,41%	-
Oficinas	18.794	21.219	25.464	13%	20%	902	40,80%	45,12%	20,73%	5,76%	1,88%	0,33%
Estrela	6.423	7.504	9.396	17%	25%	431	62,41%	30,63%	5,10%	1,39%	0,46%	-
Ronda	9.171	9.217	9.298	1%	1%	457	30,42%	45,95%	16,85%	5,25%	0,22%	1,31%
Nova Rússia	19.803	20.141	20.733	2%	3%	879	13,42%	48,46%	26,96%	5,57%	2,62%	2,96%
Orfas	11.443	13.153	16.146	15%	23%	608	71,38%	14,80%	10,36%	2,96%	0,49%	-
Boa Vista	21.102	24.608	30.745	17%	25%	1163	-	51,93%	36,20%	6,62%	2,92%	2,32%
Cara Cara	18.361	24.678	35.736	34%	45%	1554	21,17%	39,06%	19,88%	8,69%	7,72%	3,47%
Colônia Dona Luiza	12.457	16.362	23.198	31%	42%	714	-	54,20%	27,45%	11,76%	5,18%	1,40%
Contorno	23.302	28.537	37.701	22%	32%	1228	33,55%	33,55%	23,29%	6,68%	2,28%	0,65%
Chapada	17.964	20.170	24.032	12%	19%	769	-	35,11%	41,35%	15,73%	4,81%	2,99%
Piriquitos	6.307	8.065	11.142	28%	38%	473	-	11,63%	42,49%	28,75%	11,21%	5,92%
Área Rural	7.910	8.095	8.419	2%	4%	952	24,68%	19,22%	2,31%	5,15%	24,47%	24,16%
TOTAL	272.152	310.048	376.385									

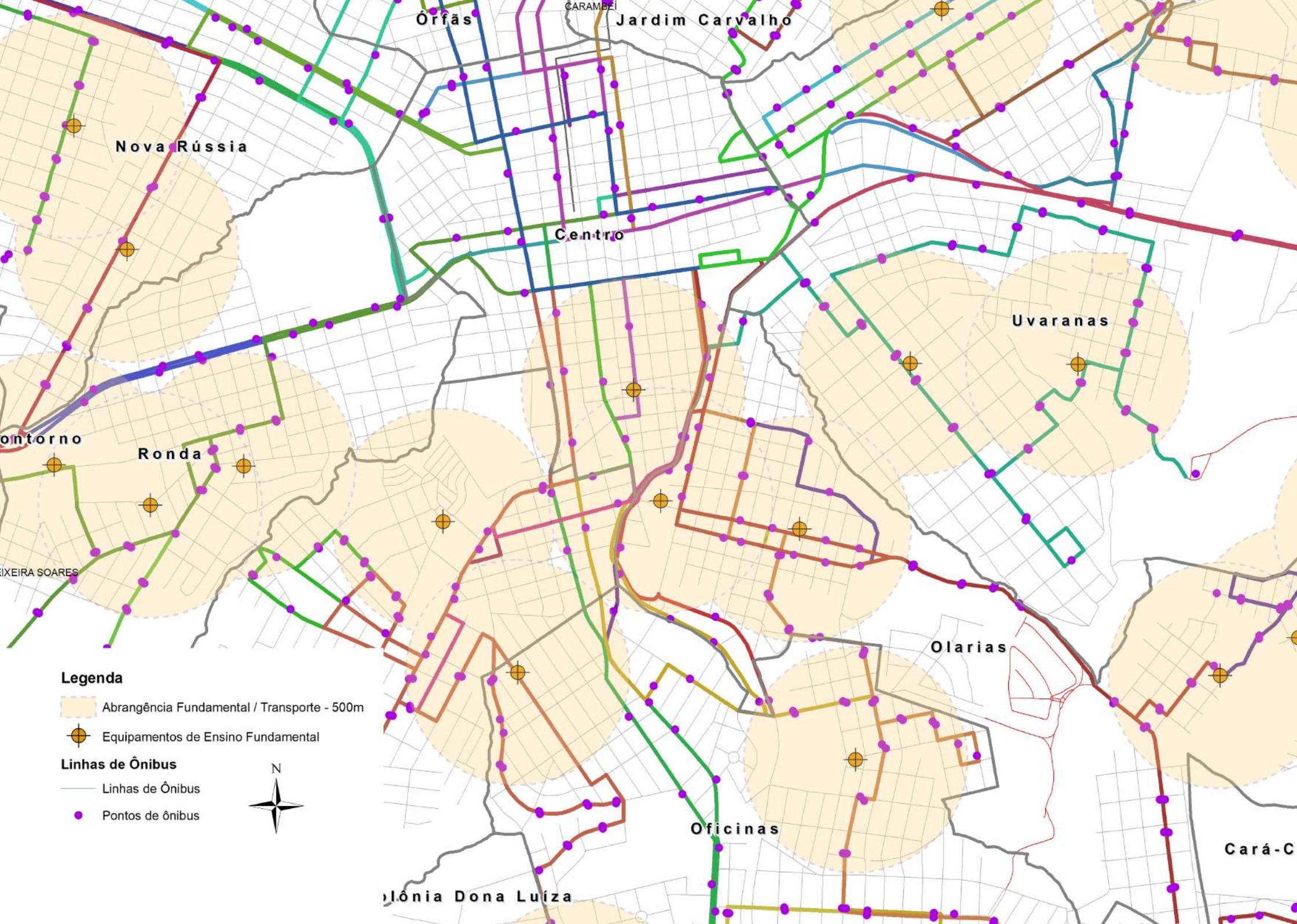
- BAIRROS COM DIMINUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE
- BAIRROS COM CRESCIMENTO EM RITMO MAIS LENTO
- BAIRROS COM MANUTENÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO
- BAIRROS COM ALTAS TAXAS DE CRESCIMENTO

5 INFRAS	4 INFRAS	3 INFRAS	2 INFRAS	1 INFRA	NENHUMA
----------	----------	----------	----------	---------	---------

A acima apresenta as taxas de crescimento entre os períodos 2000–2010 e 2010 – 2030 no município de Ponta Grossa. Percebe-se que a dinâmica demográfica por bairro aponta variações significativas:

- Diminuição da população residente no centro, refletindo as taxas de crescimento negativas verificada entre os dois períodos. (Em Vermelho).
- Crescimento em ritmo mais lento dos bairros Uvaranas, Olarias, Ronda, Nova Rússia, e Chapada. (Em laranja)

- Continuação das dinâmicas de crescimento positiva dos demais bairros, com particularidades para Jardim Carvalho, Neves, Oficinas, Estrela, Boa Vista, Órfãs, com taxas acima de 20% para o período de 2010–2030. (Em amarelo)
- Manutenção da importância dos bairros Cara Cara, Colônia Dona Luiza, Contorno e Piriquitos, uma vez que estes bairros apresentaram taxas de crescimento altas (acima de 20%) para os dois períodos analisados. (Em verde).



Legenda

-  Abrangência Fundamental / Transporte - 500m
-  Equipamentos de Ensino Fundamental
- Linhas de Ônibus**
-  Linhas de Ônibus
-  Pontos de ônibus



Órfãs

Jardim Carvalho

Nova Rússia

Centro

Uvaranas

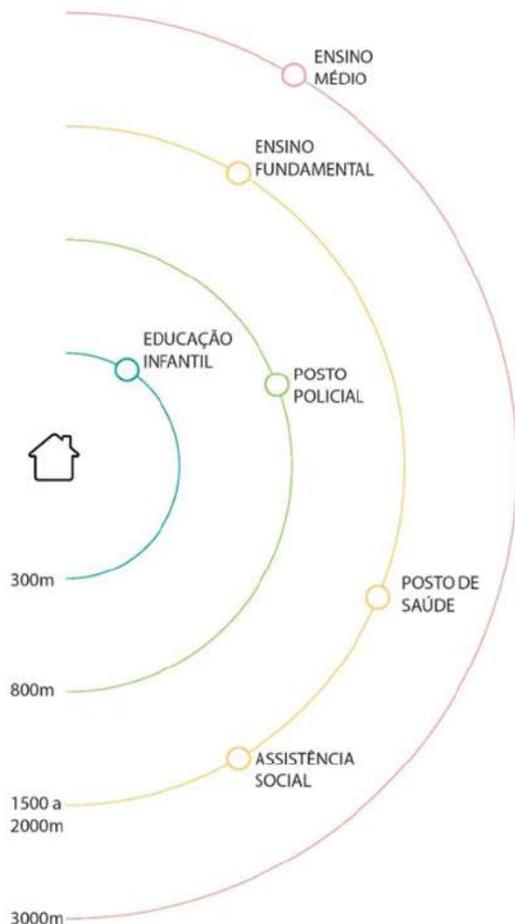
Ronda

Olarias

Oficinas

Plônia Dona Luiza

Cará-C



Raios de abrangência - Equipamentos Urbanos Comunitários
Fonte: URBTEC

Densidade: Baixa, média ou alta

Renda: Baixa, média, média alta e alta

Transporte coletivo: Qtde de linhas que atendem

Ciclovias: Atende ou não atende?

Calçadas: Existe ou não existe?

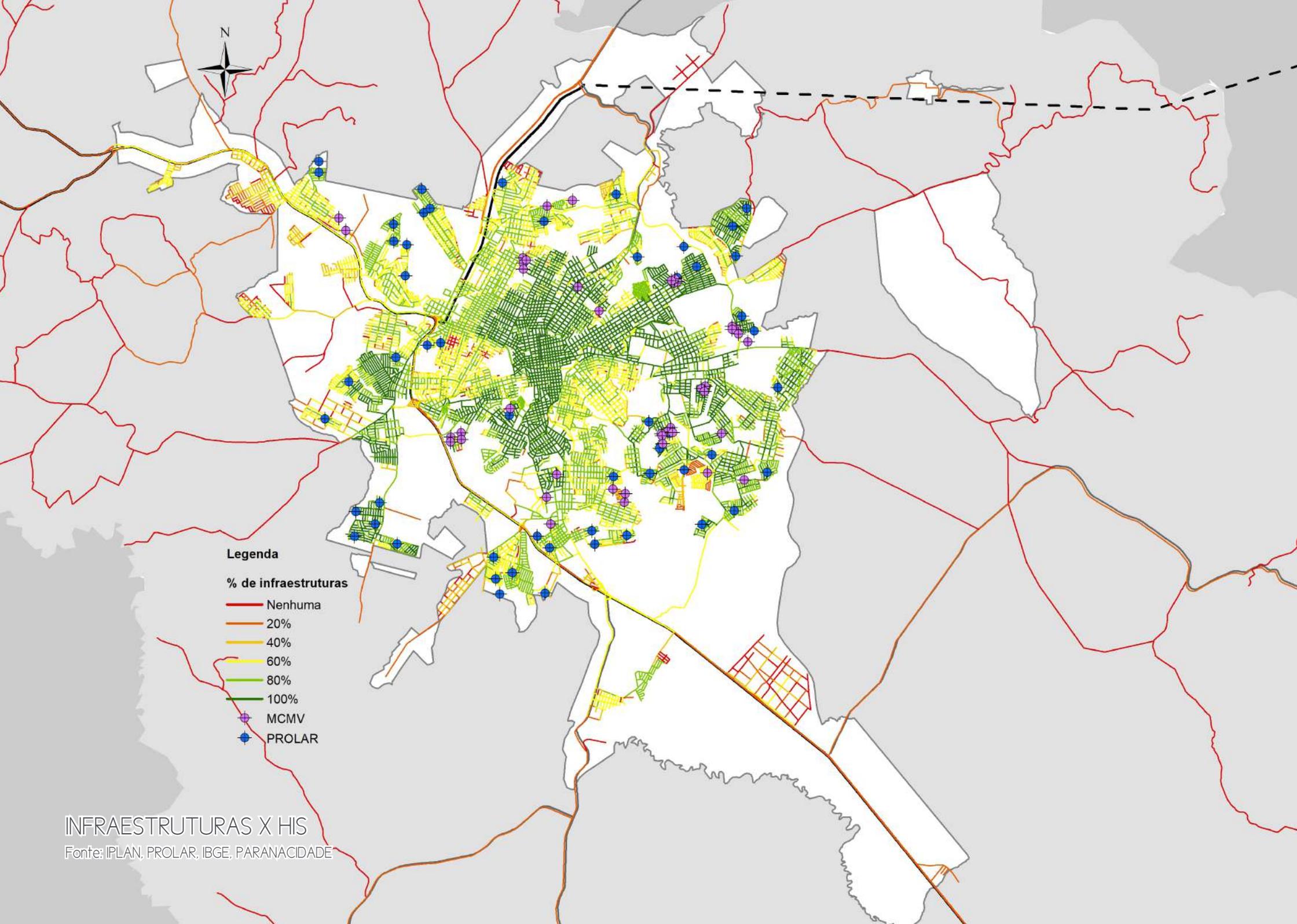
Análise cruzada: Equipamentos de Educação Infantil x Densidade x Renda x Saturação x Sistema de Mobilidade

Fonte: URBTEC

Nome	Bairro	Não atende a demanda atual	Projeção populacional alta	Densidade alta	Saturação média alta	Renda baixa	Apenas 1 linha do TC	Sem infra. Cicloviária	Sem calçada
Antonio Nunes Cottar	Cará Cará								
Cleris Roseana Ribas Joslin	Uvaranas								
Hayde Ercilia Larocca	Periquitos								
Maria da Graça	Olarias								
Miguel Abrao Ajus Neto	Oficinas								
Nossa Senhora das Gracias	Boa Vista								
Nucleo Santa Marta	Colônia Dona Luiza								
Odette Cominato	Olarias								
Padre Ezequiel Belchior	Chapada								
Paulo Freire	Uvaranas								
Petronio Fernal	Oficinas								
Profª Bernadete F.Goytacaz	Periquitos								
Professora Iracema M. Silva	Chapada								
Profª Izaura M. Wolochate	Uvaranas								
Romeu Almeida Ribas	Contorno								
Tarsila Maria M. Pizyblski	Uvaranas								

Muitos estudiosos colocam como questão principal a descentralização e/ou desconcentração de serviços e/ou equipamentos públicos. Os equipamentos públicos devem atender os parâmetros de localização e de demanda. Quando não satisfeita essas premissas, surgem os problemas, como os sucessivos deslocamentos das pessoas para outras áreas da cidade, e ainda, sobrecarrega a infraestrutura destinada a uma determinada quantidade de usuários. Os equipamentos públicos devem ser integrados de forma a constituir uma rede de atendimento às demandas dos cidadãos em suas diferentes necessidades, etapas de vida e configurações familiares. A metodologia para verificar a capacidade atual e futura dos equipamentos constitui-se basicamente do cruzamento entre a demanda atual e futura e aspectos como densidade, renda, acessibilidade das calçadas, infraestrutura cicloviária e ao sistema do transporte coletivo.

Neste capítulo são analisadas as condições de acesso à terra urbana e à moradia, são avaliadas as políticas habitacionais atuais e a capacidade institucional para a implantação dessas políticas, considerando a caracterização socioeconômica, os aspectos fundiários, o uso e ocupação do solo atual, a distribuição da população no território, a projeção populacional e as condições de infraestrutura.



Legenda

% de infraestruturas

- Nenhuma
- 20%
- 40%
- 60%
- 80%
- 100%
- MCMV
- PROLAR

INFRAESTRUTURAS X HIS

Fonte: IPLAN, PROLAR, IBGE, PARANACIDADE

Projeção da demanda de domicílios, Ponta Grossa, 2017 - 2021

Fonte: Plano de Habitação de Interesse Social, apud OLIVEIRA, E. L.; GIVISIEZ, G. H. N. e RIOS NETO, E. L. G.

	2017	2021
Domicílio total	112.659	122.117
Demanda acumulada	15.794	25.252
Demanda de 0-3 SM (37,86%)	5.980	9.561
Demanda 3-5 SM (21,16%)	3.342	5.343
Demanda de 5-10 SM (22,83%)	3.606	5.765
Demanda acima de 10 SM (18,5%)	2.866	4.583

A demanda demográfica corresponde a uma quantidade de moradias que deve ser acrescida ao estoque para acomodar o crescimento populacional projetado. A Tabela acima apresenta as projeções referentes ao período de 2017, até 2021 para Ponta Grossa e discrimina essa demanda por faixas de renda. Observa-se que mantida a situação atual, a tendência é haver um aumento na demanda habitacional, com percentuais mais altos entre a população de baixa renda.

Perímetro e finalidade anterior da área dos conjuntos Minha Casa Minha Vida

Fonte: Dados da divisão de projetos técnicos - PROLAR, 2016

	Nome Empreendimento	Perímetro anterior
01	Residencial Califórnia I	Urbana
02	Residencial Califórnia II	Urbana/rural
03	Residencial América	Urbana
04	Residencial Esplendore	Urbana
05	Conjunto Habitacional Jardim Amália I	Urbana
06	Conjunto Habitacional Jardim Amália II	Urbana
07	Conjunto Hab. Jardim Boreal	Urbana/rural
08	Conjunto Hab. Jardim Galha Azul	Rural
09	Residencial Jardim Panamá	Rural
10	Conjunto Habitacional Porto Seguro	Rural
11	Residencial Athenas	Rural
12	Residencial Jardim Costa Rica I	Rural
13	Residencial Jardim Costa Rica II	Rural
14	Residencial Jardim Costa Rica III	Rural
15	Residencial Londres	Rural
16	Residencial Roma	Rural
17	Residencial Jardim Itapoá	Rural
18	Residencial Recanto Verde	Urbana
19	Residencial Buenos Ayres	Rural

Como pode ser observado na tabela ao lado, os conjuntos mais recentes de habitação de interesse social em Ponta Grossa foram implantados nas bordas no perímetro. Muitos deles, localizados em áreas que anterior à implantação eram rurais. Esses empreendimentos dificultam a otimização da infraestrutura existente e encarece os custos com deslocamentos.

De acordo com o Plano Municipal de Habitação de Interesse Social - PLHIS, foram verificadas áreas aptas na Zona Residencial 2 - ZR2 e Zona Residencial 3 - ZR3 em vazios urbanos que, segundo levantamentos de fotografias aéreas realizadas pelo próprio PLHIS, totalizaram 903,43 ha e áreas não loteadas que representam 3.900,25 ha. Estes espaços poderiam produzir, descontando as áreas públicas, aproximadamente 93.073 lotes com 300 m², o que indica que as áreas vazias existentes inclusas no perímetro urbano seriam suficientes para atender a demanda habitacional. (PLHIS, 2009).

Vazios urbanos classificados de acordo com suas aptidões para HIS

Fonte: Plano de Habitação de Interesse Social, 2010

	VAZIOS URBANOS	ÁREA (em ha)
Classes	Áreas Aptas (ZR2)	765,85 ha
	Áreas Aptas (ZR3)	137,58 ha
	Áreas sem Restrição*	385,02 ha
	Áreas com Restrição	1.366,35 ha
	Total de áreas aptas	903,43

(*) são aquelas que não tem restrições ambientais, apesar de não se situarem em zonas adequadas para a implantação de HIS.

Fonte: PLHIS 2010

Áreas não parceladas classificadas de acordo com suas aptidões para HIS

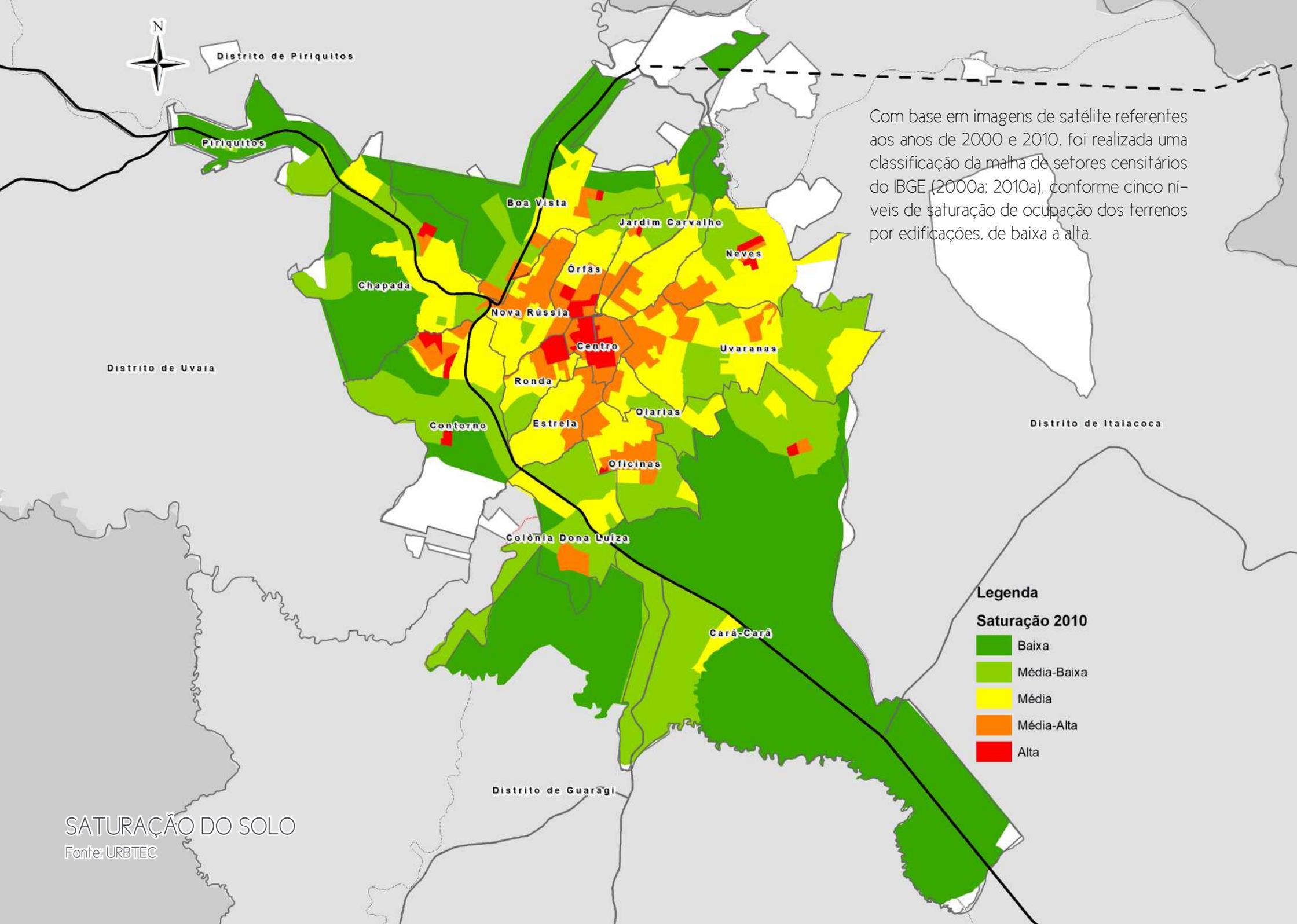
Fonte: Plano de Habitação de Interesse Social, 2010

	ÁREAS NÃO PARCELADAS	ÁREA (em há)
	Áreas Aptas (ZR2)	2.764,75 ha
	Áreas Aptas (ZR3)	1.135,50 ha
	Áreas sem Restrição*	4.617,50 ha
	Áreas com Restrição	3.448,50 ha
	Total de áreas aptas	3.900,25

(*) são aquelas que não tem restrições ambientais, apesar de não se situarem em zonas adequadas para a implantação de HIS.

Fonte: PLHIS 2010

Neste capítulo são analisadas a necessidade de ampliação do quadro urbano municipal e de adequação de áreas não infraestruturadas e/ou não ocupadas dentro do perímetro urbano, considerando a caracterização socioeconômica, a projeção populacional, os aspectos fundiários, a capacidade de suporte ambiental, de infraestrutura, de equipamentos comunitários e do sistema de mobilidade urbana.



Com base em imagens de satélite referentes aos anos de 2000 e 2010, foi realizada uma classificação da malha de setores censitários do IBGE (2000a; 2010a), conforme cinco níveis de saturação de ocupação dos terrenos por edificações, de baixa a alta.

Legenda

Saturação 2010

- Baixa
- Média-Baixa
- Média
- Média-Alta
- Alta

SATURACÃO DO SOLO

Fonte: URBTEC



Fonte: Google Earth

Exemplo área de baixa saturação
Avenida Frederico Constant Degraf – Bairro Chapada



Fonte: Google Earth

Exemplo área de média – baixa saturação
Rua Anita Filipovski – Bairro Contorno



Fonte: Google Earth

Exemplo área de média saturação
Rua Bernardo Sávio – Bairro Jardim Carvalho



Fonte: Google Earth

Exemplo área de média – alta saturação
Rua Júlia Vanderlei – Bairro Centro



Fonte: Google Earth

Exemplo área de alta saturação
Rua XV de novembro – Bairro Centro

A categoria de baixa saturação dos terrenos por edificações representa aquelas partes do território municipal em que a ocupação da terra por edificações é rarefeita. As porções de média-baixa saturação são aquelas em que ainda se encontram grandes áreas disponíveis para edificação. Espaços de média saturação são aqueles em franco processo de ocupação dos terrenos, nos quais infraestruturas viárias já se encontram delimitadas, com padrão de quadras discernível, sobre as quais as edificações tomam entre 50% a 80% dos lotes. Nas áreas classificadas como de média-alta saturação, a ocupação se encontra consolidada. Existem ainda terrenos disponíveis para construção, mas são apenas poucos lotes por quadra. A alta saturação dos terrenos indica porções do município com predomínio de quadras sem áreas disponíveis para novas construções.

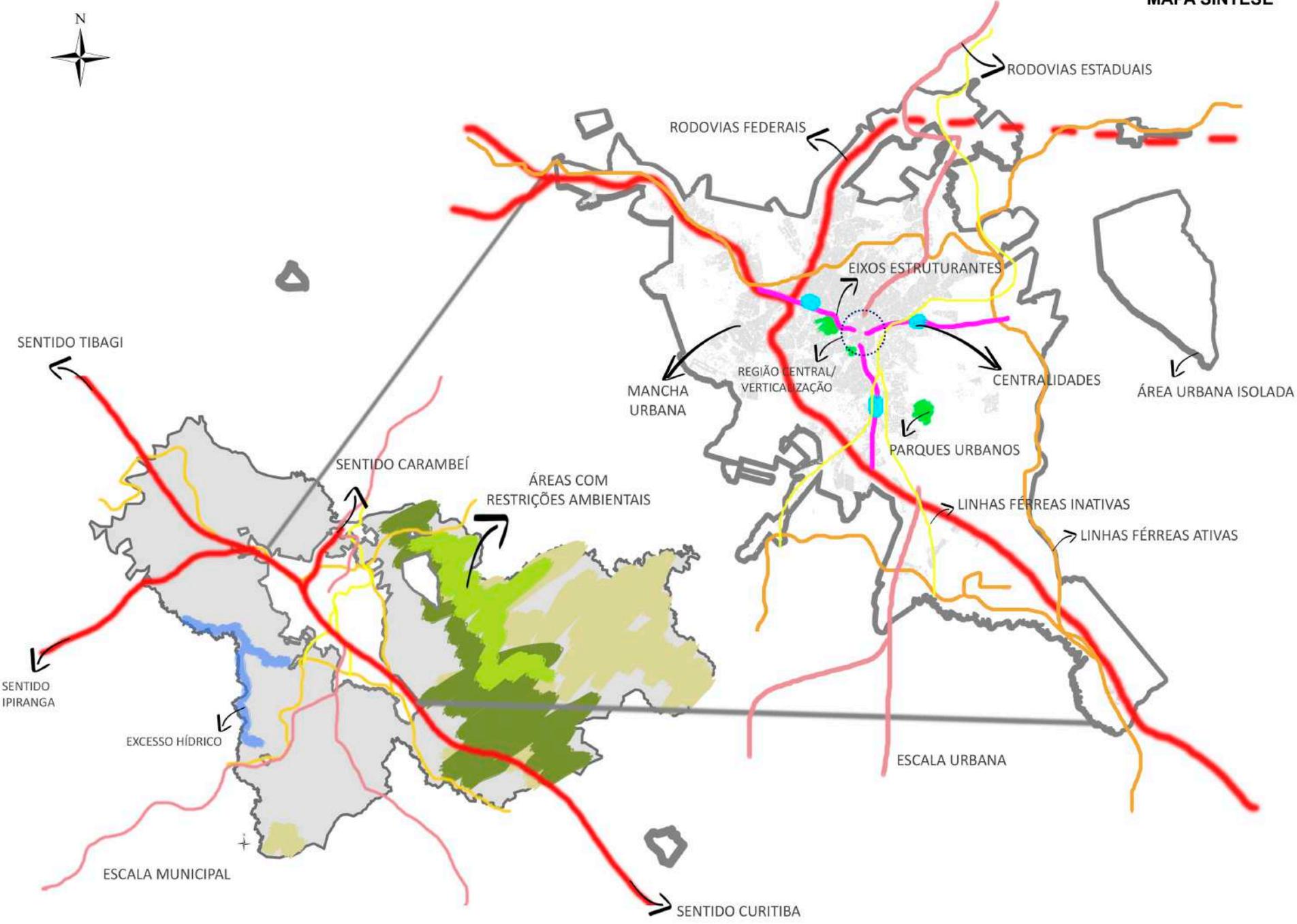
2º FASE

SÍNTESE E OBJETIVOS

ANÁLISE TEMÁTICA INTEGRADA - PARTE 3

A Parte 3 da Análise Temática Integrada teve como objetivo apresentar as leituras realizadas no município de Ponta Grossa que permitiram a identificação da situação atual do município em aspectos relacionados à sustentabilidade urbana. Com isso, foi possível a formulação de objetivos e diretrizes que servirão como subsídios às propostas de desenvolvimento municipal, no âmbito de seu Plano Diretor.

MAPA SÍNTESE



OBJETIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

TRANSFORMAR PONTA GROSSA EM UMA CIDADE COMPACTA

GESTÃO INTEGRADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL

ÁREAS VERDES URBANAS

DRENAGEM URBANA

ADAPTAÇÃO E VULNERABILIDADE

CIDADE INTELIGENTE

GESTÃO DOS TERRITÓRIOS RURAIS

3º FASE

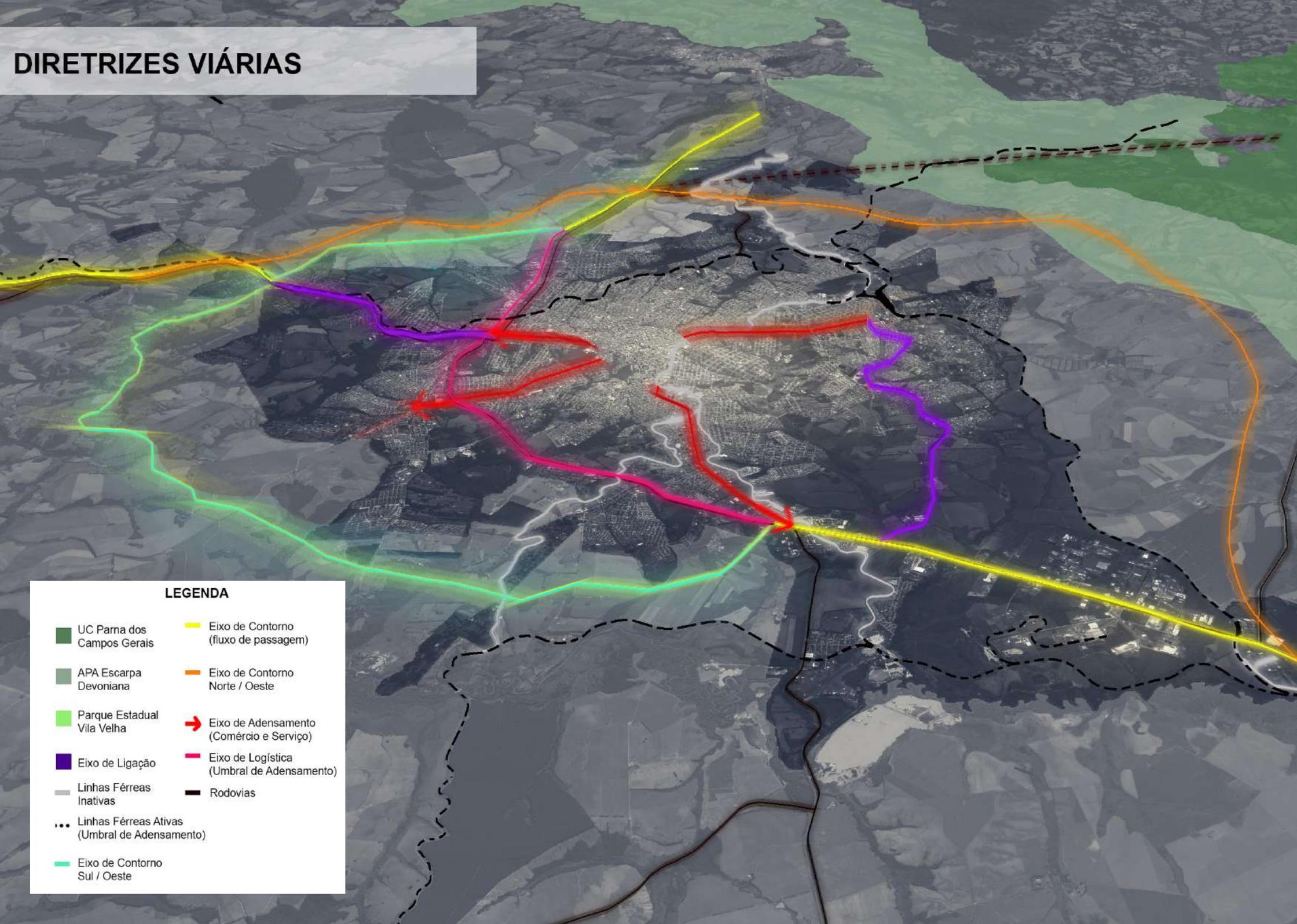
DIRETRIZES E

PROPOSTAS

REORDENAMENTO TERRITORIAL E
INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

Nessa fase foram formuladas as diretrizes e propostas para o reordenamento territorial e instrumentos urbanísticos. Em cada área prioritária de ação, estão traçadas diretrizes, levando-se em consideração todos os levantamentos já realizados durante o processo participativo com a comunidade, bem como as demandas relacionadas às condicionantes, deficiências e potencialidades, fornecendo à gestão pública, subsídios sobre as prioridades do município em curto médio e longo prazo.

DIRETRIZES VIÁRIAS



LEGENDA

- UC Parna dos Campos Gerais
- APA Escarpa Devoniana
- Parque Estadual Vila Velha
- Eixo de Ligação
- Linhas Férreas Inativas
- Linhas Férreas Ativas (Umbral de Adensamento)
- Eixo de Contorno Sul / Oeste
- Eixo de Contorno (fluxo de passagem)
- Eixo de Contorno Norte / Oeste
- Eixo de Adensamento (Comércio e Serviço)
- Eixo de Logística (Umbral de Adensamento)
- Rodovias



O zoneamento é o principal instrumento de ordenamento dos usos e da ocupação do território urbano, que detalha o macrozoneamento municipal. Seus respectivos parâmetros de usos e de ocupação do solo incidirão tanto na sede municipal, quanto nos distritos urbanos de Guaragi, Itaiacoca, Periquitos e Uvaia, todos correspondentes à delimitação da Macrozona Urbana.

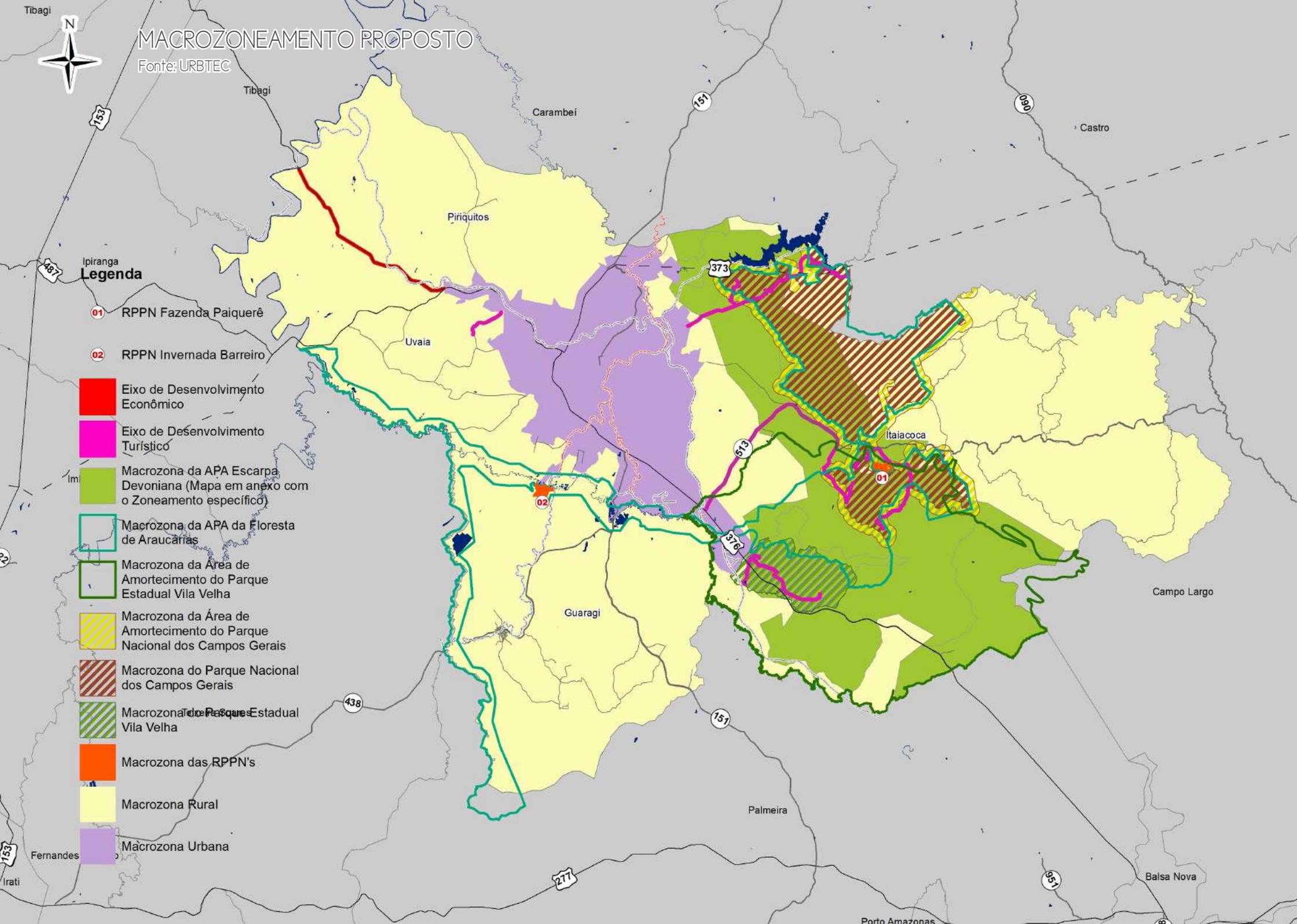
MACROZONEAMENTO PROPOSTO

Fonte: URBTEC



Legenda

-  RPPN Fazenda Paiquerê
-  RPPN Invernada Barreiro
-  Eixo de Desenvolvimento Econômico
-  Eixo de Desenvolvimento Turístico
-  Macrozona da APA Escarpa Devoniana (Mapa em anexo com o Zoneamento específico)
-  Macrozona da APA da Floresta de Araucárias
-  Macrozona da Área de Amortecimento do Parque Estadual Vila Velha
-  Macrozona da Área de Amortecimento do Parque Nacional dos Campos Gerais
-  Macrozona do Parque Nacional dos Campos Gerais
-  Macrozona do Parque Estadual Vila Velha
-  Macrozona das RPPN's
-  Macrozona Rural
-  Macrozona Urbana



PROPOSTA DE MACROZONEAMENTO

O Macrozoneamento estabelece a estratégia geral de ocupação do solo, correspondente a um dos instrumentos de planejamento e de gestão do território, conferindo uma importante referência à tomada de decisões que afetem os espaços urbano e rural do Município.

Para as áreas rurais o Macrozoneamento tem como objetivo qualificar a diversidade de usos e de meios de produção de caráter rural, que inclui as

as áreas de interesse à proteção, preservação e recuperação ambiental. Neste contexto, são incorporadas as determinações do conjunto legislativo federal e estadual em vigor, como é o caso das Unidades de Conservação existentes em Ponta Grossa. Enquanto, para as áreas urbanas, o Macrozoneamento indica a diferenciação entre espaço urbano, ou urbanizável, e as áreas de produção rural e de interesse ambiental.

Macrozona Urbana – compreende as áreas dos perímetros urbanos da sede municipal e dos Distritos de Guaragi, Itaiacoca, Periquitos e Uvaia de Ponta Grossa. Objetiva ordenar, controlar e direcionar o adensamento urbano para as áreas aptas à ocupação, em especial nas áreas urbanizáveis com acesso às redes de infraestruturas e serviços públicos.

Macrozona Rural – compreende a porção do território municipal que se caracteriza pela maior aptidão ao desenvolvimento de atividades primárias. A Macrozona Rural tem como objetivos contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável

Macrozona da APA Estadual da Escarpa Devoniana – compreende a área da APA Estadual da Escarpa Devoniana inserida nos limites municipais de Ponta Grossa, englobando o Parque Estadual de Vila Velha e o Parque Nacional dos Campos Gerais.

Macrozona do Parque Nacional dos Campos Gerais – compreende a porção do Parque Nacional dos Campos Gerais inserida nos limites municipais de Ponta Grossa. A constituição da Macrozona prevê controle e restrição à ocupação e a preservação do meio ambiente físico-natural

Macrozona da Área de Amortecimento do Parque Nacional dos Campos Gerais – corresponde a faixa de amortecimento de 500 metros a partir dos limites do Parque Nacional dos Campos Gerais, na qual devem ser respeitadas as disposições presentes em seu respectivo Plano de Manejo.

Macrozona do Parque Estadual Vila Velha – abrange a área de 18 km² do Parque Vila Velha, classificado como um sítio geológico brasileiro, e também os sítios vizinhos (Arenitos, Furnas e Lagoa Dourada). Devido às esculturas naturais esculpidas pelas erosões eólica e pluvial nos arenitos do Grupo Itararé, a área é tombada pelo Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado

Macrozona da Área de Amortecimento do Parque Estadual de Vila Velha – corresponde a faixa de amortecimento nos limites do Parque Estadual de Vila Velha, na qual devem ser respeitadas as disposições presentes em seu respectivo Plano de Manejo.

Macrozona da APA Municipal da Floresta de Araucária – corresponde à Área de Proteção Ambiental da Floresta de Araucária criada pela Lei Municipal Nº 8.473/2006, que tem a finalidade de preservar o patrimônio natural, os corpos hídricos e a biodiversidade da floresta ombrófila mista.

Macrozona das RPPN's – corresponde as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, que tem como objetivo promover a conservação da diversidade biológica, a proteção de recursos hídricos, o manejo de recursos naturais, desenvolvimento de pesquisas científicas, atividades de ecoturismo, etc.

Eixo de desenvolvimento Econômico – refere-se à faixa de 100 metros ao longo do eixo rodoviário da BR-487. **Eixo de desenvolvimento Econômico** – correspondendo à faixa de 100 metros ao longo de cada lado das estradas municipais de acesso aos principais atrativos turísticos municipais.

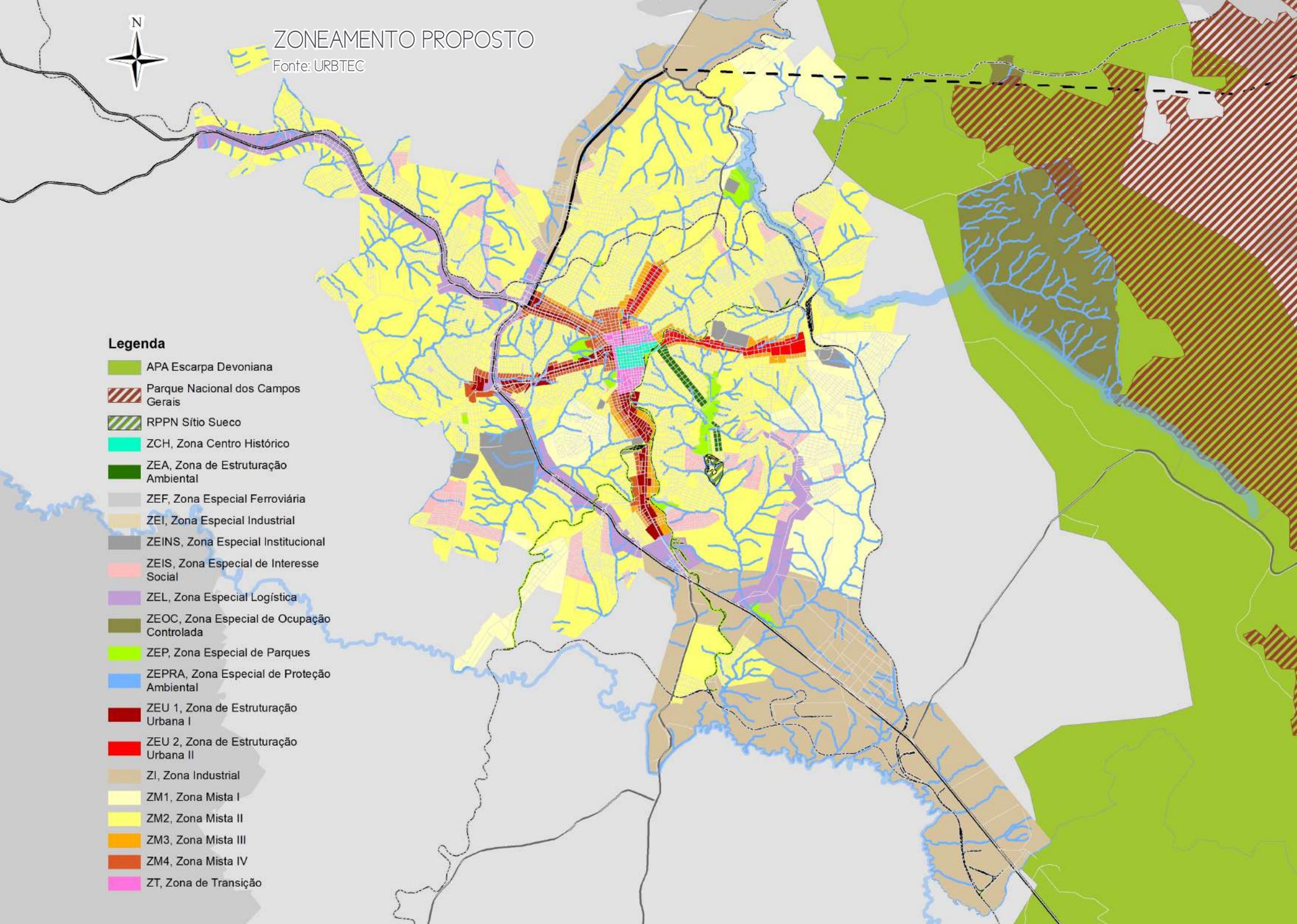


ZONEAMENTO PROPOSTO

Fonte: URBTEC

Legenda

- APA Escarpa Devoniana
- Parque Nacional dos Campos Gerais
- RPPN Sítio Sueco
- ZCH, Zona Centro Histórico
- ZEA, Zona de Estruturação Ambiental
- ZEF, Zona Especial Ferroviária
- ZEI, Zona Especial Industrial
- ZEINS, Zona Especial Institucional
- ZEIS, Zona Especial de Interesse Social
- ZEL, Zona Especial Logística
- ZEOC, Zona Especial de Ocupação Controlada
- ZEP, Zona Especial de Parques
- ZEPRA, Zona Especial de Proteção Ambiental
- ZEU 1, Zona de Estruturação Urbana I
- ZEU 2, Zona de Estruturação Urbana II
- ZI, Zona Industrial
- ZM1, Zona Mista I
- ZM2, Zona Mista II
- ZM3, Zona Mista III
- ZM4, Zona Mista IV
- ZT, Zona de Transição



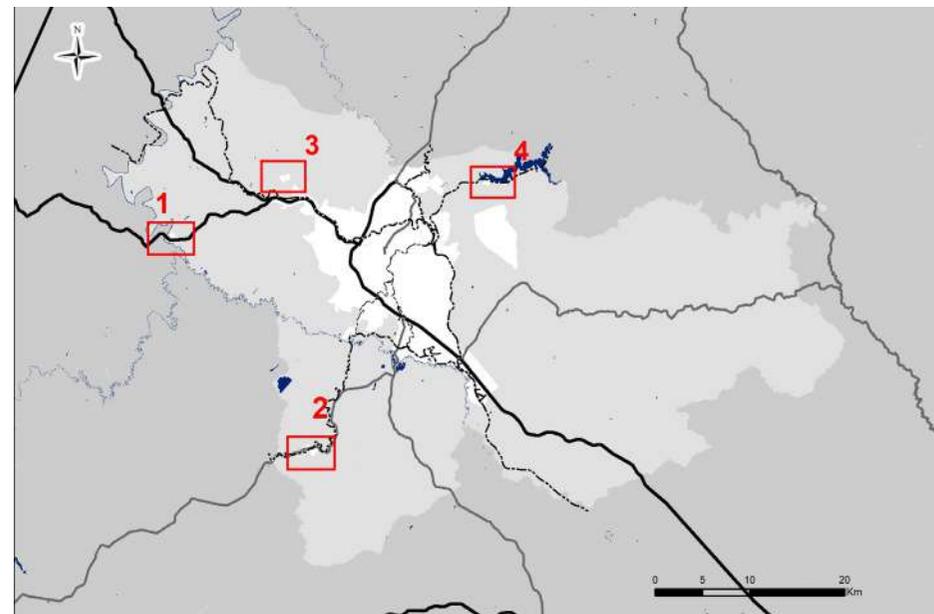
PROPOSTA DE ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Para a elaboração da proposta de reordenamento urbano de Ponta Grossa foram consideradas as fragilidades e estruturas ambientais existentes internamente e externamente aos limites dos perímetros urbanos, os eixos rodoviários e ferroviários, os usos e atividades atualmente desenvolvidos no território, as análises desenvolvidas nas etapas anteriores de trabalho e os resultados dos eventos participativos.

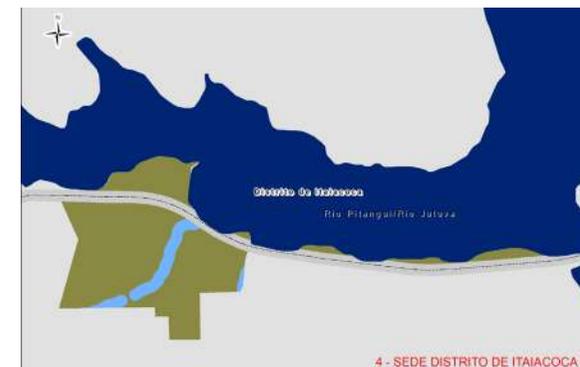
O zoneamento proposto foi subdividido em 8 Zonas para as quais foram estabelecidos objetivos específicos, índices urbanísticos e parâmetros de usos conforme os padrões desejáveis para cada porção do território.

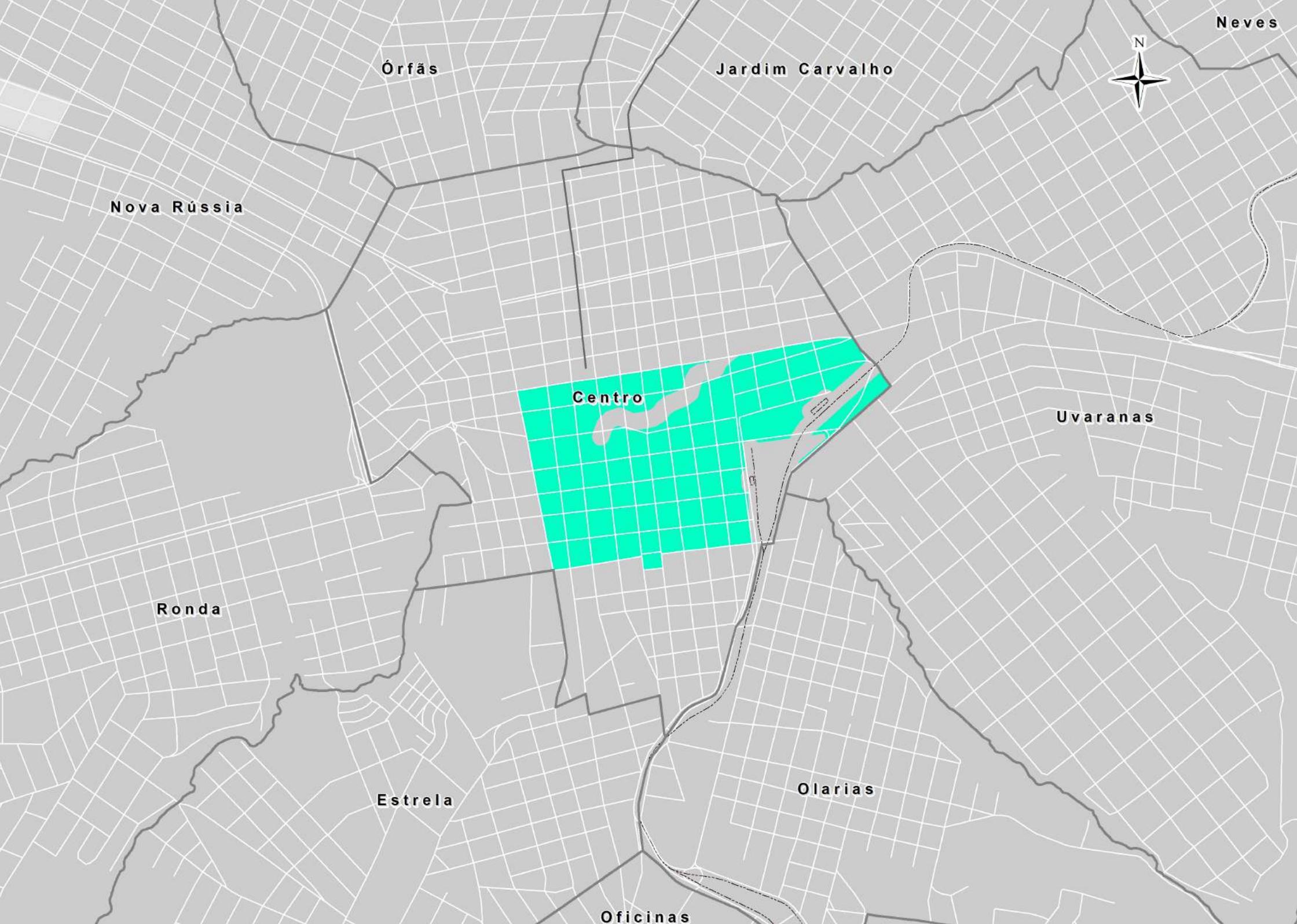
A proposta configura-se a partir da intenção de reordenar a densificação e direcionar a verticalização da ocupação em áreas aptas e adequadas para tanto, considerando a capacidade de suporte do território e a acessibilidade de determinadas regiões da cidade a equipamentos, serviços públicos e infraestruturas urbanas.

Para a sede municipal a proposta de zoneamento elaborada prevê a indução do adensamento habitacional ao longo de 5 grandes eixos estruturantes que convergem para a área central de Ponta Grossa e, a partir da qual, direcionam a ocupação nos sentidos noroeste, nordeste, leste, sul e sudoeste da cidade. Objetiva-se a conformação de centralidades lineares no território através desses eixos, com maior verticalização das edificações e a diversificação de usos e atividades urbanas em áreas já consolidadas, aptas para o recebimento de empreendimentos de maior porte habitacional e com acessibilidade a infraestruturas e serviços públicos.



Nas sedes dos Distritos de Uvaia, Guaragi e Periquitos ficam estabelecidas a Zona Residencial 2 (ZR2) e na sede do distrito de Itaiacoca (Alagados) fica estabelecido a Zona Residencial de uso controlado.





Órfãs

Jardim Carvalho

Neves



Nova Rússia

Centro

Uvaranas

Ronda

Estrela

Olarias

Oficinas

ZONA CENTRAL HISTÓRICA (ZCH)

Compreende o núcleo central histórico de Ponta Grossa, no qual será incentivada a diversificação de atividades e a ocupação residencial de média densidade. Dentre os principais objetivos da zona está a intenção de preservar a paisagem urbana de caráter histórico, respeitando-se a escala do pedestre e dos imóveis que compõe o conjunto patrimonial e cultural do Município. O resguardo à paisagem histórico-cultural se dará pelo incentivo à verticalização mediana, permitindo-se edificações de 8 pavimentos (altura básica) e de, no máximo, 15 pavimentos (altura máxima).

A permissão para o alcance da altura máxima será mediante a Outorga Onerosa do Direito de Construir. Nessa zona também serão incentivadas edificações de uso misto e estabelecimentos comerciais e de serviços no andar térreo, com acesso diretamente para o espaço público, sendo associados ao uso residencial e à circulação de modais ativos na cidade. Na ZCH será prioritária a aplicação do IPTU Progressivo no Tempo nos imóveis não utilizados, não edificados ou subutilizados que já dispõe de vias urbanas e acessibilidade a serviços e equipamentos públicos.

PARÂMETROS DE USO DO SOLO

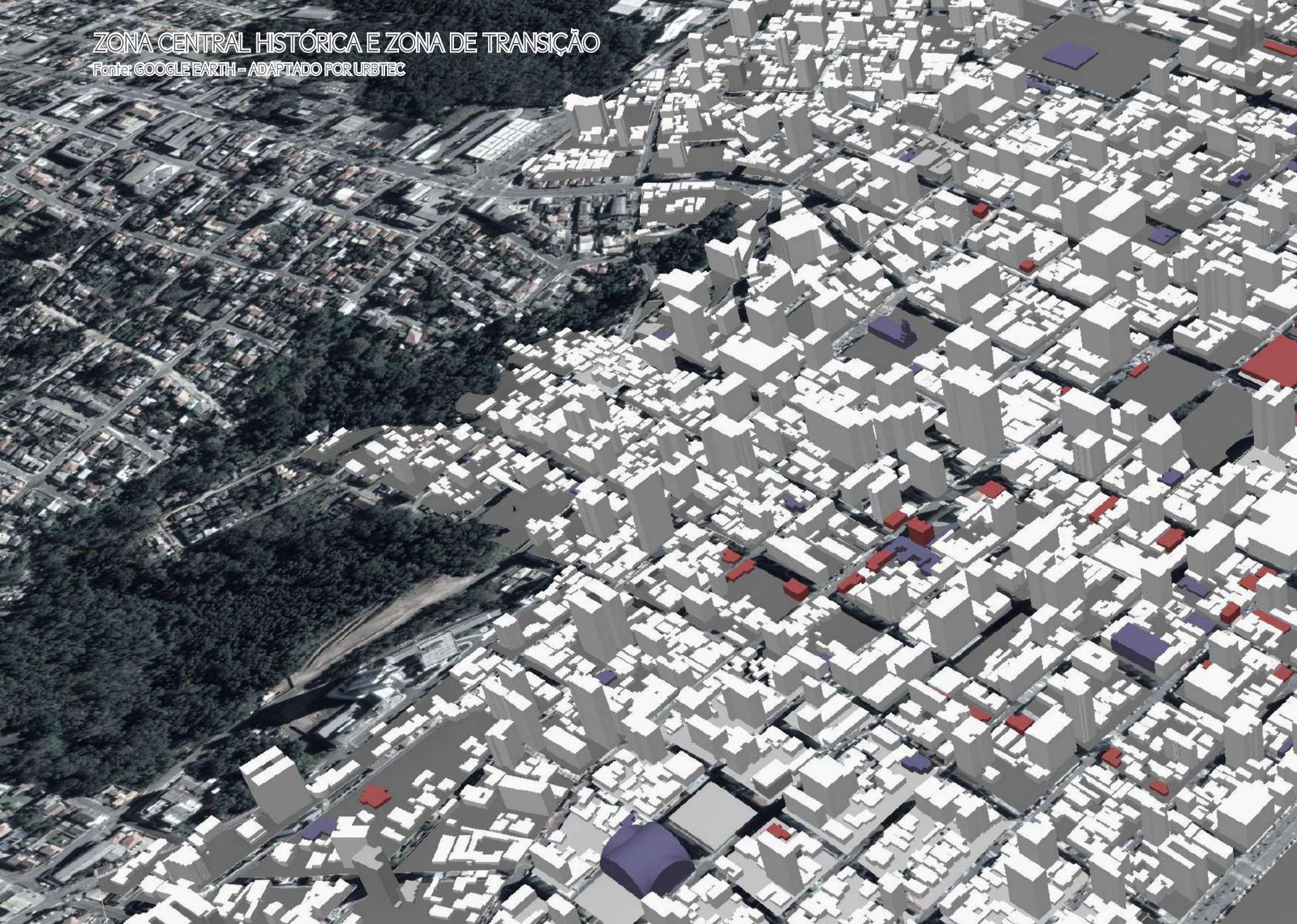
USO PERMITIDO	USO PERMISSÍVEL	USO TOLERADO	USO PROIBIDO
	(Sob consulta)		
- Habitação Unifamiliar	- Comunitário 2 – lazer e cultura	- Aqueles preexistentes à Lei, já implantados	Todos os demais usos
- Habitação Transitória			
- Condomínio Edifício Vertical			
- Comunitário 2 – Culto Religioso			
- Comércio e Serviços Vicinais			
- Comércio e Serviços de Bairro			
- Preservação dos bens tombados pelo Município e Estado			

PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

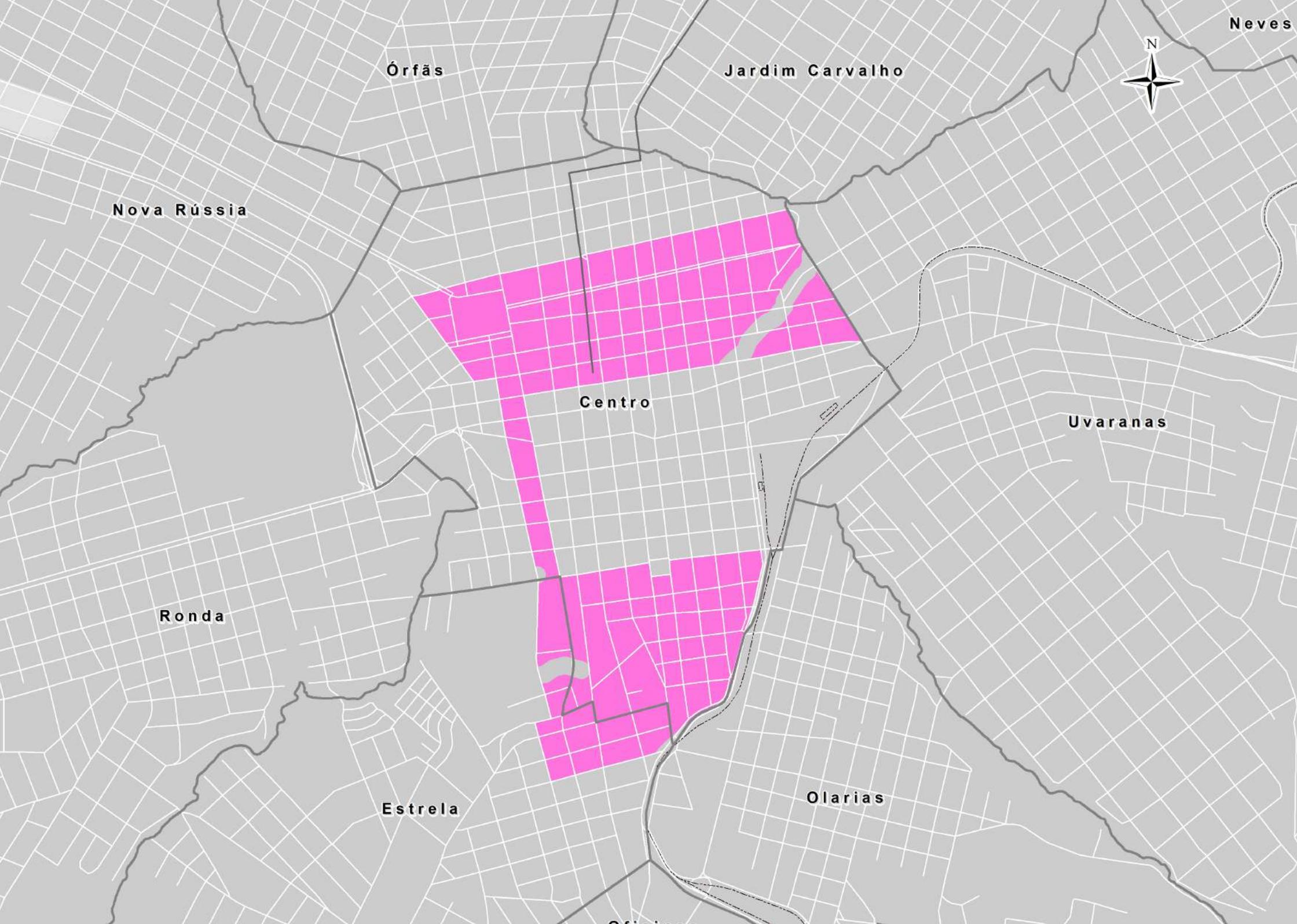
LOTE MÍNIMO		COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (CA)		TAXA DE OCUPAÇÃO (TO)		TAXA DE PERMEABILIDADE (TP)	NÚMERO DE PAVIMENTOS (B)		RECUO E AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m) (F) (G)	
ÁREA (m ²)	TESTADA (m)	BÁSICO	MÁXIMO (A)	BASE	TORRE		BÁSICO	MÁXIMO (A)	FRONTAL	LATERAL/FUNDOS
360	12,0	3	5	80%	50%	10%	8	15	3 (E)	1,5 + 0,2 (n-4)

ZONA CENTRAL HISTÓRICA E ZONA DE TRANSIÇÃO

Fonte: GOOGLE EARTH - ADAPTADO POR URBTEC







Neves



Jardim Carvalho

Órfãs

Nova Rússia

Centro

Uvaranas

Ronda

Estrela

Olarias

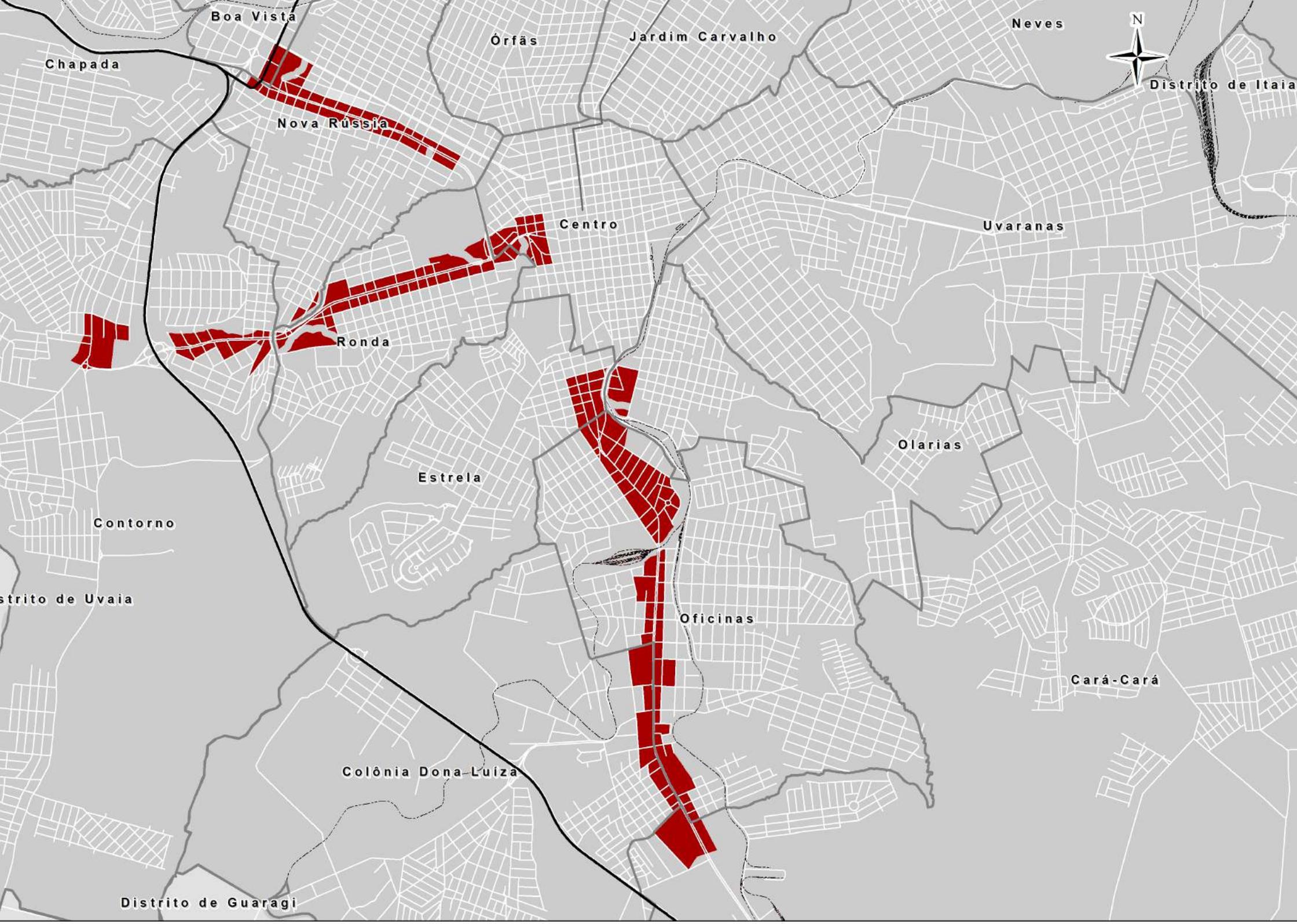
ZONA DE TRANSIÇÃO (ZT)

Corresponde a uma área de transição, na qual a ocupação habitacional prevista será intermediária entre a densidade na Zona Central Histórica (ZCH) e nas quadras com incidência das Zonas de Estruturação 1 e 2 (ZEU 1 e 2). Portanto, constituirá na zona com intenção de indução à média densidade e média verticalização, permitindo-se edificações de 12 pavimentos (altura básica) e de, no máximo, 20 pavimentos (altura máxima). A permissão para o alcance da altura máxima será mediante a Outorga Onerosa do Direito de Construir.

Com relação aos usos, a Zona de transição, como o próprio nome indica, prevê maior diversificação de atividades desenvolvidas no território. Na ZT também deve ser aplicado o IPTU Progressivo no Tempo nos imóveis não utilizados, não edificadas ou subutilizadas que já dispõe de vias urbanas e acessibilidade a serviços e equipamentos públicos.

PARÂMETROS DE USO DO SOLO			
USO PERMITIDO	USO PERMISSÍVEL	USO TOLERADO	USO PROIBIDO
	(Sob consulta)		
- Habitação Unifamiliar	- Comunitário 2 – ensino	- Aqueles preexistentes à Lei, já implantados	Todos os demais usos
- Habitação de Uso Institucional	- Comunitário 2- Saúde		
- Habitação Transitória	- Indústrias Tipo 1		
- Condomínio Edifício Vertical			
- Comunitário 2 – Culto Religioso			
- Comunitário 2 – lazer e cultura			
- Comércio e Serviços Vicinais			
- Comércio e Serviços de Bairro			

PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO											
LOTE MÍNIMO		COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (CA)		TAXA DE OCUPAÇÃO (TO)			TAXA DE PERMEABILIDADE (TP)	NÚMERO DE PAVIMENTOS (B)		RECUO E AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m) (F) (G)	
ÁREA (m ²)	TESTADA (m)	BÁSICO	MÁXIMO (A)	BASE	TORRE	BÁSICO		MÁXIMO (A)	FRONTAL	LATERAL/FUNDOS	
360	12,0	4	6	80%	50%	10%	12	20	3 (E)	1,5 + 0,2 (n-4)	



ZONA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA 1 (ZEU 1)

Compreende os Eixos Noroeste, Oeste e Sul de desenvolvimento urbano, com intenção de maior adensamento da ocupação, com coeficiente básico de 5 e coeficiente máximo de 7 mediante a Outorga Onerosa do Direito de Construir. Na ZEU 1 será incentivada a verticalização das edificações e a diversificação de usos e atividades. São eixos com disponibilidade e acesso ao transporte público coletivo e com previsão de estruturas de incentivo à circulação de pedestres e ciclistas – como a exigência de número mínimo de vagas de bicicleta nas edificações habitacionais multifamiliares.

A zona incide em ambas as quadras que fazem frente para a Av. Dom Pedro II, Av. Visconde Taunay e Av. Visconde de Mauá. Na ZEU 1 será prioritária a aplicação do IPTU Progressivo no Tempo nos imóveis não utilizados, não edificados ou subutilizados que já dispõe de redes urbanas e acessibilidade a serviços e equipamentos públicos.

PARÂMETROS DE USO DO SOLO

USO PERMITIDO	USO PERMISSÍVEL	USO TOLERADO	USO PROIBIDO
	(Sob consulta)		
- Habitação Unifamiliar	- Habitação Uso Institucional	- Aqueles preexistentes à Lei, já implantados	Todos os demais usos
- Condomínio Edifício Vertical	- Habitação Transitória		
- Comércio e Serviços de Bairro	- Comunitário 2 – ensino		
- Comércio e Serviços Setoriais	- Comunitário 2 – saúde		
	- Comunitário 2 – lazer e cultura		
	- Comunitário 2 – culto religioso		
	- Indústrias Tipo 1 e 2		

PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

LOTE MÍNIMO		COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (CA)		TAXA DE OCUPAÇÃO (TO)		TAXA DE PERMEABILIDADE (TP)	NÚMERO DE PAVIMENTOS (B)		RECUO E AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m) (F) (G)	
ÁREA (m ²)	TESTADA (m)	BÁSICO	MÁXIMO (A)	BASE	TORRE		BÁSICO	MÁXIMO (A)	FRONTAL	LATERAL/FUNDOS
360	12,0	5	7	80%	50%	10%	(H)		5	1,5 + 0,2 (n-4)

SIMULAÇÃO DENSIDADE ZEU 1 - AVENIDA VISCONDE DE MAUÁ

Fonte: GOOGLE EARTH - ADAPTADO POR URBTEC



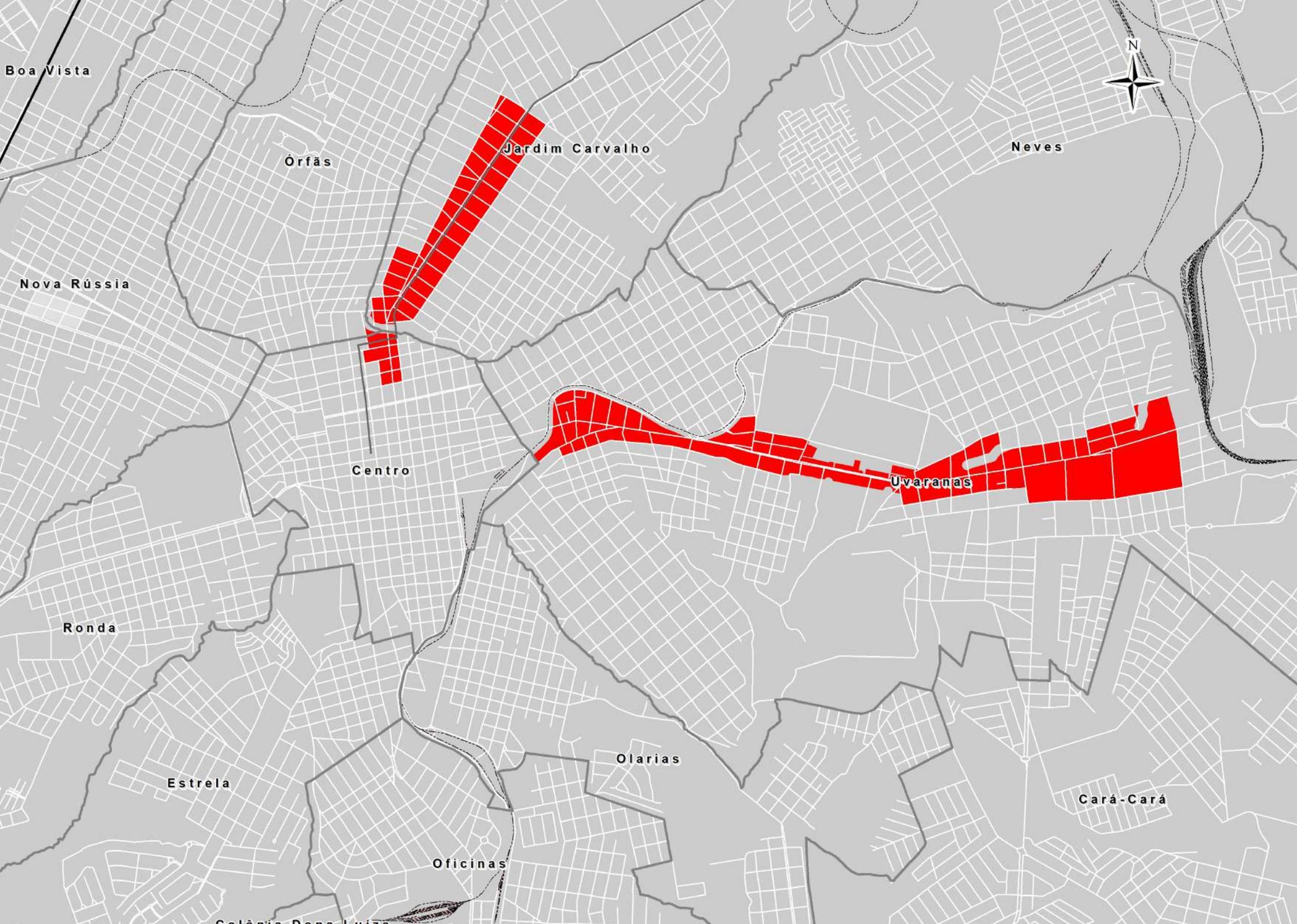


SIMULAÇÃO DENSIDADE ZEU 1 - AVENIDA VISCONDE DE MAUÁ

Fonte: GOOGLE EARTH - ADAPTADO POR URBTEC







Boa Vista

Órfãs

Jardim Carvalho

Neves

Nova Rússia

Centro

Uvaranas

Ronda

Estrela

Olarias

Cará-Cará

Oficinas

Colônia Dona Luíza

ZONA DE ESTRUTURAÇÃO URBANA 2 (ZEU 2)

Compreende os Eixos Leste e Nordeste com intenção de adensamento da ocupação, nos quais será incentivada a verticalização e a diversificação de usos e atividades. Incide nos eixos que direcionam a ocupação para a porção leste e nordeste do perímetro urbano e, por esse motivo, compreende áreas nas quais será incentivada uma ocupação menos densa e menos verticalizada que a ZEU 1, devido a maior proximidade de estruturas de fragilidade ambiental como a APA da Escarpa Devoniana. São eixos com disponibilidade e acesso ao transporte público coletivo e com previsão de estruturas de incentivo à circulação de pedestres e ciclistas

A ZEU 2 incide em ambas as quadras que fazem frente para a Av. Carlos Cavalcanti e Av. Monteiro Lobato. Possui coeficiente básico de 3 e máximo de 5 mediante a Outorga Onerosa do Direito de Construir. Na ZEU 2 será prioritária a aplicação do IPTU Progressivo no Tempo nos imóveis não utilizados, não edificados ou subutilizados que já dispõe de redes urbanas e acessibilidade a serviços e equipamentos públicos.

PARÂMETROS DE USO DO SOLO

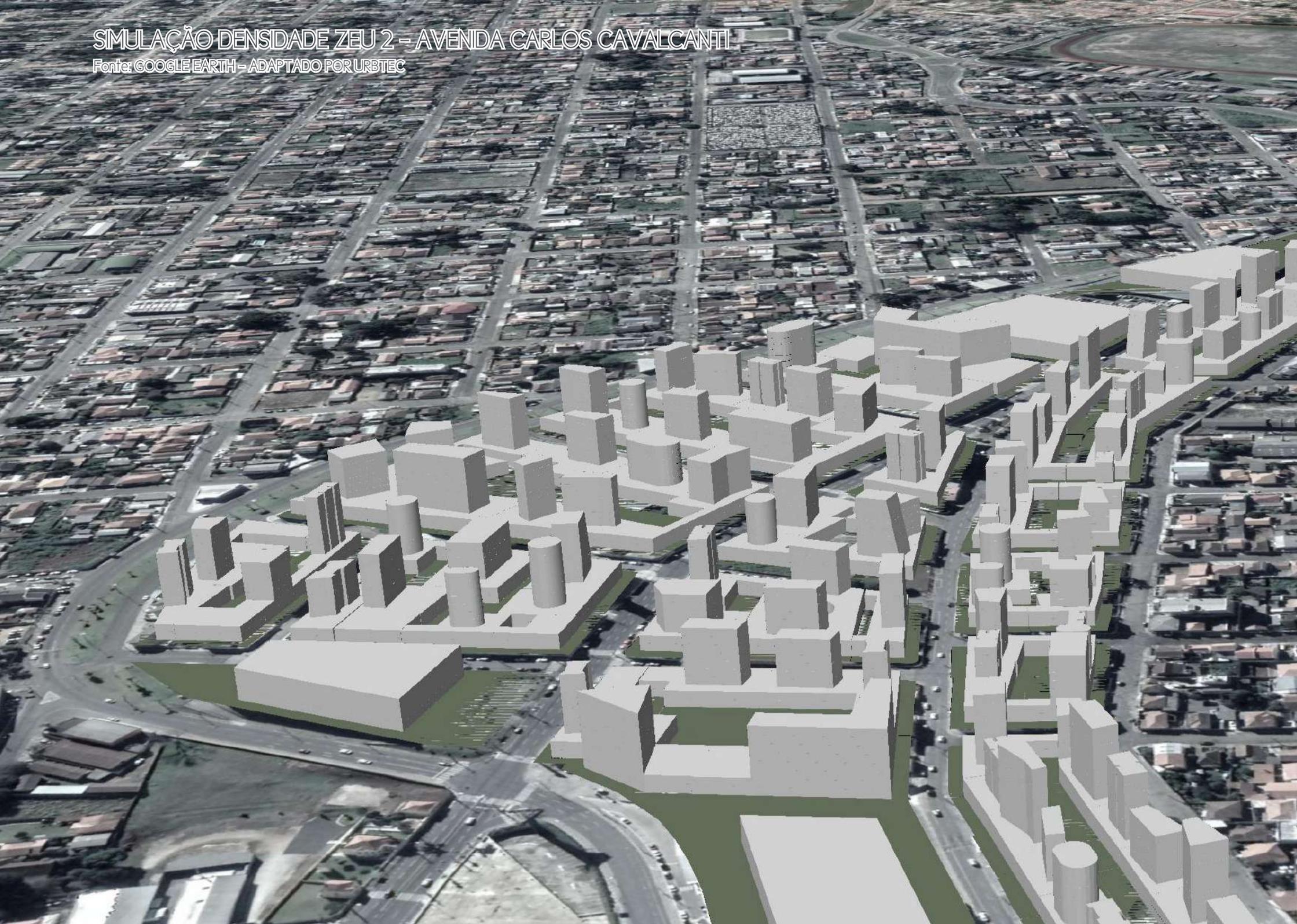
USO PERMITIDO	USO PERMISSÍVEL	USO TOLERADO	USO PROIBIDO
	(Sob consulta)		
- Habitação Unifamiliar	- Habitação Uso Institucional	- Aqueles preexistentes à Lei, já implantados	Todos os demais usos
- Condomínio Edifício Vertical	- Habitação Transitória		
- Comércio e Serviços de Bairro	- Comunitário 1		
- Comércio e Serviços Setoriais	- Comunitário 2 – ensino		
- Comércio e Serviços Vicinais	- Comunitário 2 – saúde		
	- Comunitário 2 – lazer e cultura		
	- Comunitário 2 – culto religioso		
	- Indústrias Tipo 1		

PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

LOTE MÍNIMO		COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (CA)		TAXA DE OCUPAÇÃO (TO)		TAXA DE PERMEABILIDADE (TP)	NÚMERO DE PAVIMENTOS (B)		RECUO E AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m) (F) (G)	
ÁREA (m²)	TESTADA (m)	BÁSICO	MÁXIMO (A)	BASE	TORRE		BÁSICO	MÁXIMO (A)	FRONTAL	LATERAL/FUNDOS
360	12,0	3	5	80%	50%	10%	(H)		5	1,5 + 0,2 (n-4)

SIMULAÇÃO DENSIDADE ZEU 2 - AVENIDA CARLOS CAVALCANTI

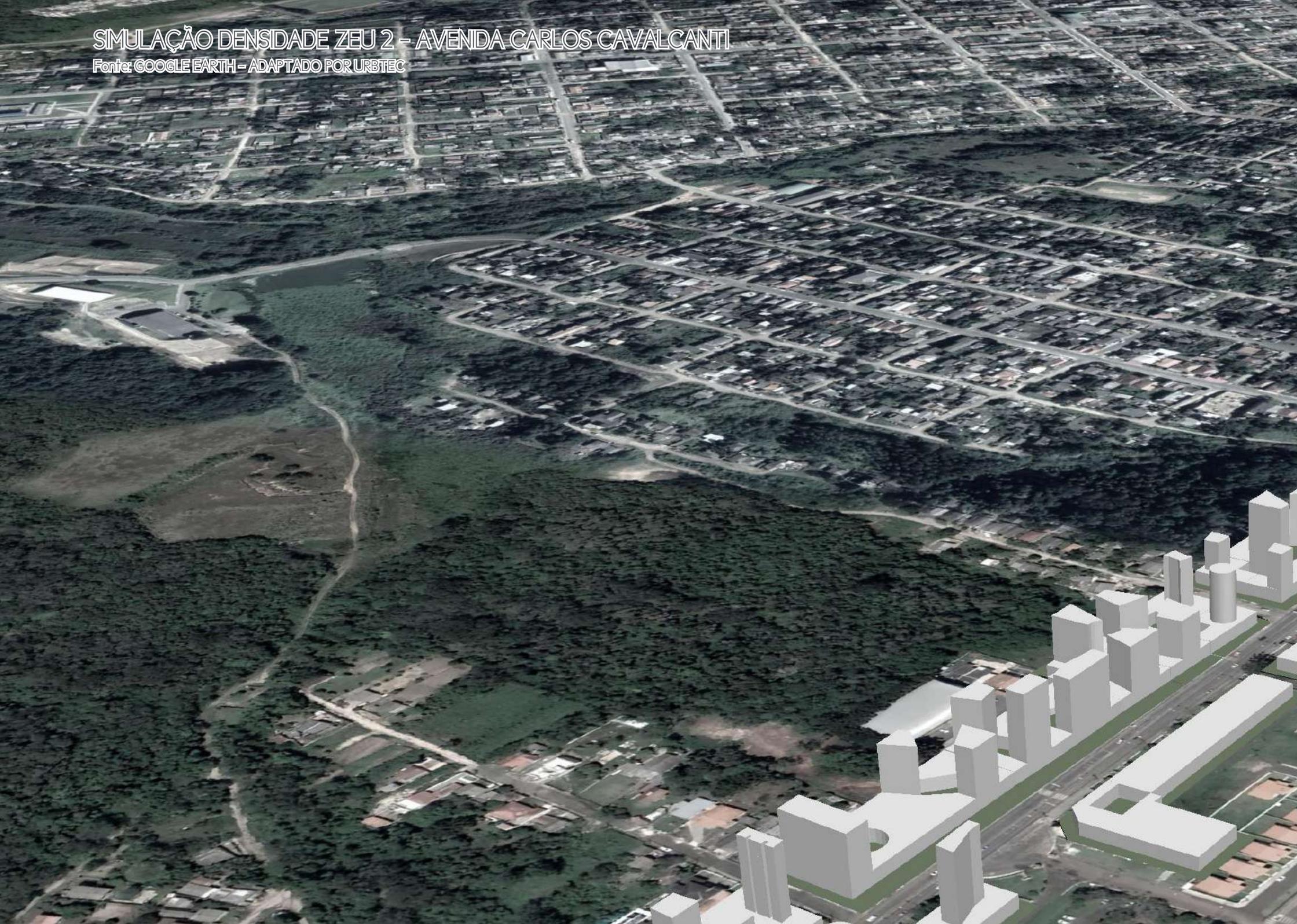
Fonte: GOOGLE EARTH - ADAPTADO POR URBTEC





SIMULAÇÃO DENSIDADE ZEU 2 - AVENIDA CARLOS CAVALCANTI

Fonte: GOOGLE EARTH - ADAPTADO POR URBTEC







va Rússia

Centro



Ronda

Uvaranas

Estrela

Olarias

Oficinas

Cará-Cará

Colônia Dona Luíza

ZONA DE ESTRUTURA AMBIENTAL (ZEA)

Compreende o Eixo Sudeste com intenção de ocupação de média densidade. A Zona de Estruturação Ambiental tem como objetivo demarcar um eixo de ligação entre o centro da cidade e o Parque Lago de Olarias, o qual já se encontra em construção. A partir das características locais do entorno do Lago de Olarias, dentre as quais citam-se a topografia acentuada, a forte presença de corpos d'água e os fundos de vale ocupados irregularmente, busca-se através da ZEA a requalificação do ambiente natural de modo harmônico com o ambiente construído proposto.

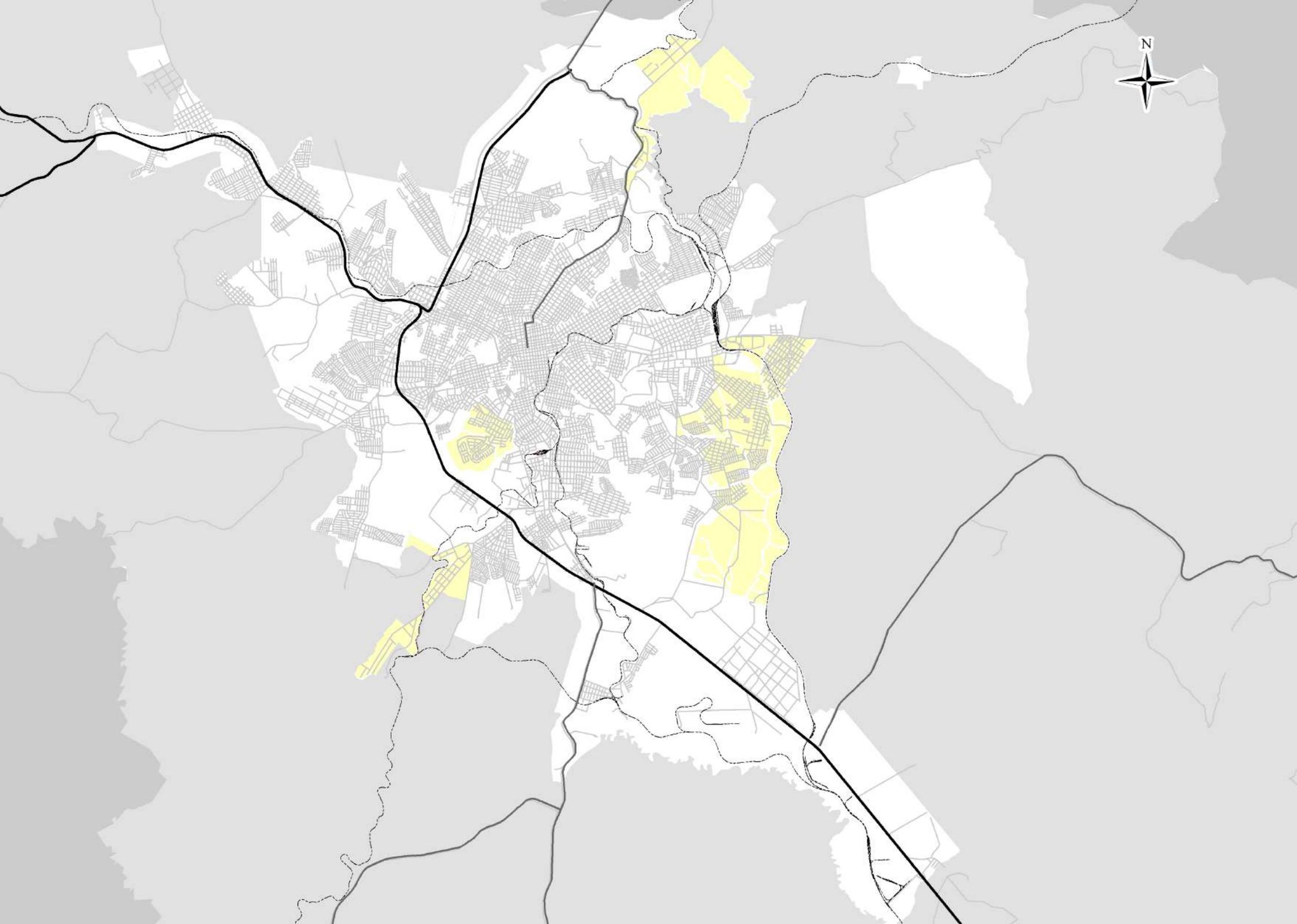
Com isso, são exigidos maiores recuos, taxa de permeabilidade mais alta, sendo obrigatório o plantio de árvores nativas de no mínimo 10% da área do lote. Nesse eixo deve ser priorizado o acesso ao transporte público coletivo, bem como as estruturas de incentivo à circulação de pedestres e ciclistas. A ZEA incide em ambas as quadras que fazem frente para a Avenida Ana Rita e Avenida Eunice dos Reis.

PARÂMETROS DE USO DO SOLO

USO PERMITIDO	USO PERMISSÍVEL	USO TOLERADO	USO PROIBIDO
	(Sob consulta)		
- Habitação Unifamiliar	- Comercial e Serviços de Bairro	- Aqueles preexistentes à Lei, já implantados	Todos os demais usos
- Habitação Unifamiliar em série	- Comércio e Serviços Vicinais		
- Condomínio Edifício Vertical	- Habitação Uso Institucional		
- Condomínio Edifício Horizontal	- Comunitário 2 – ensino		
- Habitação Transitória	- Comunitário 2 – saúde		
- Comunitário 1	- Comunitário 2 – lazer e cultura		
	- Comunitário 2 – culto religioso		

PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

LOTE MÍNIMO		COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (CA)		TAXA DE OCUPAÇÃO (TO)		TAXA DE PERMEABILIDADE (TP)	NÚMERO DE PAVIMENTOS (B)		RECUO E AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m) (F) (G)	
ÁREA (m ²)	TESTADA (m)	BÁSICO	MÁXIMO (A)	BASE	TORRE		BÁSICO	MÁXIMO (A)	FRONTAL	LATERAL/FUNDOS
360 (J)	12,0 (J)	1	2	50%		25%	(I)		5	1,5 + 0,2 . n



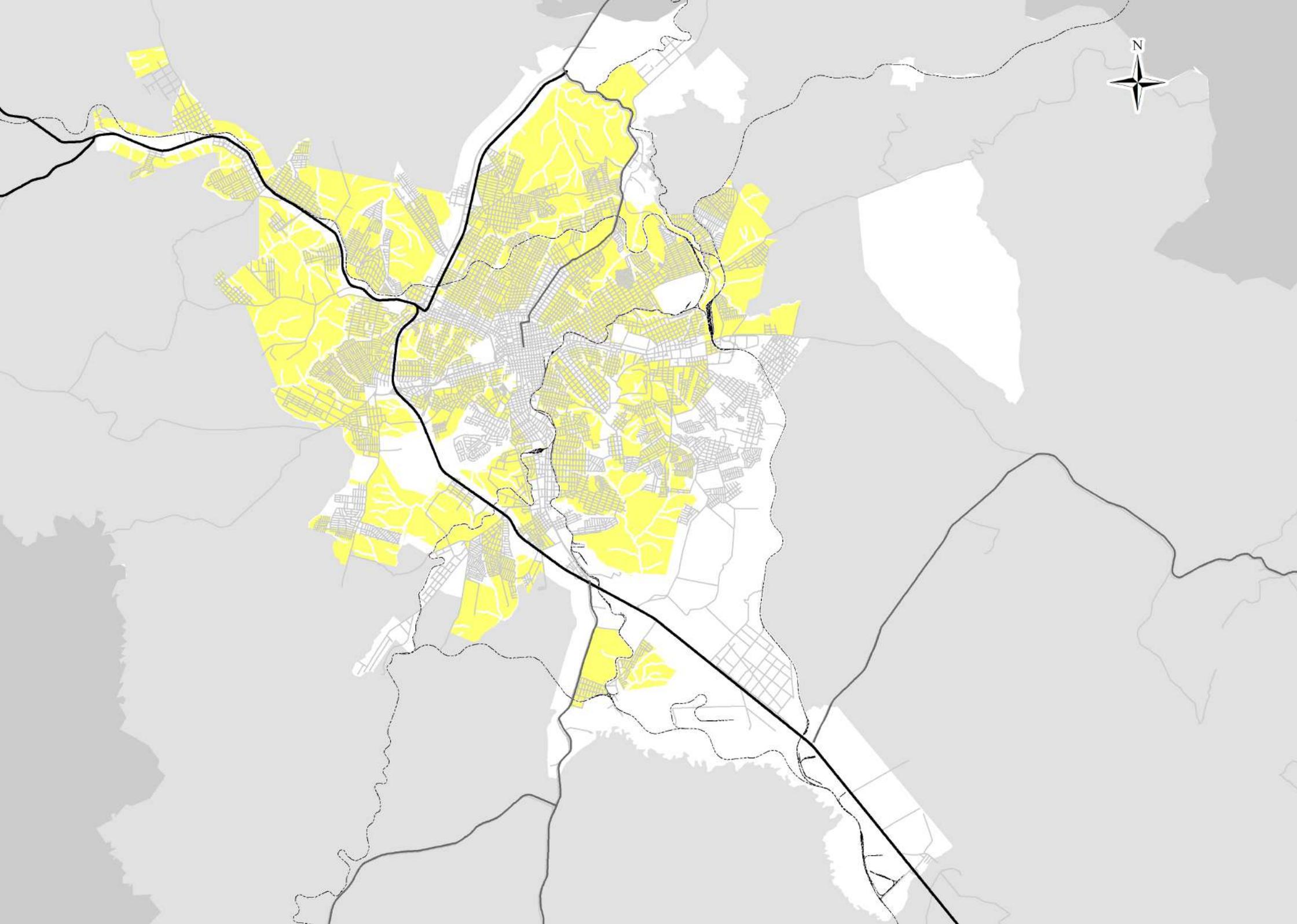
ZONA MISTA 1 (ZM 1)

Objetiva a manutenção da ocupação de baixa densidade urbana. Constitui uma zona de uso predominantemente residencial e de atividades relacionadas, como estabelecimentos de comércio e de serviços vicinais. Incide nas bordas do perímetro urbano na porção leste em função das áreas que exigem maior controle e restrições à ocupação pela proximidade de estruturas ambientais como a APA da Escarpa Devoniana e Parque Nacional dos Campos Gerais.

A ZM1 incide também em quase a totalidade do bairro Estrela, uma vez que a região se consolidou com o uso quase que exclusivamente residencial com a forte presença de condomínios.

PARÂMETROS DE USO DO SOLO			
USO PERMITIDO	USO PERMISSÍVEL	USO TOLERADO	USO PROIBIDO
	(Sob consulta)		
- Habitação Unifamiliar	- Comunitário 1 – ensino	- Aqueles preexistentes à Lei, já implantados	Todos os demais usos
- Habitação Unifamiliar em série	- Comunitário 1 saúde		
- Condomínio Edifício Horizontal	- Comunitário 1– lazer		
- Condomínio de Lotes	- Comunitário 1– culto religioso		
- Habitação Uso Institucional	- Comercial e Serviços de Bairro		
- Habitação Transitória	- Indústrias Tipo 1		
- Comunitário 1			
- Comercial e Serviços Vicinais			

PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO										
LOTE MÍNIMO		COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (CA)		TAXA DE OCUPAÇÃO (TO)		TAXA DE PERMEABILIDADE (TP)	NÚMERO DE PAVIMENTOS (B)		RECUO E AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m) (F) (G)	
ÁREA (m²)	TESTADA (m)	BÁSICO	MÁXIMO (A)	BASE	TORRE		BÁSICO	MÁXIMO (A)	FRONTAL	LATERAL/FUNDOS
360	12,0	1	-	50%		25%	2	-	5	1,5

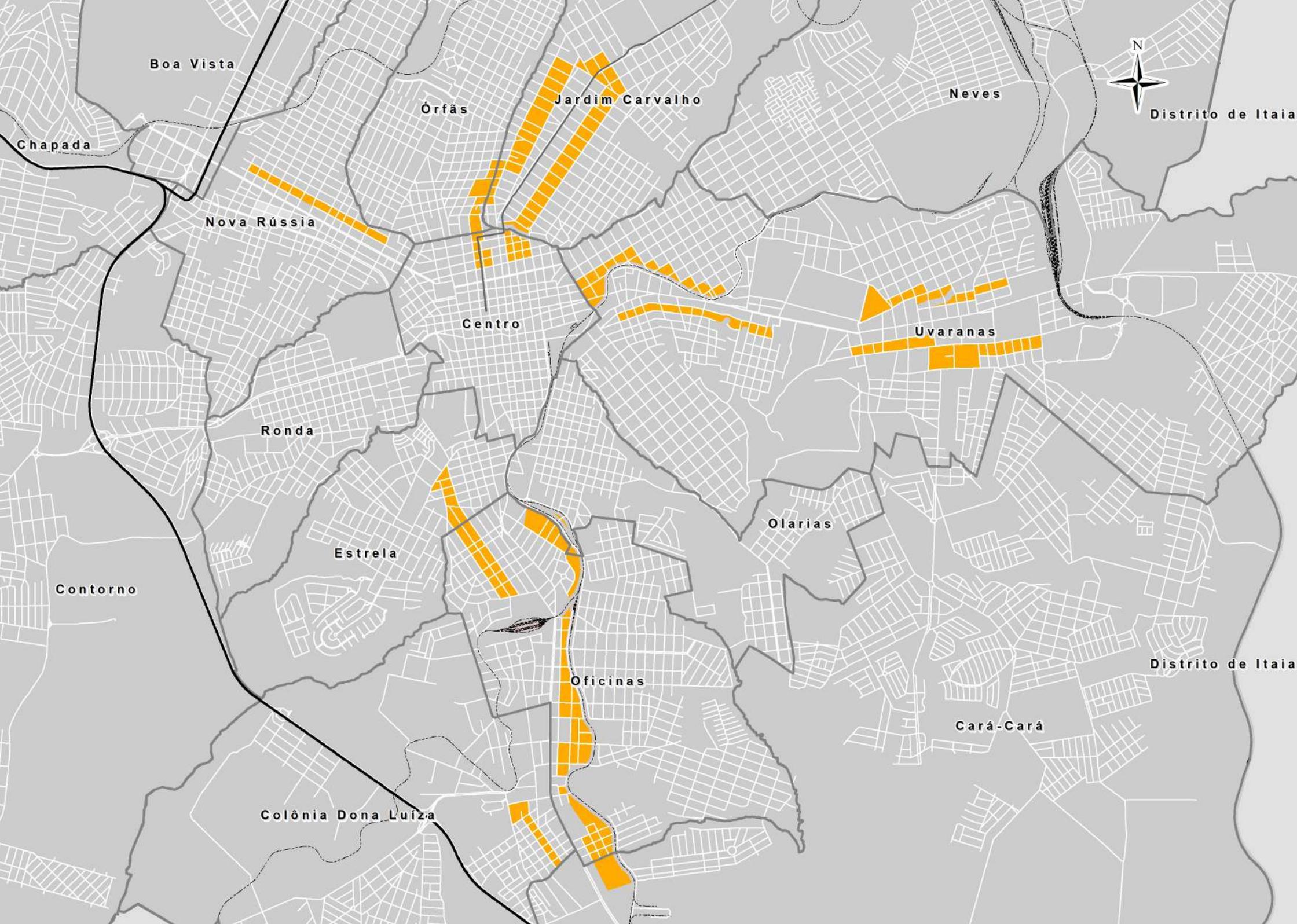


ZONA MISTA 2 (ZM 2)

Incentivo à ocupação de média densidade urbana. Constitui uma zona de uso predominantemente residencial e de atividades relacionadas, como estabelecimentos de comércio e de serviços vicinais, de vizinhança e de bairro, com maior diversificação que a ZM 1. Incide na maior parte do perímetro urbano de Ponta Grossa.

PARÂMETROS DE USO DO SOLO			
USO PERMITIDO	USO PERMISSÍVEL	USO TOLERADO	USO PROIBIDO
	(Sob consulta)		
- Habitação Unifamiliar	- Comunitário 3 – ensino	- Aqueles preexistentes à Lei, já implantados	Todos os demais usos
- Habitação Unifamiliar em série	- Comunitário 3 – lazer e cultura		
- Habitação Coletiva Vertical	- Comércio e Serviços Específicos		
- Condomínio Edifício Horizontal	- Indústrias Tipo 1 e 2		
- Habitação Uso Institucional			
- Habitação Transitória			
- Comunitário 1			
- Comunitário 2 – lazer e cultura			
- Comunitário 2 – ensino			
- Comunitário 2 – saúde			
- Comunitário 2 – culto religioso			
- Comercial e Serviços Vicinais			
- Comercial e Serviços de Bairro			

PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO										
LOTE MÍNIMO		COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (CA)		TAXA DE OCUPAÇÃO (TO)		TAXA DE PERMEABILIDADE (TP)	NÚMERO DE PAVIMENTOS (B)		RECUO E AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m) (F) (G)	
ÁREA (m²)	TESTADA (m)	BÁSICO	MÁXIMO (A)	BASE	TORRE		BÁSICO	MÁXIMO (A)	FRONTAL	LATERAL/FUNDOS
300	10,0	2	-	50%		20%	4	-	5	1,5 (D)



Boa Vista

Chapada

Órfãs

Jardim Carvalho

Neves

Distrito de Itaipava

Nova Rússia

Centro

Uvaranas

Ronda

Olarias

Distrito de Itaipava

Contorno

Estrela

Oficinas

Cará-Cará

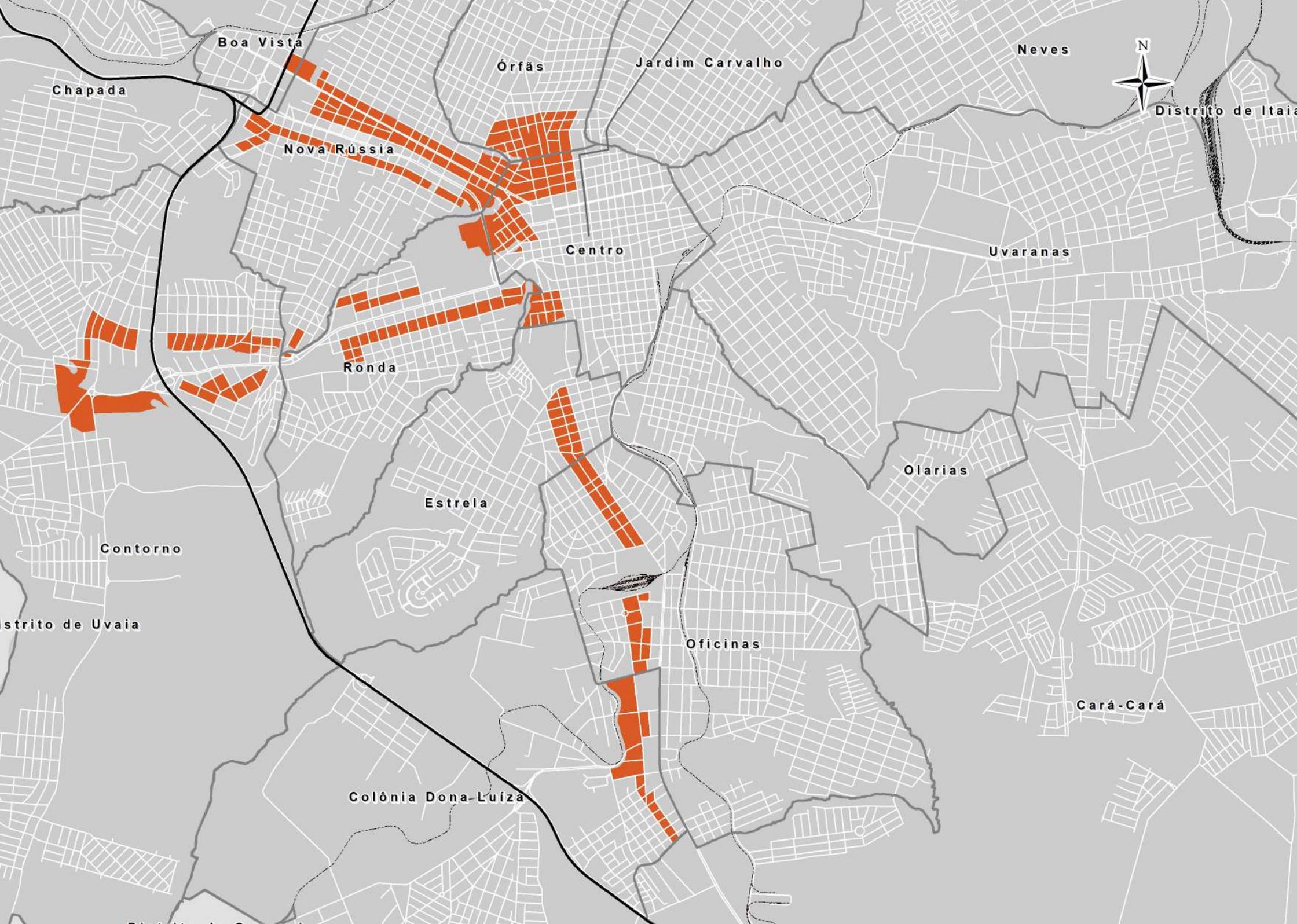
Colônia Dona Luíza

ZONA MISTA 3 (ZM 3)

Incentivo à ocupação de média a alta densidade urbana e à diversificação de atividades. Incide nas áreas de entorno da Zona de Estruturação Urbana 2 (ZEU 2), servindo como um território de transição entre os eixos e a ZM 2. Apresenta aptidão adequada à ocupação urbana e acessibilidade a redes de infraestruturas urbanas, equipamentos e serviços públicos.

PARÂMETROS DE USO DO SOLO			
USO PERMITIDO	USO PERMISSÍVEL (Sob consulta)	USO TOLERADO	USO PROIBIDO
- Habitação Unifamiliar	- Comunitário 3 – ensino	- Aqueles preexistentes à Lei, já implantados	Todos os demais usos
- Habitação Unifamiliar em série	- Comunitário 3 – lazer e cultura		
- Condomínio Edifício Vertical	- Comércio e Serviços Específicos		
- Condomínio Edifício Horizontal	- Indústrias Tipo 1 e 2		
- Habitação Uso Institucional			
- Habitação Transitória			
- Comunitário 1			
- Comunitário 2 - lazer e cultura			
- Comunitário 2 – ensino			
- Comunitário 2 – saúde			
- Comunitário 2 – culto religioso			
- Comercial e Serviços Vicinais			
- Comercial e Serviços de Bairro			

PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO										
LOTE MÍNIMO		COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (CA)		TAXA DE OCUPAÇÃO (TO)		TAXA DE PERMEABILIDADE (TP)	NÚMERO DE PAVIMENTOS (B)		RECUO E AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m) (F) (G)	
ÁREA (m²)	TESTADA (m)	BÁSICO	MÁXIMO (Λ)	BASE	TORRE		BÁSICO	MÁXIMO (Λ)	FRONTAL	LATERAL/FUNDOS
300	10,0	2	4	50%		20%	6	8	5	1,5 + 0,2 (n-4)



Boa Vista

Órfãs

Jardim Carvalho

Neves

N

Distrito de Itaipava

Chapada

Nova Rússia

Centro

Uvaranas

Ronda

Olarias

Estrela

Contorno

Distrito de Uvaia

Oficinas

Cará-Cará

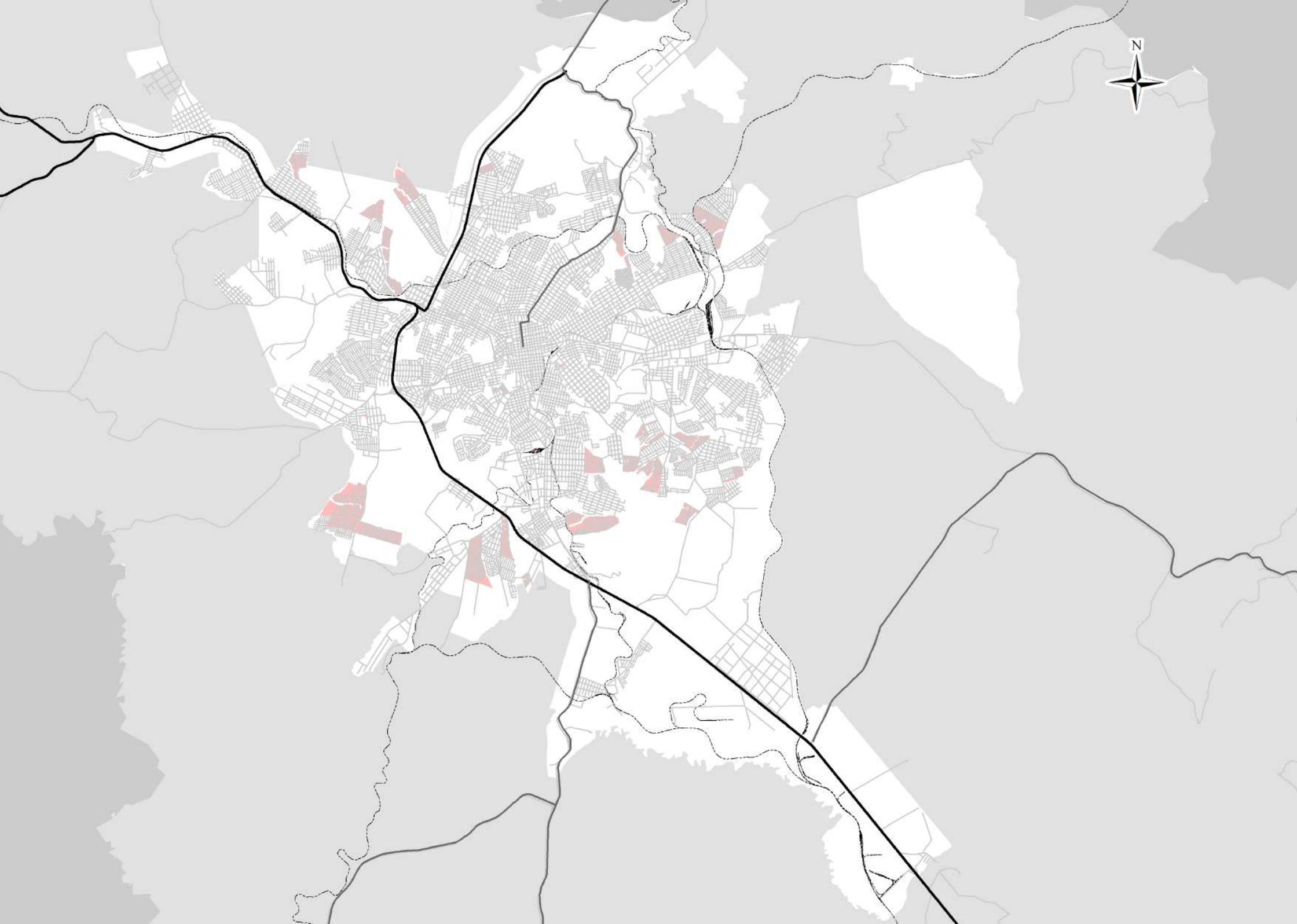
Colônia Dona Luíza

ZONA MISTA 4 (ZM 4)

Incentivo à ocupação de alta densidade urbana e à diversificação de atividades. Incide nas áreas de entorno da Zona de Estruturação Urbana 1 (ZEU 1), servindo como um território de transição entre os eixos e a ZM 2. Apresenta grande aptidão à ocupação urbana e acessibilidade a redes de infraestruturas urbanas, equipamentos e serviços públicos. Constitui a zona de uso residencial predominante com incentivo a maior densificação uma vez que incide nos eixos que estruturam a ocupação no sentido oeste da área urbana, distanciando-se das estruturas ambientais.

PARÂMETROS DE USO DO SOLO			
USO PERMITIDO	USO PERMISSÍVEL	USO TOLERADO	USO PROIBIDO
	(Sob consulta)		
- Habitação Unifamiliar	- Indústrias Tipo 1 e 2	- Aqueles preexistentes à Lei, já implantados	Todos os demais usos
- Habitação Unifamiliar em série	- Comercial e Serviços Vicinais		
- Condomínio Edifício Vertical	- Comércio e Serviços Específicos		
- Condomínio Edifício Horizontal			
- Habitação Transitória			
- Comunitário 1			
- Comunitário 2 - lazer e cultura			
- Comunitário 2 – ensino			
- Comunitário 2 – saúde			
- Comunitário 2 – culto religioso			
- Comércio e Serviços de Bairro			

PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO										
LOTE MÍNIMO		COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (CA)		TAXA DE OCUPAÇÃO (TO)		TAXA DE PERMEABILIDADE (TP)	NÚMERO DE PAVIMENTOS (B)		RECUO E AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m) (F) (G)	
ÁREA (m ²)	TESTADA (m)	BÁSICO	MÁXIMO (A)	BASE	TORRE		BÁSICO	MÁXIMO (A)	FRONTAL	LATERAL/FUNDOS
360	12,0	3	5	50%		10%	8	12	5	1,5 + 0,2 (n-4)

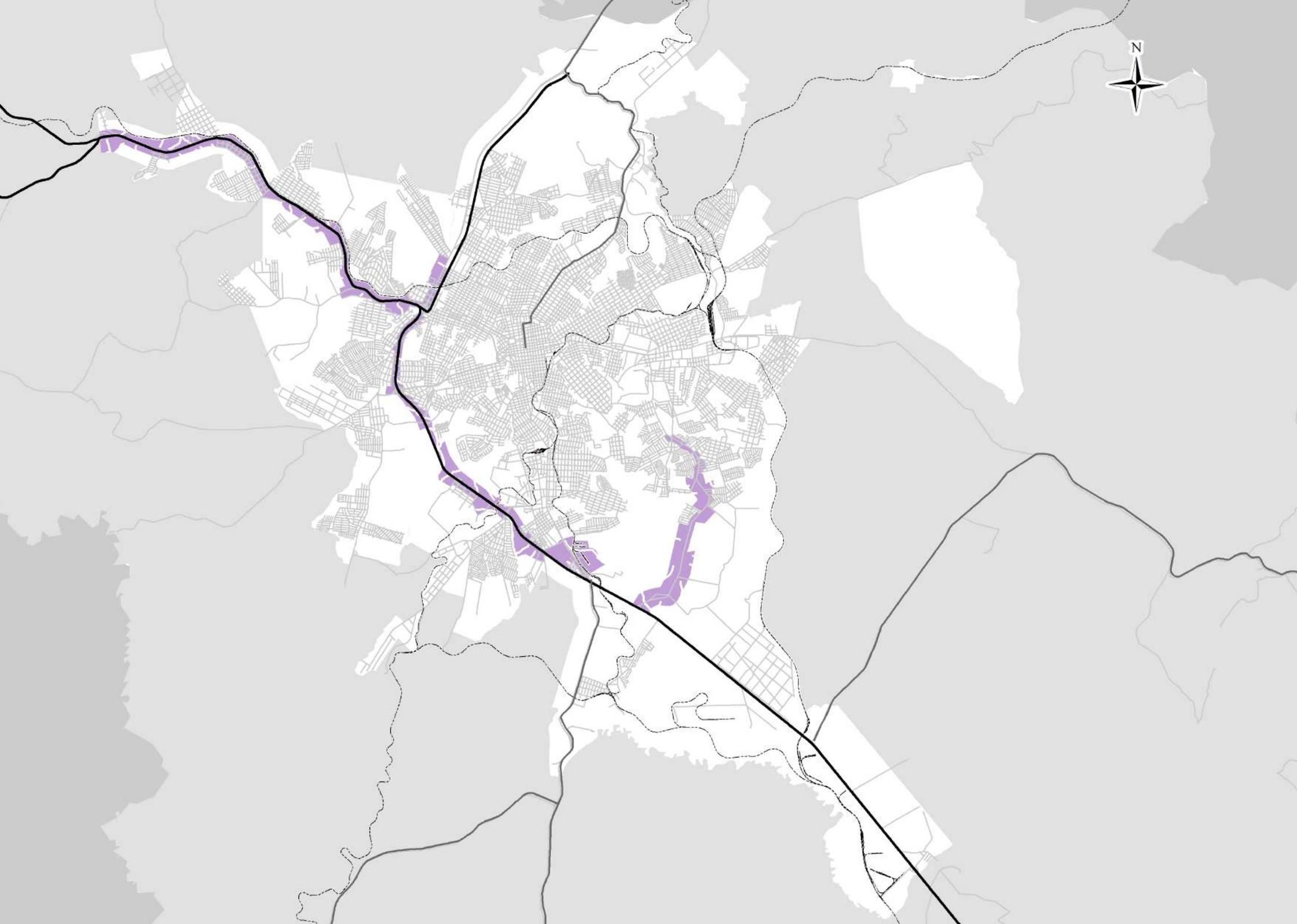


ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS)

São porções do território destinadas à regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares e à provisão de novas Habitações de Interesse Social (HIS). Incide em áreas pulverizadas ao longo de todo o perímetro urbano, com assentamentos consolidados e sob vulnerabilidade social, para os quais há interesse de regularização fundiária e/ou urbanística. Conforme a situação, deverão ser previstos estudos para avaliar a possibilidade de regularização conforme os dispositivos da Lei Federal Nº 13.465/2017.

PARÂMETROS DE USO DO SOLO			
USO PERMITIDO	USO PERMISSÍVEL	USO TOLERADO	USO PROIBIDO
	(Sob consulta)		
- Habitação Unifamiliar	- Comunitário 2 – ensino	- Aqueles preexistentes à Lei, já implantados	Todos os demais usos
- Habitação Unifamiliar em série	- Comunitário 2 – saúde		
- Condomínio Edilício Vertical	- Comunitário 2 – lazer e cultura		
- Condomínio Edilício Horizontal	- Comunitário 2 – culto religioso		
- Habitação Uso Institucional	- Indústrias Tipo 1		
- Comunitário 1			
- Comércio e Serviços Vicinais			
- Comércio e Serviços de Bairro			

PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO										
LOTE MÍNIMO		COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (CA)		TAXA DE OCUPAÇÃO (TO)		TAXA DE PERMEABILIDADE (TP)	NÚMERO DE PAVIMENTOS (B)		RECUO E AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m) (F) (G)	
ÁREA (m ²)	TESTADA (m)	BÁSICO	MÁXIMO (A)	BASE	TORRE		BÁSICO	MÁXIMO (A)	FRONTAL	LATERAL/FUNDOS
200	10	2	-	70%		15%	4	-	5	1,5 (D)



ZONA ESPECIAL DE LOGÍSTICA (ZEL)

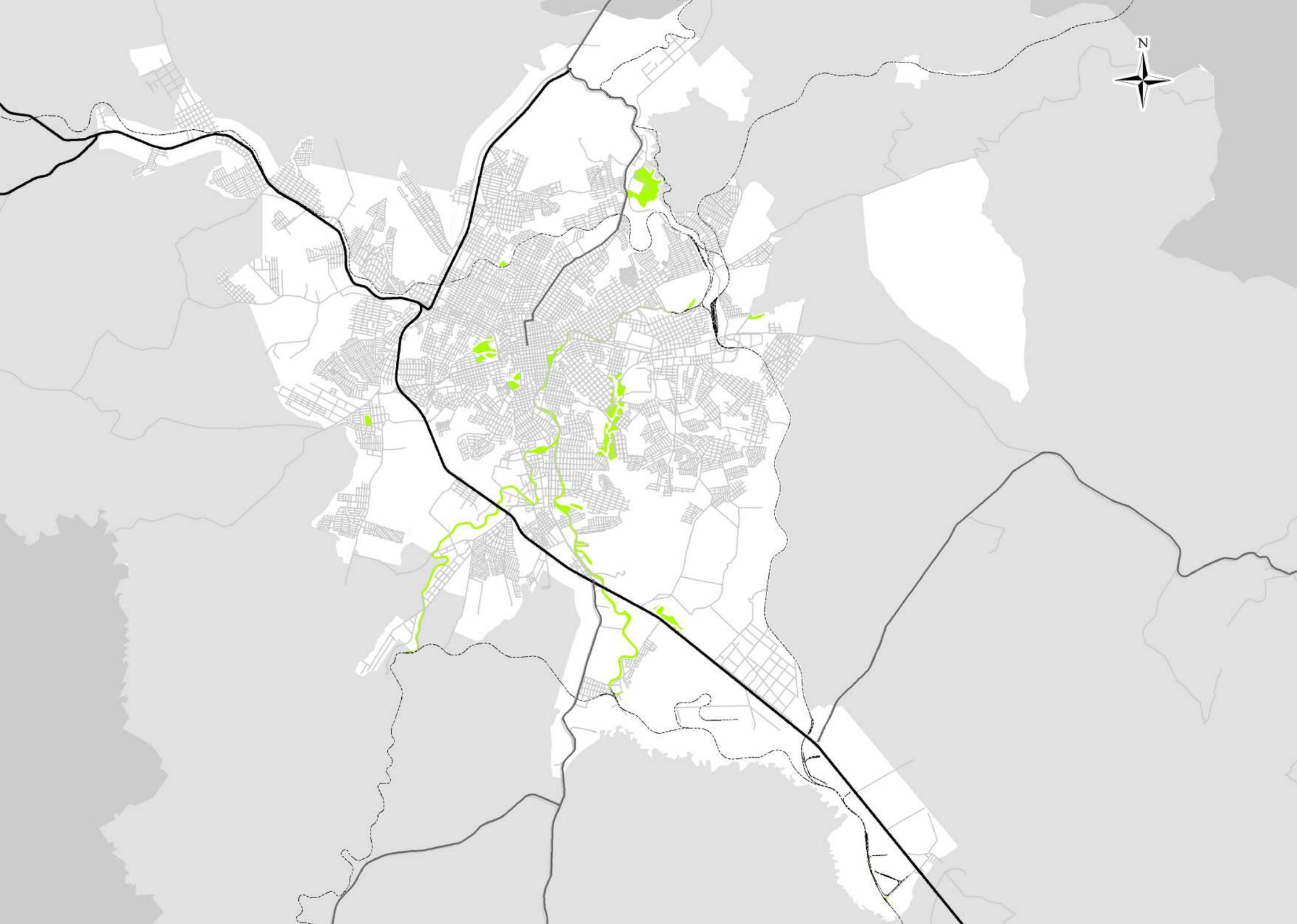
Incide nas regiões limítrofes aos principais eixos rodoviários que interceptam o território urbano, a BR-376, BR-487, Avenida Pedro Wosgrau e Avenida Siqueira Campos no trecho compreendido entre a Rua Aracy de Moraes Rodrigues e a BR-376.. Na ZEL será incentivada a instalação de empreendimentos de médio porte, com usos e atividades relacionados à rodovia, de armazenamento e de logística, servindo também como suporte às atividades industriais da área sul.

PARÂMETROS DE USO DO SOLO

USO PERMITIDO	USO PERMISSÍVEL (Sob consulta)	USO TOLERADO	USO PROIBIDO
- Habitação Unifamiliar	- Habitação Transitória	- Aqueles preexistentes à Lei, já implantados	Todos os demais usos
- Habitação Unifamiliar em série	- Comunitário 1		
- Condomínio Edifício Vertical	- Comunitário 3 – lazer e cultura		
- Condomínio de lotes	- Comunitário 3 – ensino		
- Comércio e Serviços Setoriais	- Comércio e Serviços Específicos		
- Comércio e Serviços de Bairro	- Comércio e Serviços Gerais		
- Indústrias Tipo 1 e 2.			

PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

LOTE MÍNIMO		COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (CA)		TAXA DE OCUPAÇÃO (TO)		TAXA DE PERMEABILIDADE (TP)	NÚMERO DE PAVIMENTOS (B)		RECUO E AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m) (F) (G)	
ÁREA (m ²)	TESTADA (m)	BÁSICO	MÁXIMO (A)	BASE	TORRE		BÁSICO	MÁXIMO (A)	FRONTAL	LATERAL/FUNDOS
360	12,0	2	-	50%		25%	4	-	10	1,5 (D)

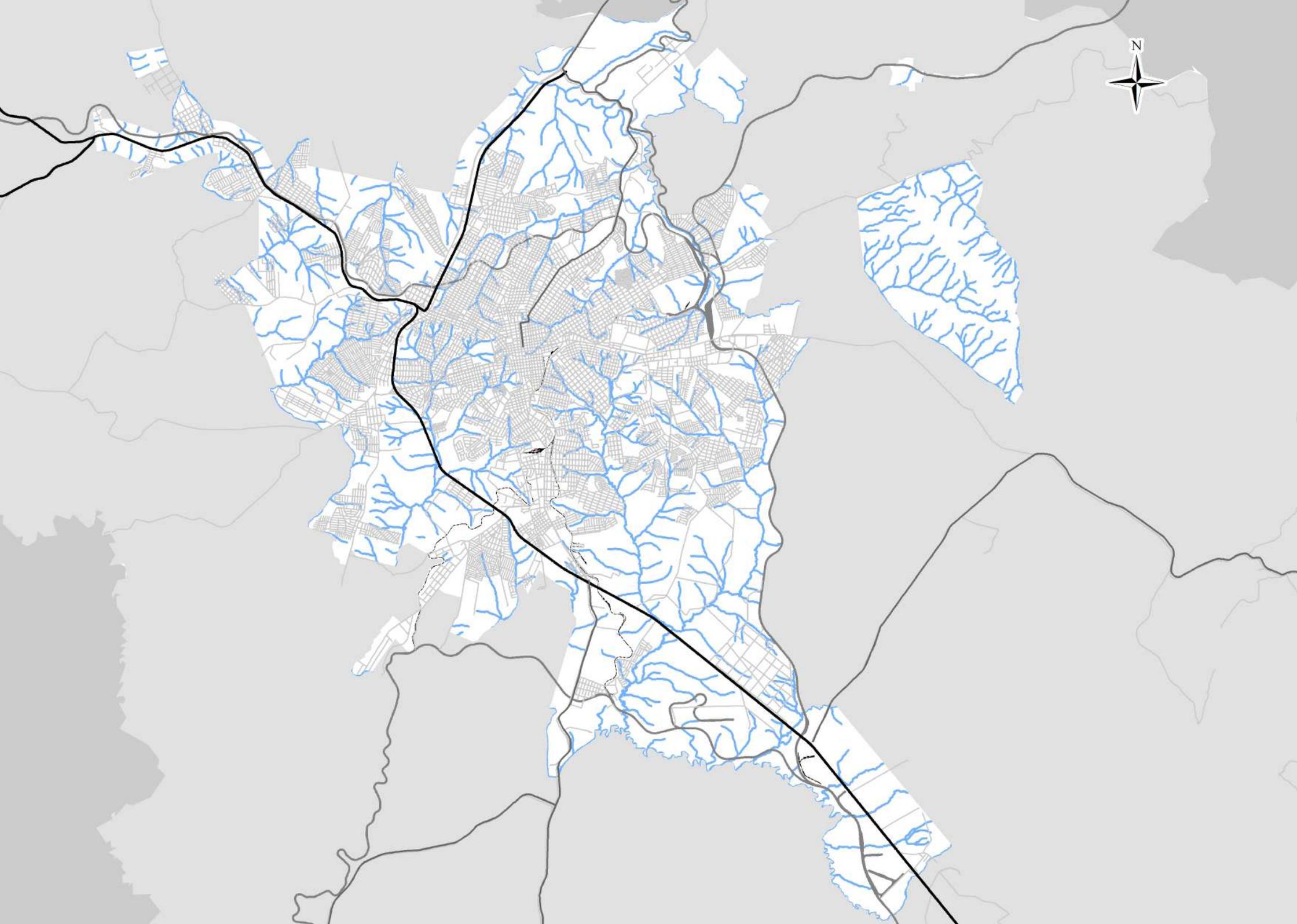


ZONA ESPECIAL DE PARQUES (ZEPA)

Compreende os parques existentes na sede urbana, próximos da área central, e os parques propostos a serem consolidados futuramente pelo Município, através da aplicação de instrumentos urbanísticos de Transferência de Potencial, Direito de Preempção e Operação Urbana Consorciada.

PARÂMETROS DE USO DO SOLO					
USO PERMITIDO		USO PERMISSÍVEL		USO TOLERADO	USO PROIBIDO
		(Sob consulta)			
- Atividades de pesquisa		- Atividades culturais e de educação ambiental		- Aqueles preexistentes à Lei, já implantados	Todos os demais usos
- Atividades de lazer e esportes					

PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO										
LOTE MÍNIMO		COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (CA)		TAXA DE OCUPAÇÃO (TO)		TAXA DE PERMEABILIDADE (TP)	NÚMERO DE PAVIMENTOS (B)		RECUO E AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m) (F) (G)	
ÁREA (m ²)	TESTADA (m)	BÁSICO	MÁXIMO (A)	BASE	TORRE		BÁSICO	MÁXIMO (A)	FRONTAL	LATERAL/FUNDOS
-	-	-	-	20%		60%	-	-	-	-

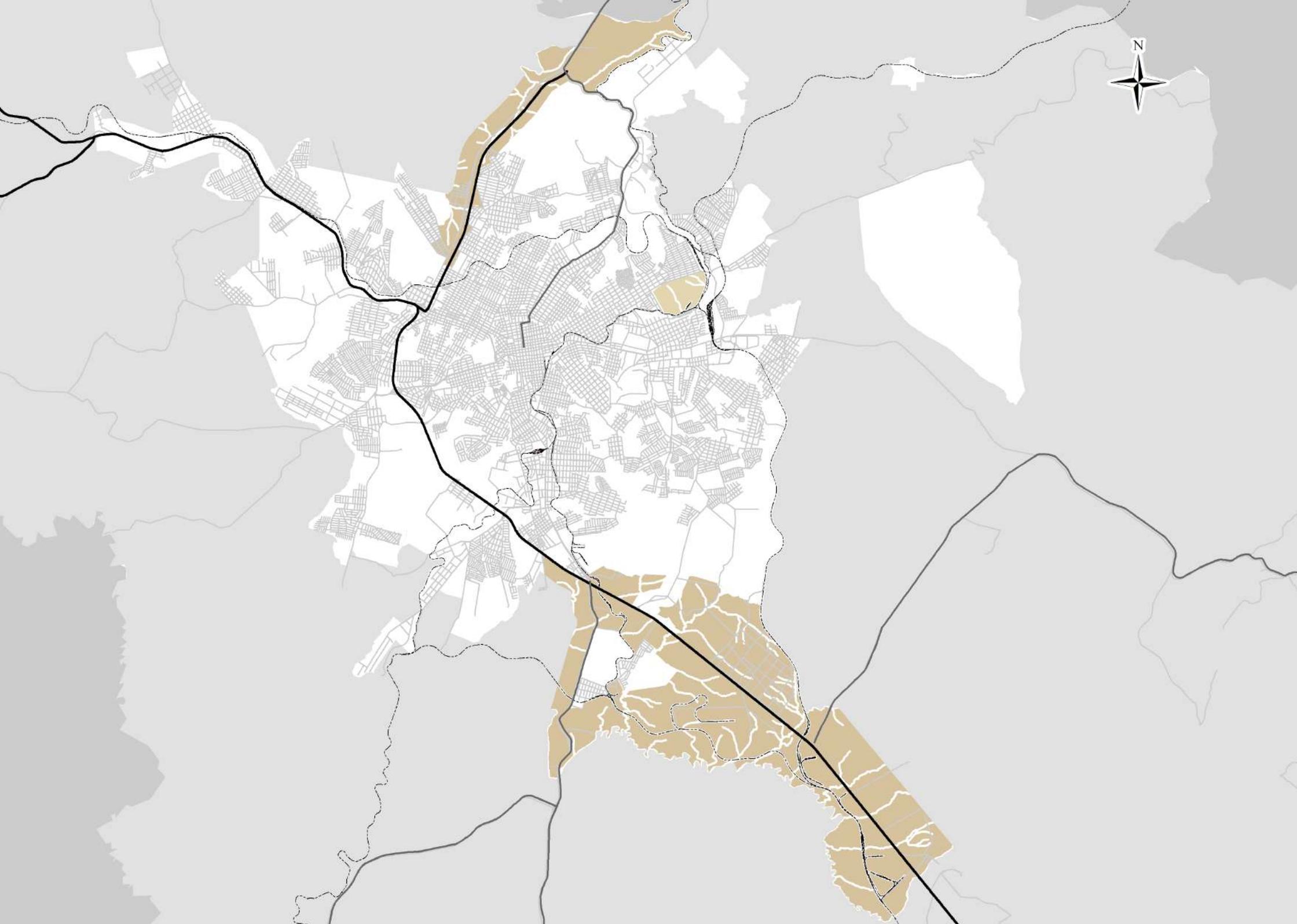


ZONA ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (ZEPP)

Compreende as áreas correspondentes às Áreas de Preservação Permanentes (APPs) de nascentes, córregos, cursos d'água e demais áreas não edificáveis, conforme a legislação federal e estadual vigente. Constitui a zona ambiental prioritária à fiscalização e monitoramento de usos, com restrição à ocupação, parcelamento e edificação. Os terrenos atingidos pelas faixas serão objetivo do instrumento de Transferência de Potencial Construtivo.

PARÂMETROS DE USO DO SOLO			
USO PERMITIDO	USO PERMISSÍVEL	USO TOLERADO	USO PROIBIDO
	(Sob consulta)		
As Áreas de Preservação Permanente consistem em espaços territoriais legalmente protegidos, ambientalmente frágeis e vulneráveis, podendo ser públicas ou privadas, urbanas ou rurais, cobertas ou não por vegetação nativa	- Atividades de pesquisa	Nenhum	Todos os demais usos

PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO										
LOTE MÍNIMO		COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (CA)		TAXA DE OCUPAÇÃO (TO)		TAXA DE PERMEABILIDADE (TP)	NÚMERO DE PAVIMENTOS (B)		RECUO E AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m) (F) (G)	
ÁREA (m ²)	TESTADA (m)	BÁSICO	MÁXIMO (A)	BASE	TORRE		BÁSICO	MÁXIMO (A)	FRONTAL	LATERAL/FUNDOS
Regulamentadas pela legislação federal e estadual condizente às áreas de preservação permanente (APP).										



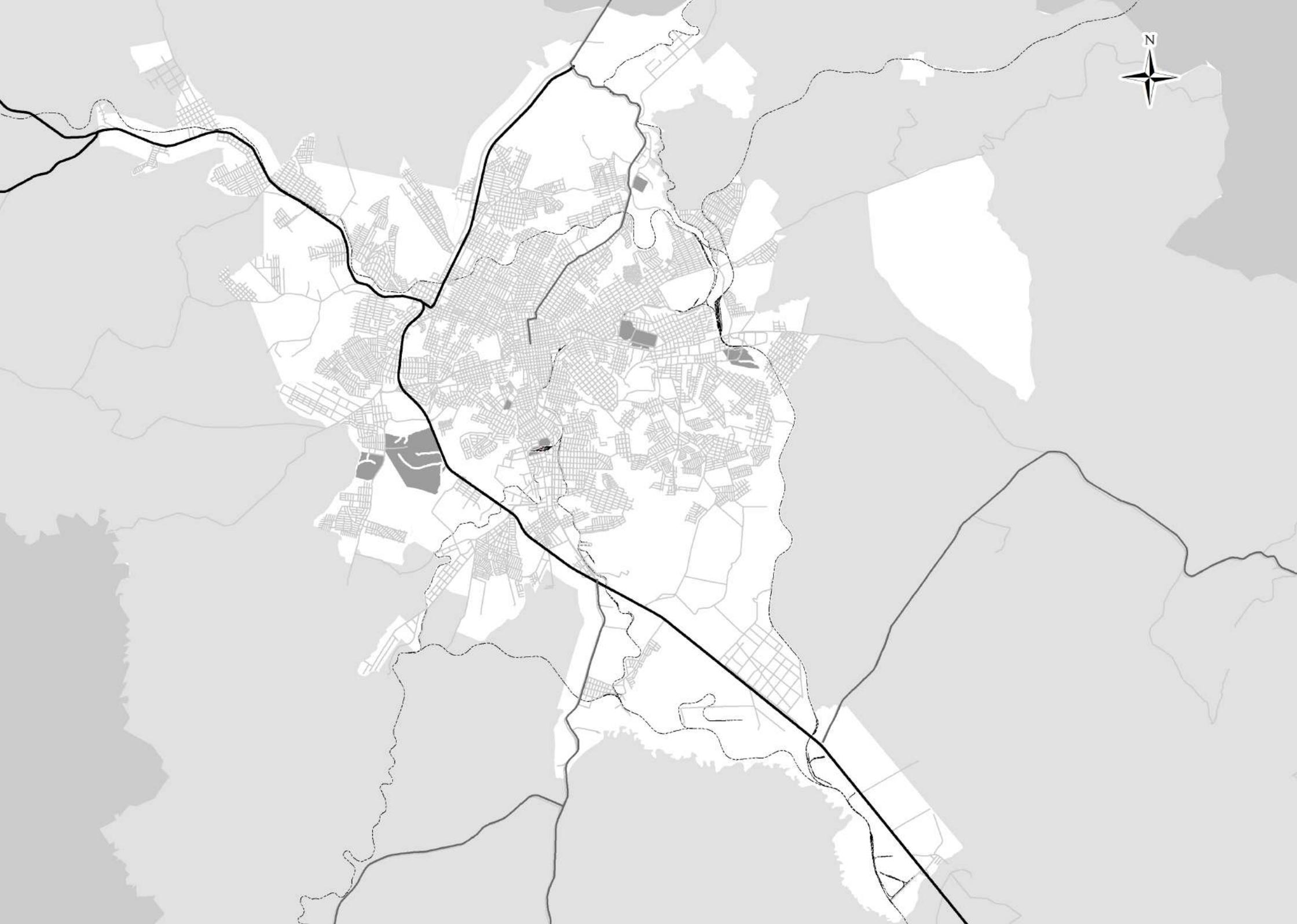
ZONA INDUSTRIAL (ZI) E ZONA ESPECIAL INDUSTRIAL (ZEI)

A Zona Industrial (ZI) compreende a área ao sul do perímetro urbano de Ponta Grossa e a área norte próximo à divisa com o município de Carambeí, que já abriga empreendimentos industriais e equipamentos de grande porte. Constitui a zona prioritária ao recebimento do uso produtivo industrial e às demais atividades relacionadas. A porção sul da ZI, que compreende a maior área dessa zona, será detalhada em diferentes setores com a previsão de acomodar tipologias e portes distintos de empreendimentos industriais e atividades de porte relacionadas.

A Zona Especial Industrial (ZEI) compreende a área da empresa BRF S.A., localizada no Bairro Neves na porção nordeste do perímetro urbano. A companhia de alimentos está instalada atualmente em uma área predominantemente residencial. Com isso, caso ocorra mudança de atividade, a área compreendida deve obedecer aos parâmetros do entorno, caracterizado pela Zona Mista 2.

ZONA	PARÂMETROS DE USO DO SOLO			
	USO PERMITIDO	USO PERMISSÍVEL	USO TOLERADO	USO PROIBIDO
	(Sob consulta)			
ZI - ZONA INDUSTRIAL	- Indústria Tipo 3. (licenciada pela Secretária de Meio Ambiente)	- Indústrias Tipo 2	- Aqueles preexistentes à Lei, já implantados	Todos os demais usos
ZONA ESPECIAL INDUSTRIAL	Em caso de mudança de atividades, a área compreendida deverá obedecer aos parâmetros do entorno, caracterizado pela Zona Mista 2			

ZONA	PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO										
	LOTE MÍNIMO		COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (CA)		TAXA DE OCUPAÇÃO (TO)		TAXA DE PERMEABILIDADE (TP)	NÚMERO DE PAVIMENTOS (B)		RECUO E AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m) (F) (G)	
	ÁREA (m²)	TESTADA (m)	BÁSICO	MÁXIMO (A)	BASE	TORRE		BÁSICO	MÁXIMO (A)	FRONTAL	LATERAL/FUNDOS
ZI - ZONA INDUSTRIAL	1.500	30,0	1	-	50%		25%	4 (C)	-	15	5
ZEI - ZONA ESPECIAL INDUSTRIAL	Em caso de mudança de atividades, a área compreendida deverá obedecer aos parâmetros do entorno, caracterizado pela Zona Mista 2										



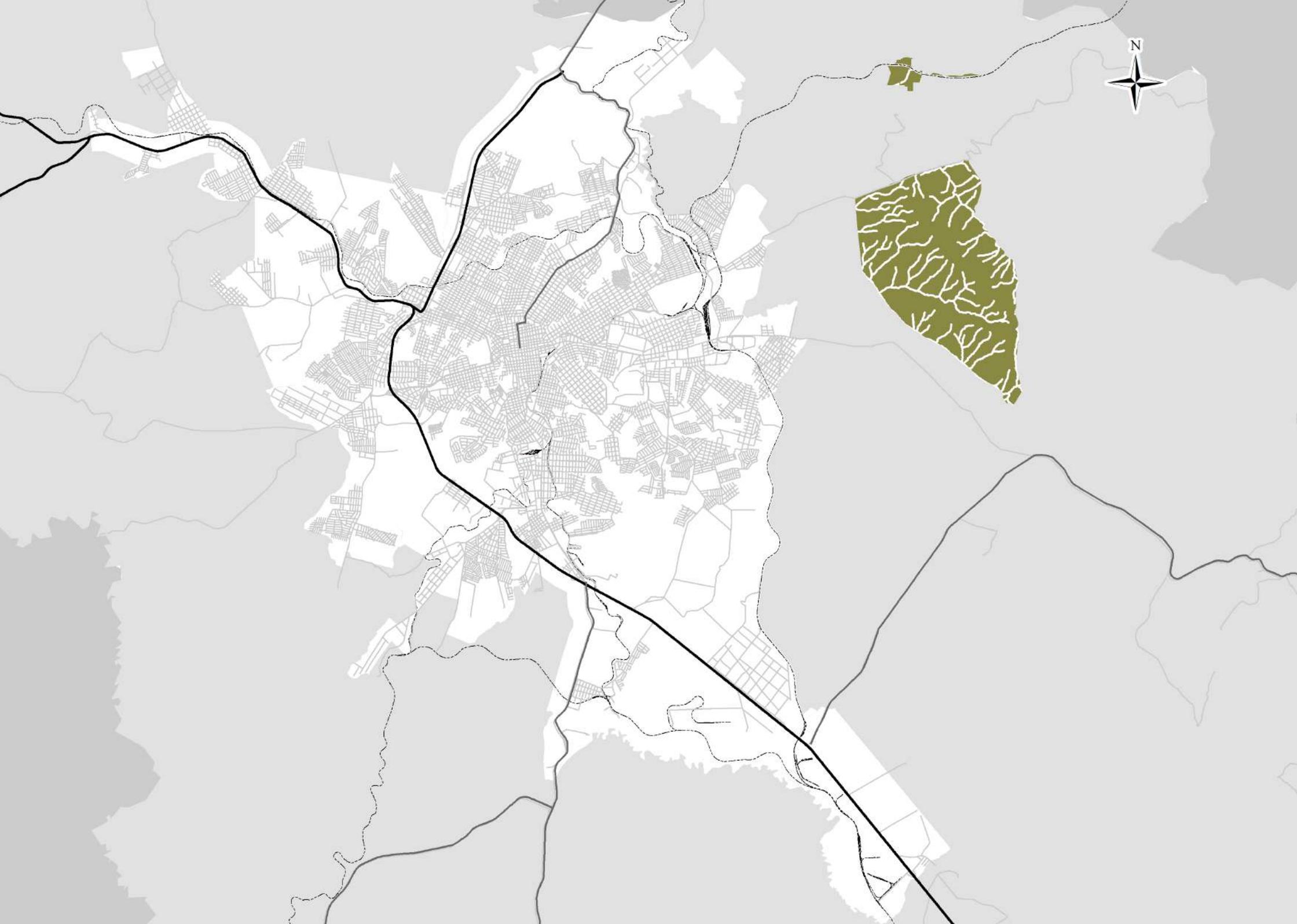
ZONA ESPECIAL INSTITUCIONAL (ZEINS) E ZONA ESPECIAL FERROVIÁRIA (ZEF)

A Zona Especial Institucional (ZEINS) compreende os espaços, estabelecimentos ou instalações destinados aos usos de saneamento, abastecimento, assistência social, administração governamental, atividade religiosa, educacional, cultural, de lazer, esportiva, de transporte e segurança da iniciativa pública; Caso ocorra mudança de uso, a aprovação fica sob a responsabilidade do Conselho Municipal de Urbanismo.

A Zona Especial Ferroviária (ZEF) compreende as áreas correspondentes às faixas de domínio ao longo dos eixos ferroviários ativos e inativos, inseridos dentro do perímetro urbano da sede de Ponta Grossa. Os terrenos atingidos pelas faixas dominiais ferroviárias serão objetivo do instrumento de Transferência de Potencial Construtivo.

ZONA	PARÂMETROS DE USO DO SOLO			
	USO PERMITIDO	USO PERMISSÍVEL (Sob consulta)	USO TOLERADO	USO PROIBIDO
ZEINS - ZONA ESPECIAL INSTITUCIONAL	- Atividades institucionais municipais	Atividades institucionais estaduais e federais	- Em caso de mudança de atividades, o novo uso deverá ser homologado pelo Conselho	
ZEF - ZONA ESPECIAL FERROVIÁRIA	- Preservação da faixa de domínio ferroviária.	Atividades institucionais	-	Todos os demais usos

ZONAS	PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO									
	LOTE MÍNIMO		COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (CA)		TAXA DE OCUPAÇÃO (TO)		TAXA DE PERMEABILIDADE (TP)	NÚMERO DE PAVIMENTOS (B)		RECUO E AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m) (F) (G)
ZEINS - ZONA ESPECIAL INSTITUCIONAL	ÁREA (m ²)	TESTADA (m)	BÁSICO	MÁXIMO (A)	BASE	TORRE		BÁSICO	MÁXIMO (A)	FRONTAL
		Em caso de mudança de atividades, o novo uso deverá ser homologado pelo Conselho Municipal de Urbanismo								
ZEF - ZONA ESPECIAL FERROVIÁRIA	Regulamentadas pela legislação federal condizente às faixas de domínio das ferrovias.									



ZONA ESPECIAL DE OCUPAÇÃO CONTROLADA (ZEOC)

Compreende os loteamentos Jardim São Jorge e Vila Ernestina. São áreas urbanas isoladas e que estão localizadas dentro da APA da Escarpa Devoniana. Nesse sentido, apresentam grande restrição à ocupação, na qual deverá ser priorizada a baixíssima densidade ocupacional e apenas permitidos usos e atividades de baixo impacto.

PARÂMETROS DE USO DO SOLO			
USO PERMITIDO	USO PERMISSÍVEL (Sob consulta)		USO TOLERADO
			USO PROIBIDO
Deverá ser consultado o órgão ambiental responsável			

PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO										
LOTE MÍNIMO		COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO (CA)		TAXA DE OCUPAÇÃO (TO)		TAXA DE PERMEABILIDADE (TP)	NÚMERO DE PAVIMENTOS (B)		RECUO E AFASTAMENTOS MÍNIMOS (m) (F) (G)	
ÁREA (m ²)	TESTADA (m)	BÁSICO	MÁXIMO (A)	BASE	TORRE		BÁSICO	MÁXIMO (A)	FRONTAL	LATERAL/FUNDOS
10000	20,0	2	-	20%		60%	2	-	10	10

PERSPECTIVA PROPOSTA ZEU 1 - AVENIDA VISCONDE DE TAUNAY

Fonte: URBTEC



OBSERVAÇÕES QUANTO AOS PARAMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

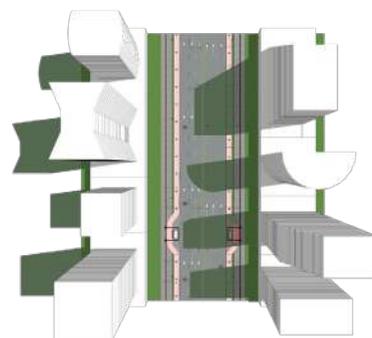
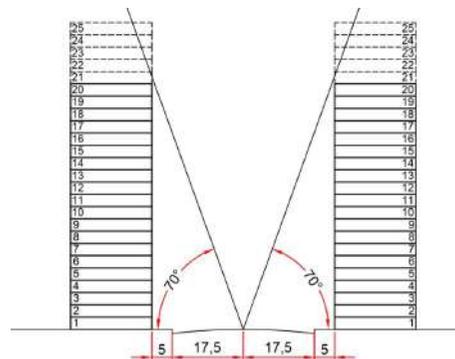
- (A) Para a utilização além do coeficiente básico (CA Básico) até o coeficiente máximo (CA Máximo) é necessário a aplicação da Operação Urbana Consorciada (OUC), Outorga Onerosa do Direito de Construir (OODC) e da Transferência do Direito de Construir
- (B) O pé-direito livre mínimo dar-se-á sob vigas e outros elementos estruturais; sendo a medida vertical de 1 (um) pavimento da edificação, do piso ao teto acabado ou do piso ao forro, com no máximo 3,40m (três metros e quarenta centímetros) de altura.
- (C) A determinação do número de pavimentos é aplicado apenas para os usos não industriais.
- (D) Para edificações acima de 2 pavimentos deve ser obedecido o recuo mínimo de 2,0m
- (E) O recuo deve ser destinado à ampliação dos passeios, sendo livre de qualquer obstáculo
- (F) As edificações de até 2 pavimentos poderão colar em uma das divisas, desde que não possua aberturas na face correspondente
- (G) O embasamento deve obrigatoriamente obedecer ao recuo padrão de 5 metros
- (H) As edificações não devem ultrapassar a linha de projeção de 70 (setenta) graus, medida a partir de cada um dos eixos das vias lindeiras à quadra, até o ponto mais elevado da edificação. Para determinação da altura máxima deve ser considerado o menor valor obtido de H, de acordo com a fórmula abaixo:

$$H = \frac{2,4A + 1,19L}{2}$$

H= Altura da edificação

A= Afastamento frontal da edificação

L= Largura média da rua



- (I) As edificações não devem ultrapassar a linha de projeção de 50 (setenta) graus, medida a partir de cada um dos eixos das vias lindeiras à quadra, até o ponto mais elevado da edificação. Para determinação da altura máxima deve ser considerado o menor valor obtido de H, de acordo com a fórmula abaixo:

$$H = \frac{5,5A + 2,75L}{2}$$

H= Altura da edificação

A= Afastamento frontal da edificação

L= Largura média da rua

- (J) Para edificações acima de 4 pavimentos o lote mínimo é de 450m² e a testada mínima de 15

4º FASE

PAI E

INSTITUCIONALIZAÇÃO

PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS E
MINUTAS DE LEI

O Plano de Ações e Investimentos indica as ações e projetos prioritários para implementação do Plano Diretor Municipal. Nele são apresentados as estimativas de custos para os próximos cinco anos em compatibilidade com a capacidade de investimento e endividamento do município e outras fontes de recursos. A Institucionalização do Plano Diretor Municipal compreende a elaboração das minutas de anteprojeto das leis, incluindo o Sistema de Planejamento e Gestão, que compreende a proposta de reestruturação do IPLAN e outras estruturas administrativas. As minutas encontram-se em volume anexo a este Caderno Síntese.

PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS

PROGRAMA

FORTALECIMENTO DO ECOSSISTEMA DE INOVAÇÃO LOCAL

PLANO PONTA GROSSA TURÍSTICA 2026

REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DO MUNICÍPIO

INCENTIVO A ATIVIDADES CULTURAIS

AMPLIAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE O TURISMO E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO CULTURAL

HIERARQUIZAÇÃO FUNCIONAL DO SISTEMA VIÁRIO E PLANO VIÁRIO COM DIRETRIZES DE ARRUAMENTO

ANEL CENTRAL DE CIRCULAÇÃO VIÁRIA

CONTORNO RODOVIÁRIO

SISTEMA CICLOVIÁRIO

CIRCUITO DE CAMINHABILIDADE

OBJETIVO	PRAZO	CUSTO	RESPONSÁVEL
Criar condições para que o desenvolvimento local tenha por base processos de PD & I, fator de fundamental importância na economia	CURTO	\$	SMICQP
Conforme estabelecido no Decreto Nº 13.805/2017	CURTO	\$ \$	CMT, FMT
Garantir o desenvolvimento integrado e sustentável, com a proteção e gerenciamento dos ambientes natural e construído	CURTO	\$ \$ \$	IPLAN
Incentivar atividades culturais internas (museus, teatros, cinemas, casas de espetáculo) e externas (artes de rua, eventos musicais)	CURTO	\$	SMIP
Atualizar o Plano de desenvolvimento turístico municipal, harmonizando o incentivo ao turismo como atividade econômica e de preservação	CURTO	\$ \$	SMIP
Reordenamento do sistema viário. Assegurar adequadas ligações viárias, reduzindo distâncias, principalmente de acesso aos equipamentos públicos	CURTO	\$	IPLAN
Melhoria na fluidez do tráfego na região central. Requalificação geométrica e de sinalização incentivando o desvio do tráfego na região central	MÉDIO	\$ \$ \$	SMIP
Desvio do fluxo de passagem de veículo de carga da área urbana, promovendo maior fluidez do transporte de cargas e evitando conflitos	LONGO	\$ \$ \$ \$ \$ \$	SMIP, SEIL, MDR
Estimular o uso da bicicleta na realização de atividades cotidianas, reduzindo congestionamento e promovendo a mobilidade sustentável	MÉDIO	\$ \$	SMIP, IPLAN
Melhoria nas condições de caminhabilidade na região central com alargamento das calçadas e estratégias de tráfego calming	MÉDIO	\$ \$	SMIP, IPLAN

PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS

PROGRAMA

SANEAMENTO BÁSICO

ENERGIA E COMUNICAÇÃO

EQUIPAMENTOS SOCIAIS DE EDUCAÇÃO

EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EQUIPAMENTOS DE SAÚDE

EQUIPAMENTOS DE LAZER

EQUIPAMENTOS FUNERÁRIOS

SEGURANÇA PÚBLICA

PROMOÇÃO PÚBLICA OU PRIVADA OU POR AUTOGESTÃO DE NOVAS UNIDADES HABITACIONAIS URBANAS

URBANIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS

OBJETIVO	PRAZO	CUSTO	RESPONSÁVEL
Universalização do acesso ao saneamento básico	MÉDIO	\$ \$ \$ \$	SMMA, SANEPAR, PGA
Universalização do acesso à energia elétrica e aos meios de comunicação	MÉDIO	\$ \$ \$	AFEPON
Universalização do acesso aos equipamentos de educação	MÉDIO	\$ \$ \$	SME, SEED
Universalização do acesso aos equipamentos de assistência social	MÉDIO	\$ \$	SMPPS
Universalização do acesso aos equipamentos de saúde	MÉDIO	\$ \$ \$	SMS
Universalização do acesso aos equipamentos de lazer	LONGO	\$ \$ \$	SMSP
Universalização do acesso aos equipamentos de assistência funerária	CURTO	\$ \$	PMPG
Universalização do acesso aos equipamentos de segurança pública	CURTO	\$ \$ \$	SMCSP
Garantir a diversidade de soluções, adequação tecnológica, construção e manutenção dos empreendimentos habitacionais de interesse social	LONGO	\$ \$ \$	PROLAR
Promover a requalificação urbanística e a regularização fundiária dos assentamentos habitacionais precários e irregulares	LONGO	\$ \$	PROLAR

PLANO DE AÇÕES E INVESTIMENTOS

PROGRAMA

REGULAÇÃO E GESTÃO DE ÁREAS DE FUNDO DE VALE

VALORAÇÃO DO GEOTURISMO, DO TURISMO NATURAL E DO TURISMO CIENTÍFICO

ÁREAS VERDES

GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

CÓDIGO AMBIENTAL

SISTEMA DE GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS

AUMENTO DA CAPACIDADE DE INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO

CADASTRO TERRITORIAL MULTIFINALITÁRIO

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA

ADEQUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS MUNICIPAIS COM AS PROPOSTAS DO PDM

OBJETIVO	PRAZO	CUSTO	RESPONSÁVEL
Legalizar e fiscalizar o uso e ocupação dos fundos de vale	CURTO	\$ \$	SMMA
Divulgação da importância e do uso consciente do patrimônio natural e da geodiversidade de Ponta Grossa	CURTO	\$	SME, SMMA, FUMTUR
Gestão e expansão de áreas verdes em Ponta Grossa	LONGO	\$ \$ \$ \$ \$	SMMA
Implantação e melhorias dos diferentes tipos de coleta e gestão dos resíduos	CURTO	\$ \$	SMMA
Facilidade da interação entre a SMMA e os munícipes em assuntos relevantes ao meio ambiente	MÉDIO	\$ \$	SMMA
Redução nas áreas alagáveis do município, melhoria na qualidade das águas dos rios	MÉDIO	\$ \$ \$ \$	SMMA, DEF.CIVIL
Aumentar a capacidade de investimento por meio de receitas próprias. Melhorar a classificação da capacidade de pagamento (CAPAG) de B para A	MÉDIO	\$	SMF, SMARH
Acesso rápido e confiável dos diversos órgãos públicos e particulares aos dados e informações, através de dados alfanuméricos e cartográficos	MÉDIO	\$ \$ \$	IPLAN, SMIP, SMF
Atendimento das diretrizes do PDM no organograma municipal	CURTO	\$	IPLAN
Monitorar a adequação das propostas do PDM na fundamentação dos planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias e leis orçamentárias anuais	CURTO	\$ \$	IPLAN, SMF

AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO

REUNIÕES, OFICINAS E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

A Lei n.º 10.257/2001, que instituiu o Estatuto da cidade, estabeleceu processos de gestão democrática e participativa na cidade, possibilitando aos cidadãos a participação na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Dessa forma, a realização de debates, audiências e consultas públicas é condição obrigatória e indispensável para aprovação de todo o processo que envolve a revisão do Plano Diretor do município de Ponta Grossa.

07 OFICINAS COMUNITÁRIAS



+ de 20
HORAS
DE
DEBATES





+ de 200
PARTICIPAÇÕES





20 OFICINAS TÉCNICAS



+ de 300
PARTICIPAÇÃO

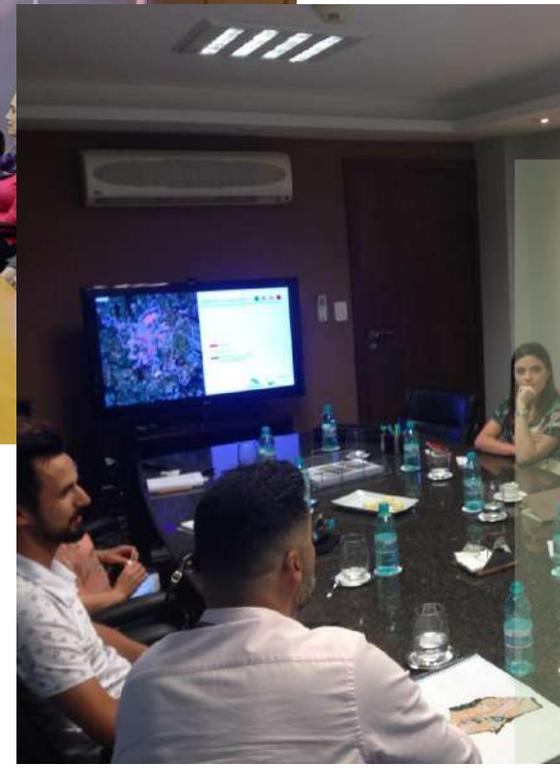




+ de 60
HORAS
DE DEBATES



04 OFICINAS COM O GOVERNO



+ de 60
PARTICIPAÇÕES

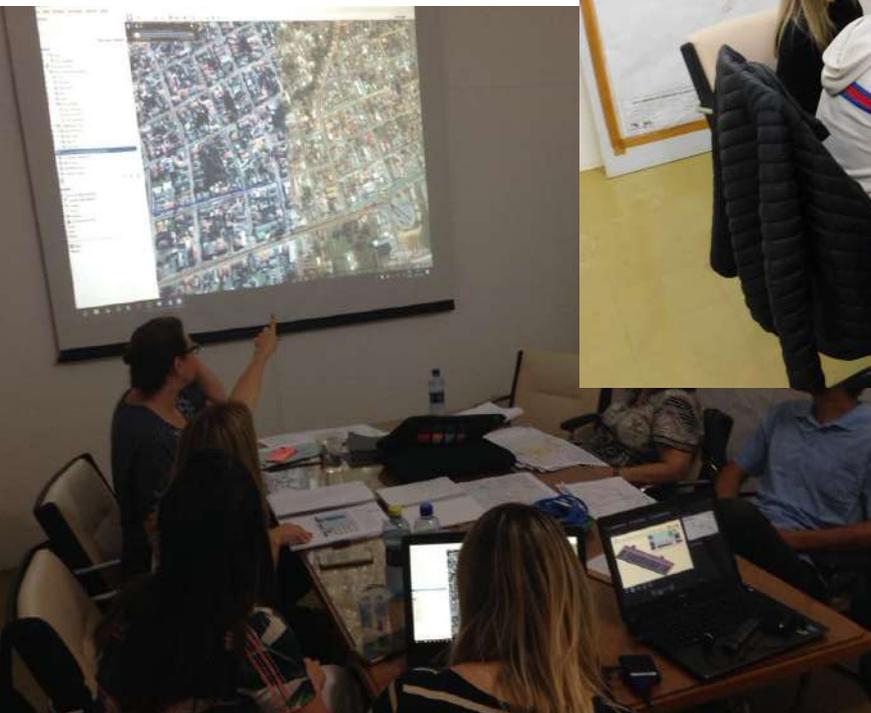


+ de 10
HORAS
DE DEBATES

16 REUNIÕES TÉCNICAS



+ DE 270
PARTICIPAÇÕES



+ DE 45
HORAS DE
DEBATES



4 AUDIÊNCIAS PÚBLICAS



+ DE 300
PARTICIPAÇÕES



+ DE 10
HORAS
DE DEBATES

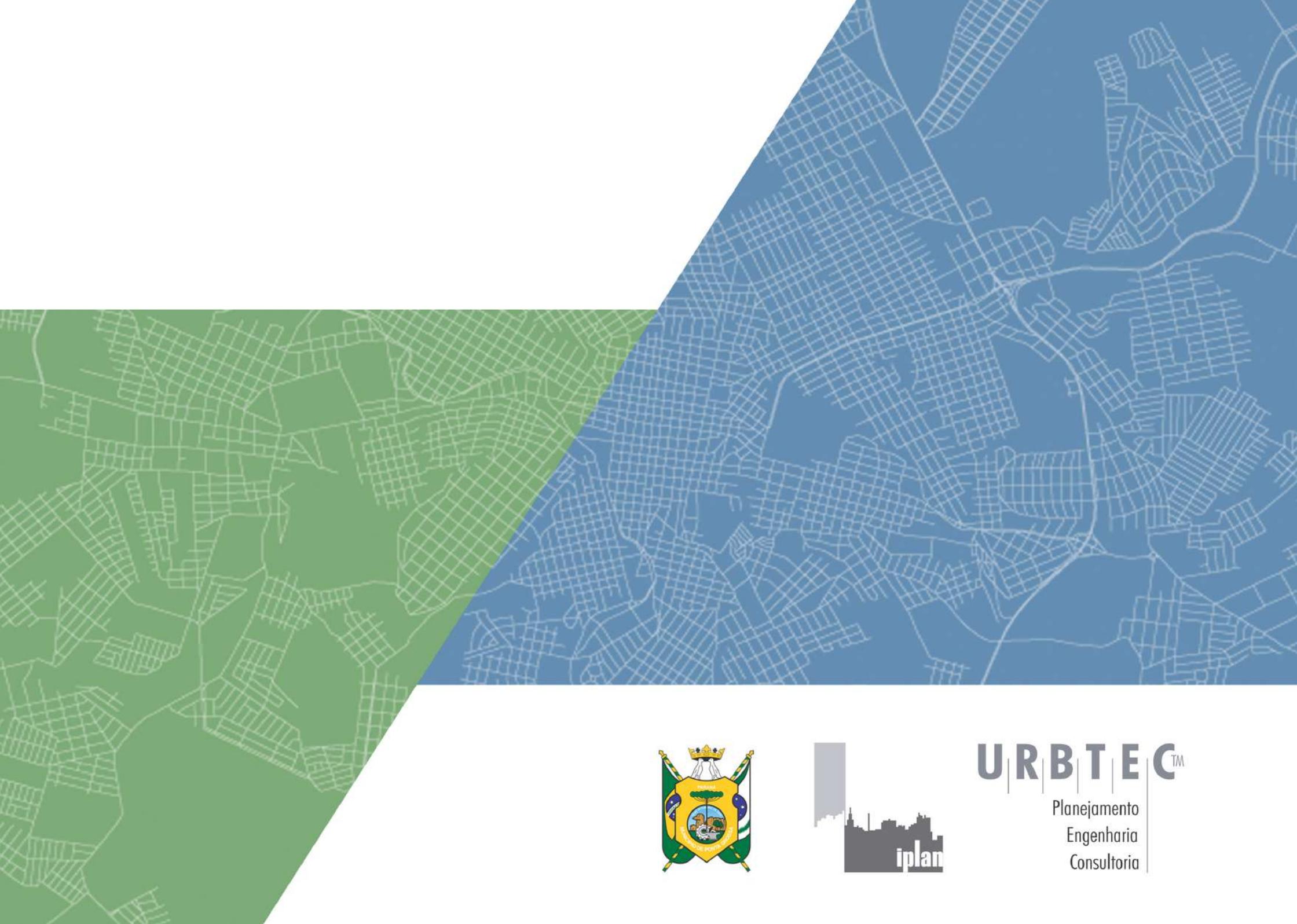




Vista aérea da cidade de Ponta Grossa

Fonte: <http://pontagrossa.pr.gov.br/investaempg/assets/dist/img/mais-informacoes-bg.jpg>





URBTEC™

Planejamento
Engenharia
Consultoria